



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**ANA CESALTINA BARBOSA MARQUES**

**HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL COMPARTILHADAS EM REDE:  
UMA ANÁLISE DA MOBILIZAÇÃO #PRIMEIROASSÉDIO**

**FORTALEZA**

**2022**

ANA CESALTINA BARBOSA MARQUES

HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL COMPARTILHADAS EM REDE:  
UMA ANÁLISE DA MOBILIZAÇÃO #PRIMEIROASSÉDIO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Psicologia. Linha de Pesquisa: Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Idilva Maria Pires Germano.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M315h Marques, Ana Cesaltina Barbosa.  
Histórias de violência sexual compartilhadas em rede : uma análise da Mobilização #PrimeiroAssédio /  
Ana Cesaltina Barbosa Marques. – 2022.  
155 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação  
em Psicologia, Fortaleza, 2022.  
    Orientação: Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano.
1. Pequenas histórias. 2. Histórias compartilhadas. 3. Narrativa em rede. 4. Violência sexual. 5.  
    #PrimeiroAssédio. I. Título.

CDD 150

---

ANA CESALTINA BARBOSA MARQUES

HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL COMPARTILHADAS EM REDE: UMA  
ANÁLISE DA MOBILIZAÇÃO #PRIMEIROASSÉDIO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Psicologia. Linha de Pesquisa: Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea.

Aprovada em: 24 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Idilva Maria Pires Germano (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Inês Silvia Vitorino Sampaio  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaileila de Araújo Menezes  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Keisha-Khan Y. Perry  
University of Pennsylvania (UP)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Vidal Nunes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A todas nós que vestimos esta pele, forjada na cultura, que molda nossa existência. A Ebrantina, que me ensinou sobre a força e a firmeza exigida para “ser mulher”. A Tereza, a quem o feminino marcou tão fortemente com as insígnias do cuidado e da doação. A Luciana e Adriana, com quem venho tecendo os enredados laços de irmandade. A Lara, Helena e Alice, cujos caminhos meus olhos vigiam com esperança.

## AGRADECIMENTOS

Gosto de pensar no Programa do Doutorado como um percurso. Parti de um determinado ponto da vida acadêmica e pessoal, com ideias e roteiros planejados, mas, a cada encontro – com professores, colegas de programa, pesquisadores, autores, ativistas –, realizei ajustes de rota. Os encontros, fossem presenciais, remotos ou mesmo por meio da literatura, certamente guiaram os rumos desta pesquisa. E foram muitos. Registro minha gratidão a cada uma e a cada um com quem tive a oportunidade de trocar ideias e ampliar minha visão de mundo.

Primeiramente, meu respeito àquelas e àqueles que compartilharam suas experiências na rede com o emprego da *tag* #PrimeiroAssédio e que, encarando suas feridas, contribuíram para o enfrentamento de uma cultura de violência que perpassa o cotidiano. À equipe da organização não governamental Think Olga e a Juliana de Faria, meu reconhecimento pela capacidade mobilizadora e transformadora de suas ações, destacadamente pela campanha Primeiro Assédio. Ao pesquisador Tarcízio Silva, do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (Ibpad), sou grata pela cessão do banco de dados analisado neste estudo de caso. Agradeço, ao tempo que parablenizo pela postura generosa de partilha de conhecimento e apoio ao aprimoramento e crescimento de pesquisadores interessados em análise de dados.

Gratidão à minha orientadora, professora doutora Idilva Germano, que foi entusiasta deste projeto desde as ideias iniciais. Apresentou-me caminhos teóricos e metodológicos e abriu-me as portas do universo da Psicologia, no qual adentro com cuidado e respeito. Mais do que isso: foi apoio e palavra firme para que chegássemos ao destino.

À professora doutora Keisha-Khan Perry, pela abertura para a interlocução acadêmica, pelo apoio para que eu pudesse estar no Africana Studies Department, na Brown University, e assim frequentar suas aulas no programa de pós-graduação. A experiência muito agregou à pesquisa – com referenciais teóricos e leituras de contexto acerca dos feminismos de tradição estadunidense e latino-americana. Ressalto ainda que os aprendizados desse período foram muito além do que a pesquisa pode refletir explicitamente, por envolverem a superação de desafios e agregarem uma boa dose de crescimento pessoal. Minha gratidão também aos colegas Julia Abdala, Cauê Flores e Carolina Nascimento, com quem dividi meus dias e jornadas acadêmicas em Brown.

À professora doutora Inês Vitorino, que acompanha minha trajetória acadêmica desde o mestrado em Comunicação no Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2010), pelo incentivo de sempre e por proporcionar a todos que fazem o

Laboratório de Pesquisa da Relação Infância Juventude de Mídia (LabGrim) da UFC um ambiente de aprendizagem estimulante e afetivo. Minha gratidão se estende a todos os colegas do laboratório e, em especial, à querida professora Andrea Pinheiro.

À professora doutora Márcia Vidal, por contar com sua orientação acadêmica e profissional desde a graduação em Jornalismo na UFC e, também, no Mestrado em Comunicação, concluído na mesma universidade. Contar com suas contribuições nos exames de qualificação e defesa do doutorado representa relevante apoio para o fechamento de um grande ciclo de formação.

À professora doutora Jaileila de Araújo, pelas contribuições apresentadas ao projeto em diversos momentos de interlocução, destacadamente nas atividades do Grupo de Trabalho (GT) Juventudes e Pesquisas e Pesquisas Participativas da Associação Nacional dos Pesquisadores em Psicologia (Anpepp). Esse tem sido um espaço de construção de saberes valiosos para a minha incursão nos estudos das Psicologias.

À professora doutora Graciela Natansohn, que foi interlocutora deste projeto desde a fase inicial e participou do exame de qualificação, pelas sugestões que contribuíram para o amadurecimento dos rumos da pesquisa.

Ao amigo Thiago Menezes, com quem troquei ideias, construí saberes e partilhei alegrias e tensões próprios dos processos do doutorado e da vida, meu carinho e gratidão. À Grazi, Clarissa, Ana Elisa, meu amor e irmandade.

À minha família, por todo o apoio! Pela partilha dos prazeres e obstáculos e por serem razão para fazer dar certo. Tanta, Antonio e Álvaro, é por mim, mas é também por nós. Sempre e para sempre!

Agradeço ainda à Universidade Federal do Ceará, que teve uma importância tão fundamental em minha vida acadêmica, profissional e pessoal. Ali cursei graduação, mestrado e doutorado e tive a honra de atuar como docente temporária. À UFC, meu respeito e eterna gratidão. A universidade pública e gratuita é patrimônio do povo brasileiro e responsável pela transformação de tantas trajetórias individuais e coletivas. Com orgulho, afirmo: sou cria da UFC!

Ao Banco do Nordeste (BNB), instituição onde atuo como especialista técnica em comunicação, sou grata pelo apoio para a consecução das atividades do Programa de Doutorado. Estou certa de que este curso se refletirá na qualificação de minha atuação profissional e que, assim, eu poderei contribuir ainda mais para os propósitos do desenvolvimento regional.

*“Every body has a story and a history”*

(GAY, 2017, s.p.).



## RESUMO

Apoiado nas tradições das pesquisas narrativas em Psicologia Social, este estudo de caso investiga uma campanha que levou milhares de vítimas brasileiras de violência sexual a compartilharem seus testemunhos no *site* de rede social Twitter, marcando-os com a *hashtag* #PrimeiroAssédio. A convocação para tanto foi realizada pela organização não governamental Think Olga, em outubro de 2015. Nesta pesquisa, investigou-se como essa mobilização levou pessoas a transporem obstáculos erguidos pela cultura patriarcal para compartilhar publicamente memórias e marcas deixadas pelas agressões. Ergue-se a tese de que a conversação *on-line* entre os narradores possibilitou negociar novos parâmetros para definições de violências de cunho sexual e lhes ofereceu recursos para sua nomeação. A análise narrativa mediada é o fio condutor que leva a discussão a atravessar conceitos e debates ambientados nas epistemologias feministas. O estudo orienta-se pelo paradigma construcionista social, que observa os fenômenos relativos à subjetividade e à sociabilidade como construções históricas e culturais, forjadas em interações cotidianas. Com ênfase crítica, tal perspectiva favorece a observação de relações de poder engendradas por questões de gênero. O *corpus* analisado é formado por 15.000 tuítes, retuítes, respostas e menções, considerados unidades de análise, que se apresentam como pequenas histórias (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008). Um subconjunto de 4.000 tuítes únicos foi submetido à análise com o uso do *software* para linguística de *corpus* Antconc e apoio da ferramenta Excel. A conexão técnica e semântica produzida pela *hashtag* #PrimeiroAssédio permitiu abordar o conjunto como uma história compartilhada (PAGE, 2018), conformada como narrativa em rede (PAGE; HARPER; FROBENIUS, 2013). A metodologia aplicada na análise do *corpus* inspira-se em modelo de análise narrativa mediada formulado por Page (2018), que propõe abordagem em três níveis: texto, contexto e significados sociais. Na navegação pelo *corpus*, que foi anonimizado para preservar a privacidade dos narradores, buscaram-se padrões narrativos de maior frequência, bem como aspectos que se apresentaram de forma velada, evidenciando resistências de ordem cultural ao seu enfrentamento. Assim, foi possível conhecer os personagens mais citados nas memórias de violência; ambientes e circunstâncias favoráveis às ocorrências; além de recursos narrativos empregados para nomear situações vividas. A investigação identificou influências de narrativas dominantes na formulação das pequenas histórias, expressão de forças que atuam cotidianamente para a objetificação feminina. A violência sexual apresentou-se como uma ferramenta de conformação de *performance* de gênero na cultura brasileira. No âmbito da narrativa compartilhada, observou-se o protagonismo da variável gênero para a constituição de

uma voz coletiva, ao tempo que outras questões, como raça e classe, foram situadas em segundo plano. Sugere-se que a projeção nacional da campanha seja decorrente da autoridade produzida pelo polo narrador coletivo, que, embora não uníssono, autoungiu-se de legitimidade para disputar os turnos de fala e denunciar, *performaticamente*, a permissividade da cultura brasileira a práticas de violências sexuais contra meninas e mulheres.

**Palavras-chave:** pequenas histórias; histórias compartilhadas; narrativa em rede; violência sexual; #PrimeiroAssédio.

## ABSTRACT

Based on traditions of narrative research in Social Psychology, this case study examines a campaign that led thousands of Brazilian victims of sexual violence to share their testimonies tagged with the hashtag #Firstharassment on the social networking site Twitter. It was the NGO Think Olga that called for this action in October 2015. The present research investigates how this mobilization led people to overcome obstacles erected by a patriarchal culture and publicly share memories and marks left by aggression. There is a thesis arising in this context which states that the network conversation between the narrators made it possible to negotiate new parameters to define sexual violence and offer resources to speak about it. A mediated narrative analysis is the thread that takes the discussion through concepts and debates based on feminist epistemologies. The study is guided by the social constructionist paradigm, which considers phenomena related to subjectivity and sociability as historical and cultural constructions forged in everyday interactions. This perspective with its critical emphasis favors the observation of power relations engendered by gender issues. The analyzed corpus consists of 15 thousand tweets, retweets, replies and mentions, considered units of analysis, which are presented as small stories (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008). A subset of 4 thousand unique tweets was analyzed using Antconc corpus linguistics software and supported by Excel. Thanks to the technical and semantic connection produced by the hashtag #First harassment it is possible to approach the compilation of individual stories as one shared story (PAGE, 2018) that is shaped as a network narrative (PAGE; HARPER; FROBENIUS, 2013). The methodology applied when examining the corpus is inspired by a model of mediated narrative analysis formulated by Page (2018): It proposes an approach at the three levels text, context and social meanings. In order to navigate the corpus, which was anonymized to preserve the privacy of the narrators, most frequent narrative patterns are sought as well as aspects that are presented in a veiled way, since they evidence how culture resists to confront them. This makes it possible to know the characters that are most cited in the memories of violence; environments and circumstances that are most susceptible to occurrences; in addition to narrative resources that are used to name situations the narrator went through. The investigation identifies influences of dominant narratives in the formulation of small stories which express forces that act daily so as to objectify women. Sexual violence presents itself as a device to shape gender performance in the Brazilian culture. In the shared narrative, the gender variable is protagonist and constitutes the collective voice while other issues, such as race and class, are secondary and move into the background. It may be suggested that the campaign projection is a result of the

authority produced by the collective narrator pole that, although not in unison, anointed itself with legitimacy to dispute the turns of speech and performatively denounce how permissive the Brazilian culture is to practices of sexual abuse of girls and women.

**Keywords:** small stories; shared stories; networked narrative; sexual violence; #FirstharAssment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Nuvem de palavras centrada em expressões do olhar .....	101
Figura 2	– Nuvem de palavras centrada em expressões de chamamento .....	102
Figura 3	– Nuvem de palavras centrada em expressões de tato.....	110
Figura 4	– Nuvem de palavras centrada em nomeações diretas de violências sexuais	113
Figura 5	– Nuvem de palavras elaborada a partir da centralidade do verbo sentir .....	122
Figura 6	– Nuvem de palavras elaborada a partir de manifestações de afeto relacionadas às memórias de violências vividas.....	123

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anpepp	Associação Nacional dos Pesquisadores em Psicologia
API	<i>Application Programming Interface</i>
BNB	Banco do Nordeste
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cetic	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGI	Comitê Gestor da Internet
Coaf	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Contag	Confederação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
Ibpad	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados
LabGrim	Laboratório de Pesquisa da Relação Infância Juventude de Mídia
Labic	Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura
LGBT	Lésbicas, <i>Gay</i> s, Bissexuais e Transgênero
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup>	Professora doutora
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UP	University of Pennsylvania

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>#PRIMEIROASSÉDIO</b> .....	24
2.1	<b>Contexto</b> .....	24
2.2	<b>A campanha</b> .....	30
2.3	<b>Percurso de pesquisa</b> .....	34
3	<b>#PRIMEIROASSÉDIO, UMA NARRATIVA COMPARTILHADA</b> .....	43
3.1	<b>Quadro teórico</b> .....	44
3.2	<b>Abordagem do <i>corpus</i></b> .....	60
4	<b>PERCURSOS DA NARRATIVA COMPARTILHADA EM REDE</b> .....	66
4.1	<b>Convocação</b> .....	66
4.2	<b>Identificação</b> .....	76
4.3	<b>Nomeação</b> .....	96
4.4	<b>Deslocamentos</b> .....	126
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	134
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142
	<b>ANEXO A – DECLARAÇÕES DE REVISÃO DO VERNÁCULO E DE NORMALIZAÇÃO</b> .....	155

## 1 INTRODUÇÃO

O desafio de definir, nomear e enfrentar uma face da violência que tem predileção por corpos femininos e os alcança de diferentes formas é uma jornada a ser feita coletivamente. Esta é uma tarefa somente possível em âmbito sociocultural, com sujeitos em interação, refletindo sobre os sentidos atribuídos a costumes e crenças estabelecidas, propondo deslocamentos. Para tanto, o exame e a produção de narrativas têm se mostrado uma ferramenta útil e potente, por sua capacidade de evidenciar a historicidade das práticas cotidianas e provocar estranhamentos necessários às mudanças. Esta pesquisa lida com pequenas histórias elaboradas individualmente e histórias construídas coletivamente e compartilhadas em *sites* de redes sociais, como o Twitter, para refletir sobre o papel das narrativas pessoais e coletivas para o enfrentamento das violências sexuais. Sabe-se, porém, que essas violências constituem um fenômeno complexo, cujas raízes remontam à formação do imaginário ocidental moderno, à historicidade do colonialismo e suas atualizações na cultura contemporânea.

A violência está relacionada com expressões de poder, mas não se equivalem, como analisa Foucault (2013). O poder é inerente aos indivíduos e suas relações. Onde há poder, há também resistência. No entanto, a violência se expressa por meio da coerção que exclui do outro a liberdade, retirando-lhe a condição de sujeito, tomando-o como objeto. Assim, o consentimento situa-se como aspecto central para a definição da violência sexual e, por isso mesmo, é frequentemente utilizado como eixo de articulação do contraditório na definição de licitude de um ato sexual.

Nem todos estão aptos a consentir. Em tese, possuem essa capacidade aqueles que estão livres de constrangimentos ou coações, agindo como sujeitos de direitos (FERNANDES *et al.*, 2020). Não estão aptos a consentir sexualmente as crianças e adolescentes<sup>1</sup>, considerados

---

<sup>1</sup> A legislação brasileira considera que sujeitos até 14 anos não podem consentir com o ato sexual. A referência é o Código Penal (1940). O entendimento foi reforçado pela reforma de 1984 e outras normas de valor jurídico. Apesar disso, não eram incomuns casos em que modos de vida e aparência eram considerados como argumentos para a absolvição de acusados de estupro de crianças e adolescentes. Essas decisões, em geral, ocorriam quando as vítimas viviam em situação de vulnerabilidade social. Em 2009, o Código passou a prever o chamado “estupro de vulnerável”, em que há “presunção absoluta de violência”. Desde então, vale a seguinte jurisprudência: “A configuração do tipo estupro de vulnerável prescinde da elementar violência de fato ou presumida, bastando que o agente mantenha conjunção carnal ou pratique outro ato libidinoso com menor de catorze anos, como se vê da redação do art. 217-A, nos termos da Lei n.º 12.015/2009” (EDcl no AgRg no Ag 706012 / GO, 5ª Turma, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 22/03/2010). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também se apresenta como marco legal importante de proteção contra violências sexuais. A lei considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e, adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. São crimes previstos no ECA: “Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente; Art. 241.



sujeitos em desenvolvimento, portanto com direitos especiais, segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1989. Vulnerabilidade apresenta-se como outra palavra-chave para pensar o consentimento: além dos estágios de desenvolvimento, devem ser consideradas impeditivas ao ato de consentir quaisquer outras razões que retirem a capacidade de julgamento ou de resistência de um sujeito a práticas de caráter sexual.

As violências são multifacetadas. Ao falar em violência sexual, em geral emprega-se um recorte baseado na tipificação segundo o Código Penal (1940). No ordenamento jurídico brasileiro, são práticas consideradas crimes contra a dignidade sexual estupro, violação sexual mediante fraude, assédio sexual, favorecimento de prostituição ou outra forma de exploração sexual, dentre outras (Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009). O recurso da denominação legal é necessário, mas quase sempre se mostra reducionista.

Sabe-se que a violência alcança e marca os corpos de múltiplas formas. Quando nos afastamos da letra da lei ou dos manuais institucionais, relevantes para o estabelecimento de critérios, tem-se a noção de que a violência sexual dificilmente se manifesta de maneira independente da violência física, psicológica e moral. E os parâmetros para tais definições necessitam ser negociados no âmbito da cultura, no cotidiano da vida em sociedade. A lei costuma alcançar o pacto social com um certo lapso temporal, como ocorreu com o estabelecimento dos crimes de importunação sexual e divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018).

A relevância do amadurecimento de estratégias multisetoriais para o enfrentamento do problema é reforçada pelas estatísticas. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) vem monitorando os dados sobre violências praticadas contra mulheres desde 2017, a cada dois anos. Em 2021, publicou a terceira edição do estudo “A vitimização de mulheres no Brasil”, e o documento foi enfático ao afirmar que a violência de gênero no país é “hiperendêmica”

---

Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente; Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente; Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual; Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso; Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos na Lei, a expressão ‘cena de sexo explícito ou pornográfica’ compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais”. O ECA prevê medidas para a proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, entre as quais o afastamento do agressor da moradia comum, se for o caso, ou o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar.

(FBSP, 2021, p. 21). Esse jargão da saúde pública equipara a violência com marcas de gênero a enfermidades que encontram estabilidade em patamares elevados, em determinado recorte espaçotemporal.

A partir dos dados coletados em maio de 2021 pelo FBSP, o relatório indica que uma em cada quatro mulheres brasileiras acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos 12 meses anteriores, durante a pandemia de Covid-19<sup>2</sup>. Estima-se que esse número se aproxime de 17 milhões de mulheres vitimadas por alguma expressão de violência baseada em gênero. Elas exemplificaram, em ordem decrescente, as violências mencionadas: ofensa verbal (insultos, xingamentos e humilhações); ameaças de violência física, como tapas, empurrões ou chutes; amedrontamento ou perseguição; violência física, como tapas, empurrões ou chutes; ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (5,4% das entrevistadas).

A própria casa é o cenário mais comum para as vivências de violência entre mulheres brasileiras, sendo pessoas conhecidas os agressores mais recorrentes. Esse dado se mantém nos últimos três relatórios publicados pelo FBSP (2017, 2019, 2021). A violência de gênero mais comum é aquela causada pelo parceiro da vítima, seja atual ou passado. Na sequência, figuram como agressores mais frequentes pais e mães, padrastos e madrastas, filhos e filhas. A violência com marcas de gênero se apresenta como modalidade que “[...] transcende diferenças socioeconômicas e geográficas, mas ao mesmo tempo se entranha no cotidiano como prática silenciosa e silenciada” (FBSP, 2021, p. 26).

A manutenção das violências sofridas sob a cortina da intimidade predomina entre as mulheres brasileiras: a maioria das vítimas ainda permanece em silêncio e 44,9% disseram não tomar providências após o ocorrido, afirma o relatório (FBSP, 2021). Ao comparar os resultados com dados coletados em 2019, verifica-se avanço no enfrentamento das violências. Na pesquisa de 2019, 52% disseram não ter feito nada. Entre aquelas que buscam ajuda, a maioria prefere recorrer à família. Amigos e igreja também foram mencionados na pesquisa como apoios importantes. São minoria aquelas que buscam as autoridades policiais.

Ainda segundo estimativas do relatório do FBSP (2021), no período de um ano, estima-se que foram constrangidas por manifestações de caráter sensual ou sexual alheios à sua vontade 26,5 milhões de brasileiras. O relatório denomina tal prática como “assédio sexual”.

---

<sup>2</sup> A pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, caracterizou-se pela disseminação global do novo coronavírus (Sars-Cov-2). Para conter a propagação da doença, medidas rígidas de isolamento social foram determinadas pelas autoridades sanitárias. No Brasil, estudos indicam o aumento nos registros de violência doméstica, bem como de feminicídios, destacadamente em 2020, período em que foi também limitado o acesso às vítimas aos serviços de assistência (Okabayashi *et al.*, 2020).

Em ordem decrescente de frequência, são as queixas mais mencionadas: comentários desrespeitosos recebidos na rua, cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho, assédio no transporte. Estes espaços superam festas e “baladas” como lugares de importunação de caráter sexual. No que se refere às práticas, foram citados beijos e toques não consentidos.

A pesquisa do FPSP (2021) também confirma que, quanto mais jovem, maiores são as chances de ser vítima de assédio sexual. A conta é alarmante: três em cada quatro mulheres, de 16 a 24 anos, sofreu algum tipo de importunação nos 12 meses que antecedem a pesquisa e quase metade das mulheres entre 25 e 34 anos confirmam a experiência. As mulheres pretas e pardas relatam, respectivamente, sofrerem mais assédio sexual do que as mulheres brancas.

Há quem fale em “cultura do estupro” para se referir ao comportamento predatório sexual difuso na sociedade que incita práticas de violências sexuais contra meninas e mulheres. Discursos machistas e estereótipos de masculinidade e virilidade perpassam os processos de socialização, assim como ideias de feminilidade associadas à fragilidade e à subordinação contribuem para tanto. A expressão “cultura do estupro” faz referência ao “[...] conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (SOUSA, 2017, p. 13).

A expressão “assédio sexual”, empregada pelo relatório do FBSP (2021), tem origem na nomeação de experiências de mulheres coagidas sexualmente em seus locais de trabalho. Seu propósito era nomear um tipo de conduta lesiva e frequentemente desculpada por ser considerada “natural”, além de dar às mulheres um recurso para definir experiências de caráter sexual indesejadas, muitas vezes praticadas por superiores hierárquicos. Mais do que uma expressão, reivindicava para as mulheres posições de sujeitos de direitos sobre seus corpos e vontades. Em 1979, Catharine MacKinnon (1997) descreveu o tal “problema sem nome”. O termo “assédio sexual” surgiu, assim, no âmbito da chamada segunda onda<sup>3</sup> do movimento feminista (CARSTENSEN, 2016).

---

<sup>3</sup> Apesar do reducionismo próprio dos esquematismos, um caminho para debruçar-se sobre panoramas dos movimentos feministas é a caracterização por “ondas”. A chamada “primeira onda” se deu a partir da produção teórica e prática estadunidense e europeia, entre a segunda metade do XIX e o início do século XX, quando o movimento se consolidou em torno da luta pela igualdade de direitos para homens e mulheres, especialmente diante de questões como direito ao voto e à vida pública. No Brasil, o movimento de primeira onda se deu principalmente em torno do direito ao voto, desenvolvido na década de 1920, por mulheres intelectuais de classes abastadas. O início da segunda onda feminista é apontado nos anos 1970, fomentado em inspirações do movimento estudantil francês de maio de 1968, que reivindicava a valorização do trabalho feminino, a liberdade sexual, o fim de desigualdades jurídicas e da violência. No contexto brasileiro, movimentos organizaram-se também contra a ditadura militar. A década de 1990 foi berço da chamada terceira onda, de onde emergiram ideias contestatórias de aspectos dos paradigmas já estabelecidos. Vozes das feministas do terceiro mundo apontavam o eurocentrismo e o essencialismo propagados pelos discursos feministas então

No contexto contemporâneo, a expressão “assédio sexual” tem ganhado novas conotações, deixando o reduto do mundo do trabalho e passando a caracterizar o contato de cunho sexual indesejado em outros espaços. Carstensen (2016) historiciza o conceito e afirma: não existe definição universal de assédio sexual. O que costuma aparecer em comum é a qualificação do comportamento proibido, indesejado e prejudicial à vítima. A autora apresenta o conceito partilhado na União Europeia e nos países nórdicos, que se volta a qualquer conduta de natureza sexual indesejada, seja verbal, não verbal ou física. No Brasil, o termo tem ganhado essa acepção mais ampla no senso comum, porém, legalmente, o uso permanece restrito ao contexto laboral. Diz o Código Penal (1940): “Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. A legislação prevê pena de um a dois anos de detenção. A pena será aumentada em até um terço caso a vítima seja menor de 18 anos.

Em 21 de outubro de 2015, *sites* de redes sociais como Facebook e Twitter foram espaço para publicação de uma enxurrada de relatos de vítimas de violência sexual. Como usuária das plataformas, foi com espanto que me deparei com os primeiros testemunhos marcados pela *hashtag* #PrimeiroAssédio. Depoimentos de pessoas próximas a mim deixavam evidente que a violência sexual marca a todos, alguns com mais força, deixando marcas que podem se apresentar como cicatrizes profundas. Numerosos depoimentos de desconhecidos evidenciavam a prevalência da experiência entre aquelas identificadas como meninas e mulheres. Só depois compreendi que se tratava de uma ação mobilizada por uma organização não governamental (ONG) brasileira chamada Think Olga e que o ato se formara como reação a ataques de cunho sexual à imagem de uma menina de 12 anos nas redes sociais.

Identifico-me como uma mulher. Já fui uma menina. Conheço o lugar social apontado pela campanha, em que os corpos femininos são caracterizados como alvos preferenciais da violência sexual. Fui educada para ser menina-moça e, sob esse mote, escrevi, em 2015, um artigo de opinião (MARQUES, 2015) sobre a campanha #PrimeiroAssédio. Chamavam-me a atenção as emoções presentes nos testemunhos revelados: dor, raiva e coragem. Sim, pois também, como mulher, eu sabia que há muitas coisas em jogo ao, publicamente, assumir-se vítima de violência

---

postos. Novas perspectivas de pensamento contemplavam mulheres que não estavam anteriormente no foco das militâncias a partir de recortes de raça, territorialidade, orientação sexual e classe (MATOS, 2010). Inspirada pelas particularidades do movimento feminista a partir dos anos 2000, Matos (2010) cita o despontar da quarta onda do feminismo, em que pode ser evidenciada uma reorganização do Estado, que passaria a promover ações afirmativas, para além da redistribuição econômica. Outros aspectos relevantes para caracterizar essa nova fase seriam a horizontalização das organizações e a construção de diálogos interculturais, com uso frequente de recursos midiáticos, especialmente de tecnologias digitais de comunicação e informação.

sexual. Outro ponto relevante era a dinâmica de contágio: as histórias pareciam ter poder de libertar as narradoras, o que mobilizava novos relatos.

Um ano depois, eu preparava o projeto de pesquisa sobre o tema. Conduzi esta pesquisa, iniciada oficialmente em 2017, em Programa de Pós-Graduação em Psicologia, no contexto da linha de pesquisa Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea, que agrega trabalhos de diferentes matrizes teóricas que investigam a produção de subjetividades na relação com a cultura. Guiei-me pelo interesse acerca dos usos da narração autobiográfica, mediada pelas tecnologias digitais de comunicação e informação, elaborada com características muito específicas nos *sites* de redes sociais. Observei as relações do fenômeno com os ativismos digitais contemporâneos, embora este não tenha sido o caminho escolhido para explorá-lo teórico e empiricamente nesta tese. Guiei-me pelas tradições de pesquisas narrativas na área da Psicologia Social e adotei a análise narrativa mediada como método para buscar respostas às perguntas inerentes ao projeto de pesquisa.

Para brevemente situar a Psicologia Social como ambiência de pesquisa, recorro a Spink (2010), que aponta como linha mestra da disciplina o pressuposto de que somos constituídos por nossas experiências e vivências em sociedade. Quando se fala “processos de subjetivação”, por exemplo, trata-se de ser alguém para outros significativos; ser alguém para instâncias que disciplinam a vida social; e ser alguém para si mesmo, explica Spink (2010). Nesse mesmo texto, a autora explora as categorias de indivíduo, pessoa e sujeito para apontar as implicações das escolhas discursivas que, embora próximas, referenciam diferentes pressupostos teóricos.

Neste estudo, privilegiaremos a categoria sujeito, de modo alinhado com as proposições teóricas de Foucault (2013). Estão em jogo, portanto, processos de objetivação, quando o sujeito se torna objeto para o conhecimento; subjetivação, quando adquire uma consciência de si; bem como de assujeitamento, que se refere à postura de passividade diante de processos sociais impositivos. Os processos de objetivação e a subjetivação são apresentados por Foucault (2013) como complementares, inerentes ao que o autor chama de jogos de verdade (BIRMAN, 2002).

O fio condutor desta pesquisa se estabeleceu em torno da análise narrativa mediada (PAGE, 2018), com a qual percorri inúmeras vezes os caminhos de leitura de um *corpus* formado por 15.000 tuítes, retuítes, respostas e menções, marcados pela *hashtag* #PrimeiroAssédio. Assim, fui ao encontro de questões e temas necessários para pensar as origens, características e efeitos da violência sexual. Para tanto, considerei conceitos e debates ambientados nas epistemologias feministas, tais como gênero, patriarcado, *performance*,

alteridade, entre outros. Não me propus a fazer revisões de literatura acerca destas categorias, especialmente considerando que meu foco esteve voltado em perceber os sentidos emergentes das histórias compartilhadas em análise. A ideia foi dialogar com tais proposições teóricas para contextualizar os saberes construídos e partilhados entre os narradores<sup>4</sup> sob uma ótica feminista.

Apoiada nas palavras de Rago (1998), que descreve as bases de uma epistemologia feminista, posso afirmar que caminhei alinhada à perspectiva crítica que busca evidenciar categorias dominantes, questionando pressupostos tidos como naturais ou universais, mas fundados numa racionalidade burguesa, ocidental, centrada no masculino. A análise narrativa guiada pela crítica feminista busca evidenciar as relações de poder constitutivas da produção dos saberes e expressas nas relações intersubjetivas. Dessa maneira, assumo o caráter político da pesquisa.

Foi com essa postura que conduzi o objetivo geral deste estudo: investigar como a mobilização, marcada pela *hashtag* #PrimeiroAssédio, levou milhares de pessoas a transpor obstáculos erguidos pela cultura patriarcal para compartilhar publicamente memórias e marcas deixadas pelas violências sexuais vividas. Esse propósito foi organizado em objetivos específicos, que contribuiriam para a delimitação do projeto e possibilitaram sua consecução.

O primeiro objetivo específico é apresentar a mobilização #PrimeiroAssédio em contexto sociopolítico e cultural. Apresenta-se, no segundo capítulo da tese, o cenário brasileiro entre 2013 e 2015, destacando fatores que favoreceram a proposição da campanha, bem como a tática mobilizadora empregada, que combina possibilidades de articulação das plataformas de redes sociais com a potência social da multidão. Ainda nesta seção, apresento múltiplas possibilidades epistemológicas e metodológicas de abordagem do fenômeno, por meio de breve revisão da literatura acadêmica publicada sobre a campanha.

O segundo objetivo específico é qualificar o conjunto de tuítes analisados como uma história compartilhada (PAGE, 2018), no formato de narrativa em rede. No terceiro capítulo, discuto referenciais teóricos e metodológicos adotados, de modo a construir e circunscrever o objeto de pesquisa. No banco de dados, os tuítes constituem unidades de análise considerados pequenas histórias (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008) interligadas pela

---

<sup>4</sup> O *corpus* analisado é composto por tuítes elaborados por perfis identificados como masculinos e femininos. Uma primeira verificação desses qualificadores foi possível a partir da observação dos metadados agregados ao banco de dados, que apresentam o campo sexo conforme cadastro do usuário na plataforma. No entanto, ao analisar discursivamente os textos, verifiquei, em amostra do *corpus*, uma incompatibilidade entre discurso e o dado sobre gênero. Diante disso, optei por considerar o gênero apresentado discursivamente. Empregarei o termo “narradores” para me referir ao universo de perfis que publicaram as postagens que integram o banco de dados analisado – masculinos e femininos. A flexão de gênero “narradoras” marcará a menção à voz coletiva feminina que se expressa como protagonista da narrativa compartilhada em rede.

face técnica e semântica da *hashtag* #PrimeiroAssédio (DINIZ DA SILVA, 2017). Esses conceitos são âncoras teóricas que sustentam o fenômeno como um objeto de pesquisa a ser analisado com metodologia específica, sendo esta a análise narrativa mediada, proposição de combinação de técnicas de pesquisa formulada pela pesquisadora Ruth Page (2018). O terreno epistemológico no qual estrutura a abordagem teórico-metodológica é o Construcionismo Social, que destaca a dimensão da interação humana para a produção de saberes, com centralidade na linguagem. Essa perspectiva marca minha postura diante do fenômeno estudado, recusando um ideal de objetividade, colocando-me também como um sujeito posicionado na condução do estudo.

No quarto capítulo, em que abordo o terceiro objetivo específico, analiso jogos de forças discursivos favoráveis e desfavoráveis às revelações inerentes ao banco de dados. A análise está organizada em quatro seções que representam movimentos identificados e explorados na dinâmica de narração compartilhada em rede: convocação, identificação, nomeação e deslocamentos. Na seção Convocação, exploro os elementos constitutivos da mensagem de chamamento elaborada pela ONG Think Olga, ao lançar a campanha, e examino a percepção dos sujeitos em interação acerca da noção de narratividade que vai se constituindo à medida que crescem as interações e o número de histórias compartilhadas.

Na seção Identificação, busco aspectos discursivos que indicam a emergência, no âmbito da narrativa, de um polo narrador coletivo constituído a partir de uma percepção expressa por boa parte das narradoras de situarem-se em lugares sociais comuns, o que torna seus corpos alvos preferenciais da violência sexual. Atendendo a um aspecto referente na mensagem de convocação, esse “nós” se caracteriza como feminino e aponta para categorias como “menina”, e mais fortemente, “mulher”<sup>5</sup>. Faz-se importante destacar o uso estratégico das categorias identitárias na dinâmica de produção narrativa, aspecto que não pressupõe uma homogeneidade de corpos e sujeitos, mas indica dinâmicas de reconhecimento a partir de vivências e afetos comuns, além de constituição de poder<sup>6</sup>. Além do “nós” narrador, nesta seção

---

<sup>5</sup> Esse achado, que emerge do *corpus* em análise, merece a demarcação de alguns pressupostos. Este estudo não pretende defender a validade do “sujeito mulher” (RAGO, 1998). O uso estratégico desta categoria identitária é um dado que indica um caminho partilhado entre os narradores para demarcar um lugar social comum e, assim, constituir autoridade. Como pesquisadora, estou ciente da complexidade teórica da categoria, que remete, inclusive, ao surgimento das lutas emancipatórias feministas, mas, como reconhece Rago (1998), o fortalecimento da identidade da mulher possibilita visibilidade às pautas femininas.

<sup>6</sup> Refiro-me aqui ao poder que emerge das interações sociais, como indica Foucault (2013). O autor fala de ação e reação, de formas de resistência, ao discorrer sobre poder e insubmissão: “[...] no centro da relação de poder, provocando-a incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransitividade da liberdade. Mais do que um antagonismo essencial, seria melhor falar de agonismo – uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (FOUCAULT, 2013, p. 289-290).

apresento outros personagens e cenários frequentes nas pequenas histórias que ganham destaque na narrativa compartilhada em rede.

Na seção Nomeação, a análise textual é conduzida de maneira mais minuciosa para examinar os processos de negociação, no âmbito da narrativa compartilhada, que favorecem a definição daquilo que os narradores se propõem a chamar de “primeiro assédio”. Destaco que a busca é pelo sentido social partilhado para o termo, que ganha força de expressão no uso cotidiano da linguagem, sem compromisso com a definição estabelecida na legislação brasileira. A dimensão interacional da conversação em rede se apresenta como zona de debate e produção social desses sentidos.

Ao articular os achados da análise narrativa mediada, privilegiarei emprego do termo “violência sexual”, por considerá-lo relativamente mais abrangente para apontar a variedade de situações relatadas nas pequenas histórias. Trata-se de uma ampla gama de condutas, sejam aquelas claramente condenáveis diante do pacto social vigente, sejam aquelas parcialmente aceitas e naturalizadas: olhares, chamamentos e toques. Há sutilezas expressas nas narrações das vivências que são contornadas e etiquetadas com o uso da *hashtag*. Os afetos carregados pelas pequenas histórias são reveladores das marcas deixadas pelas agressões.

Como enfatizam Armstrong, Gleckman-Krut e Johnson (2018), é preciso considerar que a violência sexual é causa e consequência da desigualdade de gênero e também de raça/etnia, classe, sexualidade, idade, condição de capacidade, condição de cidadania e nacionalidade. As autoras destacam: as diferentes formas de violência sexual, praticadas contra diferentes corpos e em diferentes locais e épocas contribuem para manter e criar assimetrias de poder. E aqueles que empregam a violência sexual e alcançam tais efeitos não estão necessariamente conscientes desses processos.

Por fim, na seção Deslocamentos, destaco aspectos da trama discursiva que apontam a produção de novos lugares sociais para meninas e mulheres que se reconhecem como vítimas de uma violência sexual cotidiana, cerceadora de suas potencialidades e direitos. Diante disso, reclamam o direito de narrar suas experiências livres de constrangimentos, reivindicando a autonomia sobre seus corpos.

A presente pesquisa justifica-se por sistematizar saberes agregados pelos narradores, por meio da referida *hashtag*, apresentando uma face íntima da violência sexual, que até se conhece, mas pouco se encara. Mostra ainda o leque de afetos aprendidos para lidar com aquilo que se negocia chamar de violência e indicações de transformações que despontam em recorte específico e, ao mesmo tempo, bastante abrangente: a cultura nacional.



Ao sobrepor centenas de pequenas histórias, organizo uma vívida camada de humanidade para se justapor aos já alarmantes dados estatísticos periodicamente *publicizados*, que revelam a alta prevalência da violência sexual na vida social brasileira, com acometimento ainda mais incisivo de pessoas em situação de vulnerabilidade, com destaque para meninas negras e pobres.

O banco de dados examinado nesta pesquisa resulta de conversação em rede, mediada pela plataforma Twitter, com inúmeras repercussões para além desse sítio. Este caso exemplifica a dinâmica de agendamento da esfera pública a partir de táticas de produção narrativa que driblam poderes institucionais. As possibilidades de interação oferecidas pelas mídias sociais e o modo como impulsionam a circulação de informações emergem como motor paralelo para a comunicação em larga escala, em movimento simbiótico com as mídias tradicionais (BOYNTON; RICHARDSON, 2016). Esses recursos e seus usos pelos movimentos sociais merecem registro e atenção daqueles que se interessam pelo estudo das transformações na sociedade em rede e os debates em torno da cultura da participação, ambientado no estágio atual do capitalismo, marcado pelo poder das grandes corporações. Esse tópico extrapola os objetivos dessa pesquisa, mas se faz presente ao apontar para a necessidade de se estabelecer parâmetros regulatórios para proteger e normatizar os espaços de debate público, diante dos riscos de interferência e de extravagâncias disfarçadas de liberdade de expressão, que abrem trincheiras para a circulação de mensagens de ódio, incitação à violência e desrespeito à privacidade.

## 2 #PRIMEIROASSÉDIO

Ao elaborar um estudo de caso que investiga como uma campanha, iniciada em *sites* de redes sociais, levou milhares de vítimas brasileiras de violência sexual a compartilharem seus testemunhos, marcando-os com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, é preciso partir situando o evento em certo contexto histórico, sociopolítico e cultural. Tal passo se faz necessário para destacar suas raízes, certas condições de possibilidade que favoreceram sua ocorrência, além de apontar caminhos para opções teórico-metodológicas. Já assumindo a escolha de uma abordagem fundada no terreno das pesquisas narrativas, destaco a relevância dos contextos, pessoais e coletivos, para a produção e compreensão de histórias. Espaço, tempo e lugares são variáveis que importam a esta perspectiva, pela compreensão de que as narrativas são produtos e, ao mesmo tempo, produtoras de dimensões da vida social.

### 2.1 Contexto

O ano de 2015 foi de ebulição para os movimentos de mulheres e feministas no Brasil. Mobilizações de diversos portes se multiplicaram pelo país, ocupando ruas das grandes cidades e marcando arenas discursivas da internet. Esse ponto de fervura não foi alcançado subitamente, mas resultado, dentre outros fatores, da crescente ocupação do espaço público pelas jornadas de junho de 2013<sup>7</sup>. Tais movimentos ficaram marcados pela *hashtag* #VemPraRua e apresentavam um leque variado de reivindicações. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope) (G1, 2013) relacionou uma lista de temas e subtemas mencionados pelos manifestantes naquela ocasião<sup>8</sup>: transporte público (preço, qualidade); ambiente político (contra a corrupção, necessidade de mudança, insatisfação com governantes em geral); gastos com a Copa do Mundo e das Confederações (desvios de dinheiro, gastos acima do orçamento); saúde; reação à ação violenta da polícia; justiça e segurança pública; educação; contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37 (que restringia a realização de investigações criminais por entidades como Ministério Público, Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, Receita Federal); por direitos e democracia (luta por um país melhor, justiça social, igualdade); e

<sup>7</sup> Os protestos de junho de 2013 são qualificados como os maiores que o Brasil experimentou desde o processo de redemocratização. Da mobilização contra o aumento da tarifa de ônibus, passou-se a uma pauta difusa, marcada pela emergência de um sentimento de insatisfação generalizado. O contexto permitiu o crescimento de grupos ligados à direita política, como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online, estes que vieram a apoiar o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em outubro de 2016. A pesquisadora Nina Santos (2018) descreve a formação de um ecossistema midiático digital inerente a tais protestos.

<sup>8</sup> A pesquisa do Ibope entrevistou 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília, na dia 20 de junho de 2013.

administração pública (redução de impostos, reforma tributária, contra o aumento da inflação, por licitações públicas transparentes).

Em 20 de junho de 2013, dia em que foi aplicada a mencionada pesquisa do Ibope, aproximadamente 1,4 milhão de pessoas tinham ido às ruas em 130 cidades brasileiras (BOGADO, 2018). Apresentava-se um Brasil em “efervescência política”, que experimentava as possibilidades dos ativismos digitais, borrando fronteiras entre o ciberespaço e as ruas. Bogado (2018) cita características desses movimentos: uso intenso de recursos midiáticos para promover a circulação de contranarrativas; sobreposição de face coletiva dos movimentos frente a ações identificáveis como individuais, inclusive como estratégia para dificultar a localização de lideranças; experimentações de pressões a instituições públicas e privadas para dar andamento a reivindicações sem a mediação direta da política partidária. Essas táticas foram levadas para as mobilizações que vieram em anos posteriores.

Em 2015, o protagonismo feminino foi visto nas ruas. Em 30 de maio, ocorreu a 5ª Marcha das Vadias em São Paulo. O enfrentamento da culpabilização das mulheres pelas violências sofridas, especialmente nos casos de violência sexual, constituía a principal pauta da manifestação, mas a legalização do aborto foi também uma bandeira relevante nesta edição (CRUZ, 2017). A semente para o ato da Marcha das Vadias havia surgido em 2011. Originou-se no ambiente universitário, em ações de enfrentamento à violência sexual na cidade de Toronto, no Canadá. Um policial teria então afirmado que as mulheres minimizariam riscos de estupro se não se vestissem como *sluts*, ou seja, vagabundas, putas, vadias. Por isso, o primeiro ato realizado em 3 de abril foi denominado *Slutwalk* de Toronto e reivindicava a autonomia das mulheres sobre seus corpos. A proposta se disseminou pelo mundo, por meio da articulação entre grupos feministas. Em países de língua espanhola, foi batizada de *Marcha de las Putas* ou *Marcha de las Vagabundas*. No Brasil, Marcha das Vadias. A primeira edição brasileira ocorreu em 2011, em São Paulo, e, desde então, alcançou todas as regiões brasileiras (GOMES; SORJ, 2014).

As pesquisadoras Carla Gomes e Bila Sorj (2014) conduziram pesquisa sobre a Marcha das Vadias no Brasil e registraram especificidades. Questionários aplicados entre as organizadoras em atos no Rio de Janeiro, em 2011 e 2012, indicaram a predominância de mulheres jovens, de cor branca e com nível educacional universitário. Por outro lado, as autoras identificaram a presença, entre organizadores e manifestantes, de pessoas de “identidades não hegemônicas (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgênero – LGBT)” e também de homens. Assim, apontam uma “[...] linha de continuidade com o que encontramos nos registros históricos sobre a composição social das feministas, desde o movimento das *suffragettes* até

geração dos anos 1970” (GOMES; SORJ, 2014, p. 438) e, ao mesmo tempo, um sujeito político do feminismo mais diversificado e não necessariamente identificado sexual e biologicamente como mulher. Gomes e Sorj (2014, p. 441) percebem, no movimento Marcha das Vadias, “[...] o deslocamento ou negociação de diferenças de gênero, sexualidade e geração” que seriam característicos do feminismo contemporâneo. No entanto, afirmam certa limitação para contemplar questões relacionadas a especificidades raciais e de classe, como as dos corpos negros. Essa questão é indicada como definidora de desarticulações e divisões entre as organizadoras das manifestações.

Agosto de 2015 foi o mês da Marcha das Margaridas, realizada nos dias 11 e 12, em Brasília, capital federal. Esse ato vem sendo articulado com regularidade desde os anos 2000, sob a coordenação da Secretaria de Mulheres da Confederação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Os atos buscam fortalecer a articulação política de mulheres do campo e da floresta, em busca de reconhecimento e legitimidade, diante dos processos de transformação em curso. A pesquisadora Vilenia Aguiar (2017) destaca a importância das mobilizações diante das ameaças por conflitos decorrentes da expansão do agronegócio e de impactos de grandes projetos desenvolvimentistas.

Em 18 de novembro de 2015, foi realizada a Primeira Marcha das Mulheres Negras “Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver”. O ato foi organizado por um comitê impulsionador articulado em 2013, com braços em diversas cidades brasileiras, que conseguiu levar a Brasília milhares de ativistas de diversas regiões. Naquele dia, as manifestantes partiram do ginásio Nilson Nelson, caminharam pela Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional, levando o lema “Uma sobe e puxa a outra!”, além de uma extensa pauta de reivindicações. Para a pesquisadora Rosália Lemos (2016, p. 233), a marcha foi um exemplo de “[...] expressão da cultura cívica no que diz respeito à socialização e união da visão de diferentes mulheres negras sobre sua realidade no Brasil”. Denúncias contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia e o capitalismo estiveram em pauta, contempladas em objetivos mais amplos: afirmação das mulheres negras e visibilidade às demandas relativas a desigualdades de gênero, raça, classe e orientação sexual e religiosa. A preparação da marcha contribuiu para a articulação de diversos coletivos de mulheres negras pelo país, com desdobramentos importantes para os movimentos sociais, como indica Julia Abdalla (2020), em seu trabalho sobre a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região.

Outro evento que exemplifica as atenções e tensões em volta do tema dos direitos femininos envolveu o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) realizado nos dias 24 e 25 de outubro. O teste trouxe questão com citação célebre da filósofa francesa Simone de

Beauvoir – “Não se nasce mulher, torna-se” – e perguntava sobre movimentos sociais dos anos 1960 que se propunham a promover a igualdade de gênero. Na mesma edição do exame, o tema indicado para redação foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” (INEP; MEC, 2015). As abordagens suscitaram reações de alas conservadoras da sociedade brasileira. Um fato pitoresco e ilustrativo das estratégias de enfrentamento foi o ataque ao verbete referente a Beauvoir na versão brasileira da plataforma Wikipédia<sup>9</sup>. Registros na imprensa (BARIFOUSE, 2015) relatam que, nos dias seguintes à prova, a página dedicada à filósofa teve crescimento expressivo no número de visitas: de média diária de 250 acessos diários para 35.000 registros em 26 de outubro. Com a visibilidade, vieram as edições de conteúdo na plataforma, que emprega tecnologia *wiki – software* que permite a qualquer pessoa criar e alterar as páginas. Foram contabilizadas, então, 46 edições em quatro dias. Número atípico se considerado que, ao longo de todo o ano de 2015, o verbete sofrera dez alterações. O teor das mudanças revelou o caráter malicioso. Informações foram distorcidas e Beauvoir qualificada como antifeminista e defensora de pedofilia e do nazismo. A Wikipédia qualificou o episódio como vandalismo e restringiu a possibilidade de modificações do verbete.

Ainda em novembro de 2015, milhares de pessoas se mobilizaram nas redes sociais e nas ruas das principais capitais do Brasil em atos de protesto contra o Projeto de Lei nº 5.069/2013, de autoria do deputado federal Eduardo Cunha, que propunha dificultar o acesso à profilaxia e ao aborto legal para mulheres, mesmo em situações previstas em lei, como estupro, risco de morte à gestante e anencefalia. O texto foi visto por segmentos da sociedade como sinal de ameaça a direitos já conquistados pela população feminina brasileira. O projeto, que está pronto para ser apreciado pelo plenário da Câmara Federal desde então, propõe alteração no Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) para tipificar como crime contra a vida o anúncio de “meio abortivo” e estabelecer penas para quem “induz a gestante à prática de aborto”. Poderiam ser enquadrados nessas categorias, inclusive, profissionais de saúde que oferecessem contracepção de emergência, a também chamada de pílula do dia seguinte, ou quaisquer informações sobre modalidades de abortamento legal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

O contexto retratado por meio dos eventos acima narrados foi batizado por veículos de imprensa brasileiros como “Primavera das Mulheres no Brasil” (GRILLO; OLIVEIRA;

---

<sup>9</sup> A Wikipédia se apresenta como uma enciclopédia *on-line*, elaborada por uma comunidade virtual formada por pessoas interessadas na construção de uma fonte terciária de informações, construída de modo colaborativo.

BUSCATO, 2015), denominação inspirada na chamada Primavera Árabe<sup>10</sup>. Outros elegeram 2015 como “o ano das mulheres” (CAZARRÉ, 2015). O enfrentamento às diversas formas de violência foi tema que permeou todas as manifestações. Editorial publicado pelo jornal *El País* em 13 de novembro de 2015 afirmava que, enquanto mulheres mundo afora estariam lutando por salários iguais, paridade nos conselhos de administração e leis que permitam conciliar o trabalho com a vida familiar, as mulheres brasileiras estariam “brigando” para manter conquistas e por mais respeito no cotidiano: “[...] pelo direito de poder ir à rua (num ônibus ou no metrô) sem que ninguém as assedie ou insulte ou lhes falte com o respeito: para que as meninas de hoje não sofram os mesmos maus-tratos que sofreram e sofrem suas avós, suas mães e irmãs mais velhas” (EL PAÍS, 2015, s.p.).

Segundo análise realizada por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) das coberturas do fenômeno pelas revistas *Época*<sup>11</sup> (nº 909) e *IstoÉ* (nº 2.397), tais veículos retrataram a “Primavera das Mulheres no Brasil” de maneira positiva, destacando o crescimento do movimento, *on-line* e *off-line* (CARDOSO; LIMA; ROCHA, 2016). No entanto, o trabalho registrou que, em ambas as coberturas, a maioria das fontes citadas era branca e de classe média, participava ativamente do movimento feminista ou estava sendo ouvida na condição de pesquisadora ou especialista. Na visão dos acadêmicos (CARDOSO; LIMA; ROCHA, 2016), a cobertura das referidas revistas, nas edições mencionadas, não deu visibilidade a um segmento importante de participantes, composto por mulheres não engajadas diretamente em movimentos organizados, mas que foram às ruas e aos *sites* de redes sociais, aderindo aos atos. Mulheres que encontraram no cotidiano razões para levantar a voz, uma bandeira ou um cartaz. A adesão desse público configura traço importante da fase atual do movimento feminista, caracterizado pela horizontalidade, como afirma Matos (2010).

Os usos das tecnologias digitais de informação e comunicação para o ativismo feminino é, desde então, fenômeno reconhecido pela sociedade. “A voz feminina se impõe nas ruas e nas redes sociais e se torna protagonista na luta pelos direitos civis, pelo fim do assédio, da intolerância e até pela cassação do deputado Eduardo Cunha”, publicou a revista *IstoÉ* (BRANDALISE; PEREZ, 2015, s.p.). “As mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país”, anunciou a revista *Época* (GRILLO; OLIVEIRA;

<sup>10</sup> A denominação “Primavera Árabe” aponta para uma onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2011 e empregou a internet para articular atos e dar visibilidade às ações.

<sup>11</sup> As revistas *Época* e *IstoÉ* circulam nacionalmente com periodicidade semanal e possuem circulação média de aproximadamente 390.000 e 322.000 exemplares, respectivamente.

BUSCATO, 2015). O crescente uso das mídias digitais por movimentos de mulheres tem sido indicado como estratégia para driblar o bloqueio às pautas feministas verificado na grande imprensa até então. “Sem dúvida, na era digital, as possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância ainda mais potente” (VIEIRA, 2012, p. 13 *apud* CARDOSO; LIMA; ROCHA, 2016, p. 11).

Mobilizações mais horizontais, menos institucionalizadas, organizadas por coletivos, com emprego intenso de recursos de comunicação, em especial de plataformas de redes sociais, popularizando o debate sobre direitos e equidade de gênero, essas são características de uma série de eventos ocorridos no Brasil, sob inspiração de outras experiências pelo mundo, que dão contornos ao que alguns acadêmicos e ativistas preferem chamar de quarta onda do movimento feminista. Há também temas com maior projeção nesse contexto. A violência, destacadamente a sexual, perpetrada contra meninas e mulheres, está entre estes.

Há, contudo, muitas críticas a essa denominação e à organização do movimento feminista em ondas. Gomes e Sorj (2014) sistematizam argumentos contrários a essa periodização. A metáfora de “onda” remeteria a um processo de substituição de feminismos, como se não houvesse continuidades entre os distintos momentos e contextos. Outras razões seriam a limitação para incluir nessa denominação as múltiplas expressões do feminismo, bem como a aparência de neutralidade, que esconderia disputas de poder e lutas por reconhecimento.

“Se vivemos uma quarta onda do feminismo esta é tipicamente latino-americana”, afirmou Cecília Palmeiro, uma das organizadoras do movimento argentino *Ni una menos*, em entrevista à revista *Cult* (GONZALEZ, 2017). Seu relato sobre as ações ressaltava a escolha de palavras de ordem para agregar forças dentro e fora das fronteiras geográficas e culturais, de maneira coletiva, sem lideranças formais ou institucionais, fazendo largo uso de meios digitais de comunicação e informação. Movimentos como aquele nascido na Argentina em 2015 e propagado internacionalmente vêm elaborando novos repertórios de mobilização, alterando e multiplicando os espaços de fala para além dos monopólios dos meios de comunicação de massa tradicionais, encurtando distâncias e semeando causas, bandeiras e coletivos feministas. São experimentos tecnopolíticos que fazem uso de novas linguagens, a partir de novos campos discursivos de ação (ALVAREZ, 2014).

Para tais movimentos, *sites* de redes sociais projetam-se como espaços para organizações de eventos, debates, trocas de informações, produções de alianças, enfrentamentos e manifestações de caráter *performático*. Entre os usos dos recursos digitais

para divulgar reivindicações e realizar mobilizações, que caracterizariam o ativismo digital, e as apropriações técnicas das tecnologias de comunicação e informação, que apontariam para o ciberativismo, há uma variedade de formas para lidar com essas ferramentas contemporâneas (ROCHA, 2017). Algumas práticas que geram vínculos mais voláteis, mas não menos efetivos, chegam a ser pejorativamente qualificadas como “ativismo de sofá” (COSTA, 2018), numa expressão reveladora de um possível estranhamento geracional no âmbito dos movimentos sociais – uma vez que tradições de táticas de protesto político são de ocupação das ruas e praças e outras estratégias presenciais.

A *performance* de testemunho em multidão tem sido *performance* frequente entre os movimentos feministas da última década. Estamos falando de chamamentos para narração em primeira pessoa, sobre um tema predeterminado e estruturado na forma de *hashtag*. Essa ferramenta funciona ao mesmo tempo como um laço a interligar narrativas e como uma concessão para uso de turnos de fala na grande arena conversacional da internet. A estratégia produz visibilidade, amplia as possibilidades de interação de modo aparentemente contagioso, estreita ainda mais os limites entre o que é pessoal ou público, propõe alianças e possibilita também embates.

## 2.2 A campanha

Foi em 21 de outubro de 2015 que a *hashtag* #PrimeiroAssédio despontou entre os assuntos mais comentados nas zonas brasileiras dos *sites* de redes sociais Facebook e Twitter. Como perfil mobilizador da propagação da *tag*, identificava-se a ONG Think Olga<sup>12</sup>, criada em 2013 pela jornalista brasileira Juliana de Faria. Em entrevista, ela conta que morava em Berlim quando idealizou um projeto de conteúdo e empoderamento feminino por meio da informação.

Tudo partiu da minha própria experiência, mas logo se transformou em algo de todas nós. [...] Fui assediada pela primeira vez aos 11 anos, quando comecei a ir sozinha para a escola. E isso acontecia em ambientes que deveriam ser seguros, como a escola, as festas que frequentava ou os espaços públicos por onde passava. Nunca consegui falar sobre isso na época porque, em geral, existe uma tendência de desacreditar a vítima. Você começa então a se sentir culpada por andar desacompanhada, ou passa a achar que a violência é algo normal, corriqueiro. Até agora tenho dificuldade em falar sobre tudo o que aconteceu comigo. O projeto foi como um gatilho. Lembrei de todas as violências que tinha sofrido. A tendência é jogarmos esses abusos numa caixinha com a intenção de esquecê-los. Como disse Monique Evelle (ativista idealizadora de

<sup>12</sup> Página da ONG Think Olga na internet: <https://thinkolga.com>. Em 2022, a ONG se apresenta por meio da missão de “[...] sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e intersecções, além de educar e instrumentalizar pessoas que se identifiquem como agentes de mudança na vida das mulheres” (OLGA, 2022, s.p.).



projetos como o Desabafo Social e uma das 25 mulheres negras mais influentes da internet), eu nunca fui tímida, eu fui silenciada. (FARIA, 2017, s.p.).

Naquela ocasião, o perfil Think Olga no Facebook convocava sua rede de contatos a participar de uma ação coletiva de compartilhamento de histórias que relatassem o primeiro “assédio sexual” de que essas pessoas tinham memória. A imagem associada a esse convite apresenta três postagens de usuárias do Twitter que marcam o perfil da Think Olga ao contarem situações em que, aos 11, 12 e 13 anos, haviam sofrido episódios de importunação sexual nas ruas. A imagem servia como apresentação de um modelo do tipo de relato que a organização pretendia reunir com a *hashtag* #PrimeiroAssédio. O chamado apontava para o perfil da organização no Twitter:

No Twitter, estamos compartilhando histórias sobre a primeira vez que nossas seguidoras foram assediadas: 9, 10, 11 e 12 e já são marcadas pela violência sexual. Você viveu algo parecido? Divida com a gente sua história com a *hashtag* que criamos, a #PrimeiroAssédio.

A mesma publicação demarcava o mote tomado para a campanha por meio da indicação de leitura do texto “Quando uma menina de 12 anos desperta o desejo de homens adultos, precisamos falar sobre pedofilia”, assinado por Carol Patrocínio (2015) e publicado no *site* Medium.com. O texto descreve uma garota de 12 anos que participava então de um *reality show* de culinária infantil na televisão aberta brasileira e que, sob os holofotes dos estúdios de televisão e com sua imagem circulando nas redes sociais, havia atraído o desejo sexual de homens adultos. “V.<sup>13</sup> tem 12 anos. Ela tem um corpo de uma menina de 12 anos de idade. Ela é loira, branquinha e age como uma menina de 12 anos de idade”, descreve o texto. E demarca o ponto de partida: “Vamos deixar algo claro desde o começo: qualquer tipo de relação de natureza sexual com uma criança é estupro”. Daí em diante, a autora defende a importância de “nomear corretamente as coisas” e afirma que, na sua avaliação, o “assédio” à imagem da garota não se trata propriamente de pedofilia, mas de uma permissão cultural para “falar absurdos”.

O texto faz menção à publicação realizada por um usuário do Twitter em 20 de outubro de 2015 que dizia: “Sobre essa V.: se tiver consenso, é pedofilia?”. Em resposta a esta mensagem, outro usuário do Twitter escreveu: “Viu o Penta do São Paulo já aguenta, dizem”.

---

<sup>13</sup> O nome da menina cujo ataque sexual à sua imagem motivou a campanha #PrimeiroAssédio não será citado neste texto. Embora sua identificação tenha circulado amplamente na imprensa por ocasião da campanha e que depois a própria garota, hoje maior de 18 anos, tenha gravado e divulgado vídeos comentando o episódio, opto aqui por preservar sua privacidade. Um argumento para tanto: a literatura sobre o tema da violência sexual indica que muitas vítimas afirmam terem suas identidades atreladas de forma determinante às violências sofridas, e isso causaria diversos impactos em suas trajetórias de vida. Assim, à garota V. será conferido o mesmo tratamento – de anonimato – dado às demais vítimas de violência sexual que apresentam suas memórias atreladas à *hashtag* #PrimeiroAssédio.

Diante da análise dessas postagens, a autora lembra que o termo “novinha” está entre os mais procurados em *sites* pornográficos brasileiros e o coloca em paralelo à palavra “ninfeta”, outra expressão usada para fazer referência às garotas para caracterizar meninas adolescentes tomadas como objeto de desejo sexual. Patrocínio (2015) ainda chama a atenção para as campanhas publicitárias que hipersexualizam crianças e infantilizam mulheres adultas, dois movimentos que apontam para essa imagem objeto de desejo masculino.

O texto de Patrocínio (2015) ainda descreve processos de construção de vulnerabilidades e questiona crenças instituídas na cultura, entre elas a ideia de que as meninas amadurecem mais rapidamente. A autora esmiúça essa construção social evidenciando que, enquanto a sociedade encaminha meninas para uma maturidade precoce, “[...] os meninos e homens são perdoados por todos seus erros porque são apenas garotos, independente da sua idade” (PATROCÍNIO, 2015, s.p.). Somado a isso está o recurso de desqualificação moral das garotas para justificar violências e abusos. “Não importa o que uma mulher faça: basta despertar o desejo em um homem e você se torna vagabunda”, afirma Patrocínio (2015, s.p.).

Aos 12 anos, participando de um programa infantil de culinária, vestida como uma criança, a menina V. não foi poupada desse artifício. “Safada”, escreveu um usuário do Twitter. “E a V. fazendo aqueles pratos... vagabunda demais [...]”, escreveu outro usuário em 21 de outubro de 2015. “A culpa é dessa pedofilia gostosa”, publicou outro usuário. Patrocínio (2015) usa esses textos como motes para impulsionar o debate sobre a cultura do estupro no Brasil. Destacava o discurso de base naturalista que atribui aos hormônios masculinos a reponsabilidade por rompantes de desejo supostamente incontroláveis que justificariam, aos olhos dessa mesma cultura, os desrespeitos aos corpos femininos, inclusive aos infantojuvenis. Assim encerra:

A culpa não é delas. O que deveria fazer V.? Abrir mão do sonho de ser chef? Esconder-se atrás de roupas masculinizadas? Encontrar maneiras de ser menos atraente? Essas são saídas que todas nós, mulheres, encontramos a vida toda, mas não são saídas que queremos oferecer para as meninas. Elas merecem um caminho melhor do que o nosso. (PATROCÍNIO, 2015, s.p.).

No Twitter, o perfil @ThinkOlga publicou, no dia 21 de outubro de 2015, uma sequência de *posts* encorajando a participação na ação *on-line* marcada pela *hashtag* #PrimeiroAssédio.

Desde a infância, somos ensinadas que o ESPAÇO PÚBLICO NÃO NOS PERTENCE. E se tentarmos retomá-lo, seremos retaliadas. #PrimeiroAssédio (19h45).

Por favor, compartilhem suas histórias com a hashtag #PrimeiroAssédio. Vamos reunir as histórias e publicá-las na OLGA. (22h35).

Obrigada a tantas mulheres que encontraram força para dividir suas histórias. Vamos reunir num post da OLGA sobre o #PrimeiroAssédio (22h51).

Em abril de 2018, por meio de uma postagem no Facebook, a organização Think Olga fez uma análise retrospectiva sobre a campanha #PrimeiroAssédio. Rememoram a propagação da mobilização. Entre a noite de quarta-feira, 21 de outubro, até a meia-noite do domingo, 25, a organização contabilizou a replicação da *hashtag* mais de 82.000 vezes, considerando tuítes e retuítes. Nesse relatório – que considerou dados publicados pelo Instituto Avon sobre o aumento em 324% nas menções ao assédio sexual nas redes sociais entre 2015 e 2017 –, a organização Think Olga reivindicava um protagonismo nesse movimento, apontando para o potencial dessas plataformas midiáticas para a mobilização e transformação social.

Demos ali a largada em um movimento catártico e gigantesco de mulheres que ajudaram a mostrar que o que aconteceu com a cozinheirinha de 12 anos é a simples realidade das meninas brasileiras. E que, embora muitos ainda duvidem, as redes sociais têm, sim, um enorme poder para provocar reflexão e empoderamento. (THINK OLGA, 2018).

Quando interpelou sua rede de contatos por meio do Facebook e Twitter para mobilizar a campanha #PrimeiroAssédio, a organização Think Olga já vinha investindo na investigação do tema da violência sexual e acumulando capital social ao articular uma rede de contatos interessada no tópico. Já reunia, então, nas plataformas de redes sociais, recursos significativos para engajamento e mobilização social. Antes mesmo de lançar a campanha #PrimeiroAssédio, a fundadora, Juliana de Faria, já tinha tido amostras da potência do tema e da possibilidade de mobilização narrativa decorrente dos afetos mobilizados pelo assunto.

Ao fazer o chamado para a campanha #PrimeiroAssédio no Facebook, ela fez referência à sua participação no TEDx Talks em julho de 2015, quando apresentou os propósitos e o desenrolar da campanha Chega de Fiu Fiu, uma primeira iniciativa da organização Think Olga que buscava combater a importunação sexual nas ruas e notificar num mapa pontos de ocorrência de casos. Na palestra, Juliana de Faria conta que a campanha Chega de Fiu Fiu nasceu de medos e anseios pessoais. Por isso, ela se sentia impelida a narrar a própria história, sobre como teria sido “traída pelo próprio corpo” na puberdade, quando passou a ser alvo de investidas masculinas que lhe causavam sofrimento. De acordo com o seu relato, aos poucos, ela teria compreendido que o corpo de uma mulher não lhe pertence. “O corpo da mulher é público”, reforçou (FARIA, 2015a, s.p.).

O desenrolar da campanha Chega de Fiu Fiu, a partir de 2013, com a partilha de imagens com mensagens bem-humoradas sobre respeito aos corpos femininos, abriu um canal

para que a própria Juliana de Faria e a organização Think Olga passassem a receber espontaneamente histórias pessoais de violência sexual.

Essas ilustrações, de forma totalmente orgânica, viralizaram na internet. E, a partir daí, dezenas de mulheres começaram a me escrever. Elas estavam dividindo comigo as suas próprias histórias com o assédio, seus traumas, seus medos. E muitas delas estavam dividindo pela primeira vez, com uma estranha, do outro lado do computador. (FARIA, 2015a, s.p.).

Uma pesquisa sobre o tema aplicada a partir de um questionário disponibilizado eletronicamente agregou mais de 8.000 respondentes. “Elas vieram atrás, queriam participar, elas queriam falar sobre isso. Queriam dar sua fala, sua experiência”, afirma Faria (2015a, s.p.). Os resultados da pesquisa chamaram a atenção da imprensa e projetaram a ONG Think Olga e a própria Juliana de Faria para o centro dos holofotes, o que a fez, pessoalmente, alvo de ataques nas redes sociais, com xingamentos, ameaças de estupro e até de morte. Ela conta ter sofrido, mas ter encontrado força para reagir nas mensagens de apoio recebidas pela internet.

Essa mesma internet que me coloca em contato com esses criminosos de forma tão fácil, me colocou em contato com milhares de outras pessoas que apoiavam a campanha e me apoiavam incondicionalmente. [...] E aí, por causa dessas pessoas, eu consegui me reerguer. E eu decidi que eu não ia voltar para uma situação de silêncio. (FARIA, 2015a, s.p.).

### 2.3 Percurso de pesquisa

A presente pesquisa nasceu guiada pelo propósito de analisar como campanhas de enfrentamento à violência sexual realizadas em *sites* de redes sociais, com o uso de *hashtags*, têm criado contextos mobilizadores para a partilha de manifestações acerca do tema, trazendo à tona inúmeras pequenas histórias que revelam diversas faces da violência sexual no Brasil. Nesse contexto, destaca-se o papel das narrativas em primeira pessoa em mobilizações *on-line* marcadas por *hashtags* e os efeitos socioculturais da circulação em grande escala de milhares desses relatos. Entre 2015 e 2016, período em que o projeto de pesquisa desta tese foi desenhado, realizei uma coleta inicial de postagens marcadas pela *hashtag* #PrimeiroAssédio nos *sites* das redes sociais Facebook e Twitter, utilizando os mecanismos de buscas das próprias plataformas. Essa primeira exploração teve como propósito a constituição de amostras de materiais que permitissem uma exploração inicial do tema.

A observação do contexto sociocultural indicou também a multiplicação de mobilizações de caráter feminista, especialmente de enfrentamento de violências sexuais, que utilizavam como estratégia a partilha de testemunhos de vítimas de violência sexual conectados em rede pelo uso de *hashtags*. A replicação demonstrava a efetividade de um modelo de ação

para o alcance de relevante engajamento de usuários de redes sociais e também para conferir visibilidade às pautas em questão. Ao longo do percurso da pesquisa, essa percepção reforçou a relevância da investigação à medida que a estratégia ganhou corpo por meio da confluência de demandas coletivas, marcadas pela historicidade de movimentos sociais, em meio a disputas de narrativas numa arena sociotécnica organizada em rede.

Com o acompanhamento das mobilizações contra a violência sexual e de gênero a partir de ações iniciadas em *sites* de redes sociais, fenômeno visto tanto no Brasil como no exterior, foi possível identificar ações com propósitos e estratégias semelhantes, em menor e maior escala. Venho, desde o ingresso como discente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2017, coletando e analisando registros dessas mobilizações *on-line* que operaram mediante a partilha de experiências de vítimas de violência sexual a partir de convocações específicas que conectam esses relatos com o emprego de *hashtags*.

O emprego das tecnologias digitais de informação e comunicação, particularmente dos *sites* de redes sociais, pelos movimentos sociais feministas foi tema de discussão em grupo de pesquisa coordenado pela professora Idilva Maria Pires Germano no Laboratório de Psicologia e Subjetividade da UFC. Entre 2017 e 2019, observamos de maneira comparada ações em torno de *hashtags*: #PrimeiroAssédio, #MexeuComUmaMexeuComTodas, #ChegaDeAssédio, #MasEleNuncaMeBateu e #MeuAmigoSecreto. As análises identificaram laços de sororidade e engajamento *on-line* e apresentaram o potencial dos espaços digitais para processos de reconhecimento identitário, defesa de direitos e ação política (MELO *et al.*, 2018). A investigação apontou novas formas de ação coletiva e ação conectiva<sup>14</sup> (BENNETT; SEGERBERG, 2012) no atual cenário dos feminismos contemporâneos. Nessas ações, as narrativas funcionam como potentes ferramentas de ação discursiva que evidenciam disputas e apresentam formas distintas de significar e lidar com as experiências de violência sexual. Os tensionamentos contribuem para arregimentar altos índices de engajamento nas redes sociais e pautar também os meios de comunicação de massa tradicionais, alçando o tema à posição de

---

<sup>14</sup> Ação coletiva e ação conectiva são conceitos elaborados por Bennett e Segerberg (2012) para descrever duas diferentes formas de arranjos de mobilizações sociais em prol de mudanças. As ações coletivas se dão a partir do forjamento de uma causa comum em torno da qual as pessoas agem conjuntamente para construir a mudança. Nesse modelo, é relevante a filiação de indivíduos a organizações que abraçam determinadas causas. Já nos moldes das ações conectivas, a mobilização se dá a partir de ações pessoais que impelem um sujeito a contestar uma situação a ser modificada, empregando tecnologias de comunicação pessoal para compartilhar posicionamentos por meio de conteúdos compartilháveis, como textos, vídeos, tuítes, etc. Embora os dois modelos de ação possam ocorrer simultaneamente em um mesmo contexto, as tecnologias da informação e da comunicação têm reduzido o papel das organizações convencionais para a articulação de redes de protestos.

destaque diante dos olhos da sociedade, mecanismo denominado por *agenda setting* (BOYNTON; RICHARDSON, 2016).

A partir dessa exploração inicial do tema, ainda em 2017, voltei-me à campanha #PrimeiroAssédio para analisar o destaque conferido à pouca idade das vítimas no contexto dos episódios de violência relatados e seus efeitos sobre os processos de socialização. Essas narrativas fazem menção a aprendizados sobre esquivas dos agressores e à expectativa de silêncio acerca dessas experiências. Em trabalho apresentado no Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (MARQUES; GERMANO, 2017), destacamos os dilemas ideológicos (BILLIG, 1991; TOWNS; ADAMS, 2009) representados em discursos de matiz “individualista” e “coletivista” acionados para valorizar o autocuidado, a reparação de direitos e as mudanças em estruturas estabelecidas. Assim, observamos como a campanha #PrimeiroAssédio elaborou um senso de coletivismo favorável à revelação pública das violações, à sororidade e ao ativismo de gênero.

O ano de 2017 ganhou relevância para o fenômeno observado quando outra potente *hashtag* correu o mundo a revelar o quão prevalentes são as experiências de assédio sexual, especialmente entre mulheres. A *tag* #MeToo viralizou em outubro daquele ano, quando atrizes famosas em produções de Hollywood acusaram o produtor de cinema Harvey Weinstein de assédio sexual (FARROW, 2017). Na ocasião, destacou-se midiaticamente o fato de a expressão “*Me Too*” ter sido cunhada anos antes pela ativista estadunidense Tarana Burke (STUART, 2019). A formulação do termo deu-se quando ela ouviu o relato de abuso sexual de uma garota negra de 13 anos. Na ocasião, Burke não conseguiu elaborar uma resposta à adolescente e, diante da marcante experiência, motivou-se a fundar uma organização sem fins lucrativos para encorajar mulheres a se ampararem mutuamente por meio da partilha de vivências. A organização acolheu primordialmente mulheres jovens e negras de comunidades de baixa renda no Alabama, Estados Unidos. Desde 2006, a frase “*Me Too*” passou a ser usada pela ativista no seu trabalho de conscientização acerca do problema (BURKE, 2006). A expressão propõe o empoderamento por meio da empatia ao demonstrar a sobreviventes de violência sexual que elas não estão sozinhas.

O impulso global ao movimento #MeToo em forma de *hashtag* veio a partir da convocação da atriz estadunidense Alyssa Milano, após acompanhar revelações sobre experiências de assédio sexual nos bastidores das produções hollywoodianas. No dia 15 de outubro de 2017, ela propõe por meio de postagem no Twitter: “If you’ve been sexually

harassed or assaulted write ‘me too’ as a reply to this tweet”<sup>15</sup>. A solicitação foi atendida por milhares de pessoas. Em um ano, foram contabilizados mais de 19 milhões de interações marcadas pela *hahstag* (ANDERSON; TOOR, 2018) ao redor do mundo, sendo adaptada em diversas línguas, com revelações contextualizadas em diversos contextos geográficos e culturais.

Registros de emprego de mobilizações para enfrentamento das violências com marcadores de gênero no contexto norte-americano vinham sendo realizados desde a última década. A *hashtag* #YesAllWomen ganhou visibilidade nos Estados Unidos em 2014 (THRIFT, 2014), sendo apontada pela ensaísta e feminista estadunidense Rebecca Solnit (2017, p. 87) como “[...] o maior catalisador num ano de vigorosos protestos *on-line* sobre as mulheres e a violência”. Naquele mesmo ano, as *hashtags* #WhyILeft e #WhyIStayed também foram populares nas redes sociais. Em sua obra, Solnit (2017, 2018) revisita diferentes momentos do movimento feminista e emprega a expressão “novos feminismos” para se referir ao uso das mídias digitais para quebrar o silêncio construído em torno de questões como a violência de gênero (MARQUES; GERMANO, 2018).

A observação mais atenta do profícuo contexto dos movimentos feministas norte-americanos e das ações relativas às revelações públicas sobre violência sexual, inclusive envolvendo figuras públicas, foi favorecida pela minha presença como pesquisadora visitante no Department of Africana Studies, na Brown University, Rhode Island, nos Estados Unidos, sob a supervisão da professora Keisha-Khan Y. Perry, de setembro de 2017 a fevereiro de 2018. Naquele período, foi possível, por exemplo, fazer paralelos entre as experiências de Anita Hill e Christine Ford. Em 1991, a advogada e professora universitária Anita Hill (CRENSHAW, 1990; GRAHAM, 2018; HOBBS, 2018) denunciou por assédio sexual o então candidato à Suprema Corte americana Clarence Thomas e, com isso, enfrentou longo e desgastante testemunho perante o Congresso estadunidense. Já em 2018, a psicóloga e professora universitária Christine Blasey Ford (HOBBS, 2018; STUART, 2019) denunciou o também candidato à Suprema Corte Brett Kavanaugh por assédio sexual, por episódio alegadamente decorrido quando ambos eram estudantes universitários. Na ocasião, o calor do movimento #MeToo instigou-me a traçar paralelos entre a realidade norte-americana e a brasileira quanto ao enfrentamento do assédio sexual, considerando a cobertura dos meios de comunicação de massa e as campanhas nas redes sociais.

---

<sup>15</sup> “Se você foi assediado ou agredido sexualmente, escreva ‘eu também’ como resposta a este tuíte” (Tradução minha).

Questões de gênero e raça estavam situadas no centro do debate naquele contexto, entrelaçadas com aspectos das culturas locais, colocadas em xeque com o propósito de desnaturalizar algumas práticas sexuais qualificadas como predatórias e violentas. A esfera midiática destacava-se como dispositivo-chave para a articulação de tais movimentos, como uma arena de disputa discursiva a ganhar atenção de audiências por meio da mídia eletrônica e impressa e a engajar sujeitos em rede por meio de plataformas de mídias sociais, possibilitando ações para além das fronteiras espaçotemporais por indivíduos não agregados por vínculos de filiação a instituições ou organizações formais (MARQUES; GERMANO, 2019).

Observávamos, então, que os artefatos midiáticos – sejam de meios de comunicação de massa ou plataformas de conexão em rede – têm permitido que usuários se conectem entre si e comportem-se como multidões instantâneas, superando amarras individuais para, em grupo, romper com a barreira do silêncio que envolve certas experiências. As reflexões de Freud em sua obra *Psicologia das massas e análise do eu* (2020) foram consideradas nas reflexões acerca das multidões conectadas digitalmente, quando sujeitos ultrapassaram barreiras impostas individualmente para se manifestarem de maneira coletiva.

Em trabalho elaborado sobre o fenômeno do contágio (MARQUES; GERMANO, 2020), observamos essa dinâmica própria das massas, mas também manifesta em sujeitos conectados em rede. Nas referidas mobilizações contra a violência sexual, é possível observar a manifestação de um senso de conexão que leva indivíduos a atos elevados de “renúncia, altruísmo e dedicação a um ideal”, o que explicaria uma motivação a saltar um círculo mais imediato de relações que dificultam as revelações dessas experiências. Ao observar o comportamento das massas, Freud (2020, p. 48) aponta o arrefecimento do senso de autopreservação, exacerbando características como “[...] a espontaneidade, a violência, a ferocidade, o entusiasmo e o heroísmo”.

Na observação dos processos de contágio, destacaram-se a importância das conexões afetivas. Ao discorrer sobre distintos mecanismos por meio dos quais se estabelecem processos de identificação, Freud (2020, p. 102) já destaca a relevância dos afetos: “Já suspeitamos que a ligação mútua entre indivíduos da massa tem a natureza de uma dessas identificações produzidas por meio de uma importante característica afetiva em comum”. Desse modo, o autor aponta a fundação do vínculo a partir da empatia no contexto de grupos.

Também com foco na análise de fenômenos de massa, mas na perspectiva de análise de ativismos contemporâneos, Castells (1999) aponta o papel das emoções para a articulação



dos movimentos sociais. O autor observa que emoções derivadas de algum evento significativo impulsionam as pessoas a superarem medos e a desafiarem poderes instituídos apesar dos riscos. Castells (1999) chama de “autocomunicação de massa” essa perspectiva de mobilização social a partir de mecanismos emocionais, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa. O autor observa que os movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político, mas também de uma mobilização emocional “[...] desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança” (CASTELLS, 2013, p. 163).

Essas investidas exploratórias em torno das campanhas de enfrentamento à violência sexual realizadas em *sites* de redes sociais com o uso de *hashtags* permitiu testar diferentes abordagens teóricas, observar mais minuciosamente determinados aspectos, para estabelecer recorte e perspectiva teórico-metodológica a ser adotada. Nesse percurso, também realizamos levantamento de trabalhos acadêmicos produzidos sobre a referida campanha no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), usando como descritor para a busca a própria *hashtag* #PrimeiroAssédio. Três dissertações de mestrado foram identificadas, com publicação entre 2017 e 2018, nas áreas da Comunicação e da Linguística aplicada.

O mecanismo de funcionamento das *hashtags* como elementos do processo midiático que ultrapassam a finalidade de indexação e conexão de narrativas foi discutido na dissertação de Kastner (2018), elaborada do ponto de vista da Comunicação, com foco na midiática e nos processos sociais. Para isso, a autora buscou analisar processos de produção de sentidos sobre as particularidades do caso da menina V., de 12 anos, cuja imagem foi alvo de comentários sexuais em *sites* de redes sociais. A pesquisa de Kastner (2018) considerou a cobertura midiática e a repercussão do caso nas plataformas de redes sociais, por meio das *hashtags* #MasterchefBR e #PrimeiroAssédio.

A participação dos homens na mobilização da campanha #PrimeiroAssédio, considerando o artigo “#PrimeiroAssédio: não dá pra esquecer”, publicado no *site PapodeHomem*, foi objeto de estudo da dissertação de Cruz (2017), realizada a partir da Linguística Aplicada. O autor analisa comentários postados por leitores e leitoras buscando respostas para a seguinte questão: “Quem pode falar sobre feminismo no *site*?”. Para isso, considera a discussão sobre a noção de identidade *performativa* trabalhada por Austin (1990) e Butler (2015), bem como referenciais teóricos *foucaultianos*. Na investigação, o autor verifica que internautas, ao se posicionarem, exerciam mecanismos de poder e vigilância sobre si mesmos e seus interlocutores.

A politização da esfera íntima abordada pela dissertação de Neves (2018) parte da perspectiva da interseção entre Comunicação Política e Tecnologia. Ela analisou tuítes publicados na campanha #PrimeiroAssédio a partir da teoria do reconhecimento desenvolvida pelo filósofo Axel Honneth. Observou que a politização da esfera íntima já estava presente no movimento feminista desde a década de 1960, mas que esse fenômeno vem sendo intensificado na contemporaneidade, especialmente com o artifício da *publicização* da intimidade por meio dos *sites* de redes sociais. Neste estudo, os testemunhos das vítimas de violência sexual foram tomados como dispositivos comunicacionais de ações políticas digitalmente mediadas, estimulando o engajamento do sujeito contemporâneo para a ação.

Em paralelo ao levantamento bibliográfico e a exploração do fenômeno a partir de múltiplas perspectivas, busquei meios para a constituição de um banco de dados consistente a ser trabalhado na pesquisa. A procura de ferramentas de coleta e extração de postagens a partir de *sites* de redes sociais para a constituição de um *corpus* de pesquisa de maneira mais automatizada e sistematizada levou-me ao Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (Ibpad), um centro independente de pesquisa e formação de analistas e pesquisadores nas áreas de Pesquisa e Opinião Pública, Política e Relações Governamentais e Comunicação Digital.

Em contato com materiais produzidos pela equipe do Ibpad para formações *on-line* de pesquisadores, deparei-me com um conteúdo de análise de redes que se debruçava sobre a campanha #PrimeiroAssédio. O conteúdo representava a conversação em rede em torno da *hashtag*, a partir de uma coleta de dados entre a noite do dia 21 de outubro de 2015, data do início da campanha, até a tarde do dia 22 consecutivo. A coleta então realizada pelo Ibpad mapeou 22.000 usuários e 43.000 conexões. A análise então apresentada pelo Ibpad tinha foco na análise da estrutura e dinâmica da rede formada a partir da conversação mapeada pela *hashtag* #PrimeiroAssédio. O trabalho, publicado no *site* do Ibpad, qualifica a rede formada a partir da conversação em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio como uma rede emergente (RECUERO, 2007; RECUERO; ZAGO, 2009)<sup>16</sup>, ou seja, uma rede em que os atores se conectam não por qualquer tipo de filiação organizacional ou comunitária, mas pela conversação em torno de um tópico, neste caso a *hashtag* #PrimeiroAssédio.

Na representação em rede da conversação em torno do tópico, os perfis de usuários das redes sociais são denominados atores e nas representações gráficas são representados por

---

<sup>16</sup> Na classificação elaborada por Recuero (2007), que se refere à relação entre o tipo de rede social e a produção de capital social, as redes emergentes são subclassificadas como redes emergentes nucleares (maior quantidade de capital social relacionado aos laços fortes, tais como suporte social, intimidade, construção de reputação e aprofundamento de laços sociais) e redes emergentes marginais (interações em poucos turnos, o que indica laços fracos, sem interesses em valores relacionais).

nós, ou nodos. A construção dos perfis em *sites* de redes sociais se dá por meio da construção de uma *persona* e envolve a expressão de identidade *on-line* (RECUERO; ZAGO, 2009; SIBILIA, 2016). Esses atores estabelecem conexões por meio de interações e passam a constituir, assim, laços sociais, que podem ser fortes ou fracos. Segundo Granovetter (1973 *apud* RECUERO, 2009), a força de um laço é determinada pelas características das interações a partir de variáveis como tempo, intensidade emocional, intimidade ou confiança mútua e serviços recíprocos.

Na análise elaborada pelo Ibpad da campanha #PrimeiroAssédio, as interações e os *clusters* (aglomerados de interações) são apresentados por meio de uma representação gráfica com o propósito de mapear agrupamentos, vetores de apoio e conflitos, empregando técnica de análise de rede de conversação (SILVA; STABILE; ZANINI, 2015). Os gráficos produzidos posicionam perfis de maneira representativa às suas interações, destacando em diferentes cores os grupos mais conectados entre si. A abordagem também destaca perfis<sup>17</sup> que alcançaram maior impacto na disseminação da *hashtag* #PrimeiroAssédio no intervalo de coleta.

Apesar de a campanha #PrimeiroAssédio ter se desenrolado principalmente nas plataformas Facebook e Twitter, esta última foi privilegiada para a coleta realizada pelo Ibpad, tendo em vista aspectos técnicos que favorecem a captura de informações e sua organização em forma de banco de dados. O Twitter é uma plataforma que possui *Application Programming Interface* (API) aberta, ou seja, o código está aberto a desenvolvedores externos, o que favorece o desenvolvimento de aplicações para a extração de dados. Outra razão considerada para privilegiar o Twitter é a cultura de uso da plataforma para protestos *on-line* no Brasil e no mundo.

Em contato com a equipe do Ibpad, tive acesso ao banco de dados coletado e analisado pelo instituto entre 21 e 22 de outubro de 2015. Este fato contornava um dos principais obstáculos para a pesquisa em curso: a variável tempo. A distância cronológica entre o desenrolar da campanha no Twitter, em 2015, e o momento de uma possível busca pelos tuítes marcados pela *hashtag*, em 2020, favorecia a formação de lacunas importantes. O acesso ao banco de dados coletado durante o desenrolar do evento constituía um *corpus* de pesquisa mais fiel à conversação estabelecida em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio no primeiro dia do evento. Esta foi, então, uma primeira razão para organizar a tese como estudo de caso da campanha #PrimeiroAssédio.

---

<sup>17</sup> Apesar de os perfis estarem identificados no trabalho publicado pelo Ibpad, na presente pesquisa os perfis estão sendo tratados de maneira anonimizada e, portanto, não serão mencionados diretamente no corpo do texto.

Também levei em conta os aspectos relativos à visibilidade e ao alcance obtidos pela campanha no Brasil, por ser este um evento representativo do período batizado pela mídia e por setores acadêmicos como Primavera das Mulheres (CARDOSO; LIMA; ROCHA, 2016; GRILLO; OLIVEIRA; BUSCATO, 2015). Somente no Twitter, registros<sup>18</sup> organizados sobre a mobilização identificam mais de 88.000 tuítes marcados pela *hashtag* gerados por quantitativo de usuários superior a 35.000 (PERDIGÃO, 2015).

Com a definição pelo estudo de caso sobre a campanha #PrimeiroAssédio, restava, então, definir uma perspectiva epistemológica que fosse significativa para o alcance do objetivo proposto: investigar como essa mobilização levou pessoas a transporem obstáculos erguidos pela cultura patriarcal para compartilhar publicamente memórias e marcas deixadas pela violência sexual. A decisão pela análise narrativa considerou as tradições dessas pesquisas na Psicologia Social e também o aprimoramento teórico-metodológico em curso para contemplar as análises da produção e do consumo de narrativas compartilhadas em rede no mundo contemporâneo.

---

<sup>18</sup> Análise publicada pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) registra coleta de conteúdo marcado pela *hashtag* #PrimeiroAssédio em 27 de outubro de 2015, com uso do *script* Ford, de desenvolvimento próprio. A busca contabilizou ao todo 88.847 tuítes gerados por 35.266 usuários (PERDIGÃO, 2015).

### 3 #PRIMEIROASSÉDIO, UMA NARRATIVA EM REDE

Nesta investigação, que analisa histórias marcadas pela *hashtag* #PrimeiroAssédio publicadas no Twitter, a narração conjugada em primeira pessoa e entoada coletivamente está colocada no centro da pesquisa. Para investigar como ações de enfrentamento da violência sexual realizadas em *sites* de redes sociais têm criado contextos mobilizadores para a partilha de narrativas pessoais de vítimas, buscam-se padrões nas narrativas que revelam aspectos frequentes das experiências de violência vividas durante a infância e a adolescência; na ordem dos discursos, observam-se jogos de forças favoráveis às revelações, que operam de diferentes formas quando articulados a partir de variáveis como gênero, raça e classe social; discute-se a potência da palavra para operar tensionamentos e, ao mesmo tempo, apontar rumos e produzir mudanças nos sentidos sociais hegemônicos associados às violências e seus relatos.

A *hashtag* #PrimeiroAssédio contribuiu para a projeção, na esfera pública nacional e em alguma medida internacional, de um tipo de narrativa que, culturalmente, enfrenta uma série de contenções estabelecidas. Assumir-se vítima de violência sexual é tarefa árdua pelos frequentes julgamentos associados que, comumente, apresentam-se também como violências subsequentes. Por essa razão, essas histórias costumam ser mantidas em esferas de âmbito privado, como segredos de família, por exemplo; ou institucional, como quando relatadas em serviços de assistência à saúde, policial ou judicial (PERROT, 2003, 2005a).

O manto que envolve as narrativas pessoais de vítimas de violências sexuais se constitui a partir de aspectos psíquicos individuais, elaborados em relação direta com dinâmicas socioculturais. Diante disso, as publicações realizadas por usuários da plataforma Twitter marcadas pela *hashtag* #PrimeiroAssédio são tomadas nesta pesquisa como textos que expressam perspectivas particulares relativas a essas experiências, mas que revelam importantes aspectos acerca das dinâmicas de gênero experimentadas na cultura brasileira, que produzem marcas nos processos de socialização e na vida de mulheres e homens.

Assim, a análise de narrativas – no recorte proposto, ao mesmo tempo pessoais e coletivas – permite fazer inferências sobre narrativas macrossociais por meio de pistas que emergem do discurso na forma de posicionamentos carregados de afetos. Esse tecido – entrelaçado de palavras – revela significados acerca da inscrição social dessas experiências e sobre o próprio ato de narrá-las.

Alinhada a esta perspectiva, este estudo estabelece como pressuposto a validade das narrativas que compõem o banco de dados em análise. Aqui, validade difere-se de veracidade, uma vez que o foco da pesquisa está voltado à investigação do lugar social das narrativas. Não

está em questão a veracidade de qualquer ocorrência específica relatada, como importaria a uma investigação policial ou jurídica. A validade da experiência individual expressa por meio do discurso é considerada como evidência sociocultural edificada por meio da linguagem, que ganha força com a sobreposição de dezenas ou centenas de relatos alinhados em paralelo. Assim, cada narrativa mostra-se relevante, bem como as construções linguísticas elaboradas, termos frequentes e ausentes.

### 3.1 Quadro teórico

Para investigar sentidos socioculturais produzidos acerca da narração em rede de histórias de vítimas de violências sexuais a partir da análise da *hashtag* #PrimeiroAssédio, esta pesquisa adota como ponto de partida epistemológico o Construcionismo Social, em que o discurso é compreendido como artefato de intercâmbio social. Em panorama organizado por Reichertz e Zielke (2008), aponta-se uma variedade de direcionamentos que orientam o paradigma, alguns baseados em teorias pós-modernistas e pós-estruturalistas, ou em visões pragmáticas da linguagem e sua construção (GERGEN, 2009), ou ainda numa teoria geral da compreensão dialógica (SHOTTER, 1993). Falam em uma variedade de abordagens construcionistas sociais, mas que guardam, em seu cerne, aspectos comuns. É preponderante a visão de que fenômenos costumeiramente tidos como individuais são socialmente construídos e assumem significado no cotidiano. Assim, a dimensão social assume o primeiro plano e as interações sociais apresentam-se como focos de pesquisa, numa abordagem crítica guiada pela observação de desequilíbrios de poder e desigualdade social.

Como explica Gergen (2009, p. 301), a perspectiva construcionista se volta a processos pelos quais as pessoas “[...] descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem”. Atento aos limites da compreensão, o autor propõe a observação de fenômenos sociais como mapeamento de formas compartilhadas de entendimento “[...] tal como existem atualmente, como existiram em períodos históricos anteriores e como poderão vir a existir se a atenção criativa se dirigir neste sentido” (GERGEN, 2009, p. 301).

Considera-se oportuna essa abordagem por apontar caminhos para a análise de como usuários da plataforma Twitter engajados na campanha em questão narram suas experiências e, assim, revelam distintos modos de vivenciar tais situações e de lidar com o ato de narrá-las, especialmente nas redes sociais. Observam-se pressupostos elencados por Gergen (2009, p. 301), entre estes o que afirma: “[...] aquilo que consideramos como experiência do mundo não determina por si só os termos em que o mundo é compreendido”. Essa máxima vale

para o processo de condução da pesquisa e para a leitura das narrativas que compõem o *corpus* em análise, ao adotarmos uma postura metodológica desafiadora de discursos universalizantes e essencialistas.

Gergen (2009) defende que os termos pelos quais compreendemos a realidade são artefatos sociais, produzidos historicamente por meio de intercâmbios entre as pessoas, estando, portanto, sujeitos a mudanças ao longo do tempo. Ao fazer referência ao trabalho de Mummendey *et al.* (1982) sobre agressividade, Gergen (2009) chama a atenção para o complexo julgamento que nomeia um ato como uma agressão. Essa perspectiva adéqua-se também ao contexto analisado pela presente pesquisa, em que os sujeitos engajados na campanha #PrimeiroAssédio são convidados a revisitar memórias em busca de situações que, sob as circunstâncias socioculturais de 2015 no Brasil, podem ser enquadradas como ocorrências de violência sexual. A agressão não existe como um fato isoladamente, mas constitui-se como um recurso de rotulação para o controle social, afirma Gergen (2009).

O autor ressalta a negociação de sentidos para olhar e nomear a “realidade” e defende que descrevê-la e explicá-la constituem formas de dar conta do mundo em que se vive (GERGEN, 2009). Dessa maneira, a produção discursiva apresenta-se como uma forma de ação e transformação social. Tal abordagem tem aderência ao fenômeno em análise, uma vez que a mobilização proposta com a campanha #PrimeiroAssédio aposta na possibilidade de contribuir para a construção de novos modos de agir diante dos corpos, da sexualidade e dos processos de socialização.

Referente à relação sujeito-objeto, o Construcionismo Social<sup>19</sup>, na perspectiva apresentada por Gergen (2009), propõe transcender o tradicional dualismo e desenvolver uma estrutura de análise que questiona o conceito de conhecimento como representação mental e propõe pensá-lo como interpretação, fruto de atividades sociais compartilhadas. “O que é racional é o resultado da inteligibilidade negociada”, declara Gergen (2009, p. 314). A afirmação aponta para dinâmicas dos “[...] sistemas de conhecimento em comunidades de inteligibilidade compartilhada” (GERGEN, 2009, p. 314), sejam essas as comunidades acadêmicas que validam proposições teóricas e metodológicas a partir de regras histórica e culturalmente situadas, orientadas por parâmetros éticos e morais também partilhados.

Spink (2010) ressalta a importância do contexto de produção para o trabalho de pesquisa com práticas discursivas que têm como foco o papel da linguagem na interação social

---

<sup>19</sup> Assim como a Psicologia Social, o Construcionismo Social apresenta-se como campo e perspectiva teórica plurais (PIMENTEL, 2007), de maneira que as definições aqui apresentadas não se pretendem totais ou reducionistas.

– tanto no que se refere a aspectos *performativos*, que fazem referência a condições, intenções e modos de produção, quanto no que se refere aos contextos sociais e interacionais. Para tanto, a autora considera pertinente o emprego de microanálise, que favorece a observação do tempo da interação (tempo curto); a análise das estruturas sociais geradoras (o tempo vivido); e a exploração do tempo da história das ideias (o tempo longo). Essa questão temporal remete à particularidade da perspectiva construcionista que, por ressaltar a questão do relativismo, investiga com acuidade os processos de reinterpretação do passado e as produções de sentido a partir de categorias vigentes no presente.

Quanto à relevância do contexto sociocultural, um dos exemplos citados por Spink (2010) refere-se diretamente ao abuso sexual infantil<sup>20</sup>, que, como a autora destaca, trata-se de uma categoria com data de criação bem estabelecida, fato que demonstra a importância da nomeação para fundar marcos temporais que apontam transformações socioculturais. Na presente pesquisa – que se debruça sobre uma ação que se propõe a tensionar as produções de sentidos acerca das narrativas pessoais de experiências de vítimas de violência sexual –, o relativismo dos discursos e práticas atinentes às relações de gênero é observado como dinâmica inerente ao fenômeno estudado. A mobilização propõe um olhar revisionista de experiências do passado em busca das marcas deixadas pelas violências. Esse debate, na visão de Spink (2010), destaca também a necessidade de reflexão ética sobre os efeitos das atividades intelectuais e de pesquisa, uma vez que o discurso acadêmico se constitui também como um modo de interagir com a cena discursiva, mas, neste caso, diacronicamente.

Entre as objeções frequentes ao Construcionismo estão os excessos relativistas e o reducionismo linguístico, observa Spink (2010). Este último refere-se à crítica à ênfase na linguagem inerente a essa perspectiva epistemológica. A autora, contudo, sustenta essa ênfase, ao tempo que ressalta: “[...] ninguém que esteja afinado com a postura construcionista afirma que a linguagem é o único produto da atividade humana que gera objetivações” (SPINK, 2010, p. 16).

O chamado giro linguístico (MÉLLO *et al.*, 2007) e a virada narrativa (ANDREWS; SQUIRE; TAMBOUKOU, 2011; BAMBERG, 2011a; BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008; GERMANO; CASTRO, 2010) foram movimentos que marcaram a filosofia ocidental e outras disciplinas no século XX, posicionando a linguagem no centro da experiência humana, e qualificam as narrativas como onipresentes na história, na vida cotidiana. A percepção dessa ubiquidade refletida nas pesquisas acadêmicas teve consequências, entre elas a chamada “fadiga

---

<sup>20</sup> Em 1965, a categoria abuso sexual infantil passou a ser incluída no índice médico da Associação Médica Americana, refletindo-se, em 1974, na legislação norte-americana. A categoria ganhou espaço no Brasil na década de 1980.



narrativa” (BAMBERG; DEMUTH, 2016; FREEMAN, 2015a), que, em certas situações, dizem os críticos, levaria a uma falta de rigor nas análises.

Um dos pontos indicados por Freeman (2015a) seria o risco de deformar pessoas e suas vidas por pensar que as narrativas devem obedecer a determinada coerência ou racionalidade. Dessa maneira, as narrativas se tornariam uma espécie de amarra a domesticar registros, afastando-os da complexidade da experiência. Ao citar Sartwell (2000), Freeman (2015a) menciona o risco de uma suposta “atitude narrativa” engajar os pesquisadores num tipo de interpretação guiada pela expectativa de coerência, que nem sempre encontra correspondência nos dados. O autor arremata um raciocínio defendendo que, apesar de considerar que a experiência da humanidade extrapola a ordem do discurso, não há como desconsiderá-los quando se trata de compreender aspectos relativos à vida humana.

Se nem todas as faces das experiências humanas cabem no discurso, é necessário delimitar que a presente pesquisa se volta a este terreno como espaço de observação de um fenômeno que emerge da interface entre cultura, subjetividade e socialização. Assim, entrelaçado ao Construcionismo Social, outro alicerce que funda o caminho para esta investigação é a Psicologia Discursiva. Nesta dimensão, o foco se volta para o discurso como arena para ação, compreensão e intersubjetividade, como propõem Potter e Wiggins (2007). Esse ponto de vista considera os discursos construídos, ou seja, feitos de blocos linguísticos; e também construtivos, pois elaboram versões acerca do mundo. Os autores afirmam que as versões elaboradas acerca do mundo ou de uma determinada experiência têm implicações para as próprias disposições e pensamentos dos narradores e, assim, esses mesmos discursos também agem e produzem implicações sobre ações e eventos. Dessa maneira, avista-se como pressuposto que todo discurso é um meio de agir socialmente e que todo discurso é situado. Amplia-se, assim, a atenção aos discursos que emergem das práticas cotidianas. Esses pilares produzem efeito sobre a relação estabelecida entre sujeito e objeto na cena de pesquisa, uma vez que o discurso, inclusive o acadêmico, é produto de práticas de interação.

A Psicologia Discursiva, assim como o Construcionismo Social, permite observar os discursos emergentes das práticas cotidianas para apontar e analisar o caráter *performativo* da linguagem. Mélló e colaboradores (2007, p. 28) argumentam, a partir de leituras de Rorty (2000b) e Rose (2001a), que “[...] a linguagem não é algo que está entre as pessoas e o mundo; ela faz parte do mundo e das pessoas, que se constituem mutuamente”. Assim, trabalhar com linguagem não quer dizer apenas analisar “uma rede de significações”, mas analisar seus sentidos e efeitos.

Germano e Castro (2010) mapeiam o panorama da teorização narrativa e apresentam distintas abordagens e níveis de análise de narrativas. Assim, com base no trabalho de Smith e Sparkes (2008), as autoras apresentam cinco perspectivas sobre a construção narrativa da subjetividade, partindo da consideração de que estas conectam contextos sociais, culturais, históricos e políticos. São essas a psicossocial, a intersubjetiva, a dos recursos historiados, a dialógica e a *performativa*. As autoras organizam essas modalidades de análise conforme menor ou maior densidade atribuída à dimensão pessoal/ individual ou à relacional/social. A presente pesquisa alinha-se de maneira mais próxima com a abordagem *performativa*, que destaca o caráter relacional, em que as narrativas cumprem funções sociais em contextos situados de interação.

Quando alguém age, manifesta uma história de relações, isto é, a história da sociedade e da cultura em que está mergulhado. As identidades pessoais não estão ‘dentro da cabeça’, nem ‘lá fora’, mas são praticadas mediante a narração de histórias e outras atividades desempenhadas conjuntamente em relações sociais situadas. [...] Essa perspectiva resulta numa concepção das subjetividades como múltiplas, fragmentadas, inacabadas, mutantes, essencialmente contingentes. (GERMANO; CASTRO, 2010, p. 21).

Como apontam as autoras, a perspectiva *performativa* observa as interações discursivas, tomando as falas dos sujeitos não como expressões estáveis de pensamentos privados, mas como elaborações resultantes das interações em contextos específicos. Assim, busca-se identificar o papel do discurso na constituição das subjetividades e nos processos socioculturais de legitimação e poder. Nesta linha de trabalho, as análises das narrativas consideram molduras teórico-metodológicas que tendem a observar níveis interpessoais e posicionais de interação. É preponderante, então, o papel dos discursos na transmissão, manutenção e legitimação de ideologias, doutrinas e valores, por vezes “[...] sustentados à custa do silenciamento e enfraquecimento de outros discursos dissonantes e minoritários” (GERMANO; CASTRO, 2010, p. 25). Nessa proposta de análise narrativa, o foco se volta às negociações travadas nas interações, “[...] sempre compreendendo as falas como práticas e conhecimentos em processo, e não como meio de acesso a uma verdade anterior ou autêntica” (GERMANO; CASTRO, 2010, p. 26).

Na presente pesquisa, conduzo análise de narrativas, mas não quaisquer narrativas. Considerando a relevância do contexto sociotécnico de produção e inscrição de narrativas para condicionar formas, conteúdos e modos de circulação, torna-se fundamental circunscrever e apresentar o espaço de produção do *corpus* analisado. Como já apresentado, trata-se de um conjunto de postagens publicadas no *site* de redes sociais Twitter, marcadas pela *hashtag*

#PrimeiroAssédio, publicadas entre 21 e 22 de outubro de 2015. Os usuários que publicaram os textos eram previamente cadastrados na plataforma e interagiram a partir de perfis pessoais.

Ampliando o foco, é importante apontar dimensões do contexto contemporâneo que tornam possível a ocorrência do fenômeno e a consequente aglutinação de narrativas em torno do tópico #PrimeiroAssédio. A dimensão midiática destaca-se por impulsionar e mediar, de modo determinante, fluxos informacionais ao redor do globo e, também assim, o funcionamento das economias, das dinâmicas políticas e culturais e ainda das relações de sociabilidade. O momento caracteriza-se pela atuação de uma ecologia midiática marcada pela digitalização, convergência tecnológica e inovação, que promovem conectividade, mobilidade e ubiquidade (SANTAELLA; LEMOS, 2010).

Além dos pressupostos epistemológicos já estabelecidos para a análise do tecido discursivo que constitui o conjunto atrelado à *hashtag* #PrimeiroAssédio, faz-se necessário indicar também as abordagens teóricas elencadas para observar esse contexto sociotécnico a partir de variáveis sociais, culturais, econômicas e políticas, articuladas por artefatos tecnológicos midiáticos. Afinal, como observa Thompson (1998), a apropriação das mensagens da mídia se tornou um meio de autoformação no mundo moderno e – podemos reforçar – também na chamada modernidade tardia, apesar de não ser o único. Paralelamente às esferas de socialização constituídas a partir de instituições como família, escola, igreja, empresas ou vizinhança, é relevante observar as arenas midiáticas como instâncias de construção da compreensão de si na relação com o mundo. O autor traz o foco para o processo de apropriação, referindo-se ao conhecimento e reconhecimento que se estabelece a partir do contato com conteúdos midiáticos assimilados e incorporados à vida, mesmo que de maneira despretensiosa e para além dos contextos iniciais das atividades de recepção.

Na chamada sociedade em rede, delineada por Castells (1999), o autor aponta a emergência de um novo paradigma, no final do século XX, organizado em torno da tecnologia da informação, para dar conta da dinâmica social expressa em espaços de fluxos informacionais, com o protagonismo de dispositivos personalizados que permitem a interatividade e a formação de redes. Ao discorrer sobre a Era da Informação, Castells (1999) observa os desdobramentos dessa base tecnológica nos processos de produção econômica e social. Para apresentar o conceito de sociedade em rede, o autor parte do próprio conceito de rede sendo “[...] um conjunto de nós interconectados”, que conformam estruturas abertas, com possibilidade de expansão ilimitada, que reorganizam relações de poder (CASTELLS, 1999, p. 566).

No bojo de sua teorização, ainda na década de 1990, Castells (1999) alerta para o risco de determinismo tecnológico, afinal a tecnologia não determina a sociedade, ele afirma,

nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que o resultado depende de um “[...] complexo padrão interativo” (CASTELLS, 1999, p. 43). Nessa direção, o autor também ressalta o risco de acúmulo de poder gerado pela gestão das redes a partir de artefatos tecnológicos, a exemplo do que se percebe atualmente nos processos de controle por meio dos algoritmos que agem sobre as interações mediadas pelas tecnologias digitais de comunicação e informação, destacadamente nos *sites* de redes sociais.

Nosso estudo sobre as estruturas sociais emergentes nos domínios da atividade humana leva a uma conclusão abrangente: como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social das nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para a sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de rede gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e de transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social. (CASTELLS, 1999, p. 565).

Do social atravessado pelo recurso técnico da internet emergem novos fenômenos de sociabilidade sob o efeito das alterações nas dinâmicas espaçotemporais da sociedade mediada pelas tecnologias digitais de comunicação e informação. Nesse contexto, Castells (1999) aponta o deslocamento da dimensão de interação e compartilhamento de valores e organização social da comunidade – aquela baseada em um lugar, ancorada numa localização espacial – para a rede, em que vínculos de diversas naturezas emergem, sejam fracos e voláteis, sejam fortes e duradouros. Ao mesmo tempo, Castells (1999) observa, na contemporaneidade, o que chama de ascensão do individualismo, a partir de um sistema de relações sociais centrado no indivíduo. Ele menciona os estudos de Wellman (2001) que anunciam comunidades corporificadas em redes egocentradas que exemplificariam a experiência do “individualismo em rede”. Este ocorre à medida que indivíduos montam suas redes *on-line* e *off-line* de acordo com interesses, valores, afinidades e projetos. Como afirmam Wellman *et al.* (2003), na sociedade em rede as fronteiras são mais permeáveis, as interações se ramificam além desses limites dos grupos de origens, ampliando as possibilidades de interações com uma variedade de pessoas, com círculos sociais e espaciais sobrepostos.

Com a expansão da comunicação mediada pelo computador, pessoas passaram a interagir cada vez mais por meio de estruturas cibernéticas, produzindo rastros que possibilitam identificar conexões e visualizar os laços sociais em grupamentos, que, por se comportarem

como sistemas complexos, podem ser representados como redes. Os primeiros estudos sobre as redes sociais não estão vinculados à internet, mas surgem, nas décadas de 1990 e 2000, com o propósito de perceber grupos de indivíduos conectados como redes sociais e identificar propriedades estruturais e funcionais a partir de observações empíricas, sistematiza Recuero (2010), citando estudos como Degenne e Forsén (1999), Scott (2000), Wasserman e Faust (1994). Entre as possibilidades abertas pela abordagem das redes para os estudos no campo das Ciências Sociais, Recuero (2010) cita a análise estrutural das conexões, suas dinâmicas, a criação de capital social<sup>21</sup>, a emergência da cooperação e da competição. Assim, as redes sociais, como metáforas estruturais para relações sociais, podem ser definidas, como propõe Recuero (2010), como conjuntos que reúnem atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais).

Do contexto das possibilidades de mapeamento das redes sociais na internet emergem os *sites* de redes sociais, que são ferramentas empregadas para dar suporte a redes sociais que se estabelecem na rede mundial de computadores. Recuero (2010) observa que essas plataformas não são redes sociais em si. Santaella e Lemos (2010, p. 285) definem os *sites* de redes sociais como sistemas criados para “[...] incrementar relacionamentos humanos, dando-lhes visibilidade”, que favorecem a construção de identidades e intersubjetividades mediadas por sistemas computacionais. Tais artefatos tecnológicos, que funcionam como sistemas complexos<sup>22</sup>, produzem efeitos sobre diversas dinâmicas da cultura contemporânea, inclusive com a “[...] fertilização de novas formas de subjetivação” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 285).

Ao mencionarem o conceito de intersubjetividade, Santaella e Lemos (2010) fazem referências à obra de Guattari (2012) e à teoria ético-estética condensada no conceito de caosmose. A teorização de Guattari (2012) acerca da subjetividade a qualifica como algo que

---

<sup>21</sup> Recuero dedica-se a discutir os tipos de capital social produzidos no âmbito das relações estabelecidas nos sites de redes sociais, sendo estes definidos como valores construídos nesses ambientes, a exemplo de visibilidade, reputação, popularidade e autoridade (2010, p. 107-115).

<sup>22</sup> Os sistemas complexos são conjuntos de unidades que interagem entre si e que exibem propriedades coletivas emergentes. Apresentam propriedades que podem ser observados também nas redes sociais como: a) emergência, que faz referência à imprevisibilidade das conexões e interações entre os agentes e que, a partir destas, surgem padrões de comportamento dos agentes dentro do sistema e do próprio sistema; b) auto-organização, que faz referência à ausência de hierarquia entre os elementos do conjunto e, na falta de um agente central, os próprios elementos desenvolvem formas adequadas de estabelecer relações; c) conectividade, ou seja, as relações entre os agentes são mais importantes que os próprios agentes; d) coevolução: ambiente e sistemas refletem uma ao outro, assim as mudanças também são espelhadas; e) são governados por regras simples; f) variedade: quanto mais variado e contraditórios, mais fortes; g) os sistemas buscam por espaço de possibilidades diante dos contextos em que estão imersos; subotimização: um sistema complexo adaptativo não precisa ser perfeito para prosperar; iteração: pequenas mudanças nas condições iniciais podem ocasionar efeitos significativos, também chamado de efeito borboleta; limiar do caos, característica relacionada à não linearidade, à imprevisibilidade e à dependência das condições iniciais do sistema; estruturas dissipativas: refere-se à sistemas longe do equilíbrio. (Santaella, 2019, p. 288)

só se define pela presença de outra subjetividade, que se molda a partir de uma diferença constituída na relação com a alteridade. Assim, a noção de “intersubjetividade” de Guattari (2012) aponta o caráter social e interacional relevante para a emergência de sujeitos a partir de uma ordem caótica. Santaella e Lemos (2010, p. 29) visualizam uma sintonia do pensamento de Guattari (2012) com as formas de subjetivação elaboradas por meio das redes sociais e afirmam: “[...] a subjetividade é o pivô aos quais as relações intersubjetivas se engatam livremente, criando as leis mutáveis que lhe dão continuidade e permanência. É sob a ótica da coletivização que a subjetividade das redes pode se fazer entender”.

Boyd e Ellison (2008) definem *sites* de redes sociais com base em três critérios. Primeiramente, são serviços baseados na internet que permitem aos usuários construírem perfis públicos ou semipúblicos dentro de um sistema limitado. Esses sistemas favorecem a conexão do perfil criado a uma lista de outros usuários. As plataformas permitem ao usuário visualizar e examinar sua lista de conexões e também aquelas feitas por outras pessoas dentro do sistema. As autoras observam ainda que, apesar das culturas variadas produzidas a partir dos diferentes *sites* de redes sociais, há características tecnológicas comuns que marcam a maioria das plataformas, entre estas o fato de favorecerem as conexões com redes sociais preexistentes, podendo também incentivar a conexão com estranhos com base em interesses comuns, visões ou atividades políticas. Há *sites* abertos a públicos diversos, enquanto outros se apresentam como plataformas especializadas para grupos aderentes a variáveis comuns, como língua, raça, orientação sexual ou religiosa, nacionalidade, entre outras. Outro ponto de variação é o tipo de conteúdo ou mídia que suportam.

Boyd e Ellison (2008) ressaltam que a exibição pública de conexões é um componente crucial aos *sites* de redes sociais, por permitirem que os usuários visualizem as ligações uns dos outros. Outras funcionalidades importantes, embora não universais, são as possibilidades de interação por meio de comentários, em mensagens abertas ou privadas. É comum ainda a possibilidade de reagir às mensagens publicadas por meio de botões que expressam diferentes afetos, a depender da plataforma. A partir dos critérios estabelecidos para a definição de *sites* de redes sociais, Boyd e Ellison (2008) indicam SixDegrees.com, lançado em 1997, como o primeiro *site* de redes sociais. O sistema já permitia aos usuários criar perfis, listar amigos e, a partir de 1998, visualizar as listas de amigos. As autoras observam que esses recursos já eram empregados em outros *sites* anteriormente, porém não de maneira combinada.

Ano a ano, os *sites* de redes sociais foram se multiplicando e se popularizando. Estatísticas referentes a agosto de 2015 indicam que havia, naquele momento em que a campanha #PrimeiroAssédio ganhou visibilidade, aproximadamente 3,175 bilhões de pessoas

que faziam uso da internet no globo, diante de uma população mundial estimada em 7,3 bilhões. Desses, cerca de 2,2 bilhões usavam *sites* de redes sociais, o que representa uma penetração mundial de 30%. Utilizavam aparelhos celulares para fazer uso de *sites* de redes sociais cerca de 1,925 bilhões de usuários.

No Brasil, em 2015, cerca de 102,1 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a internet segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) daquele ano. Já pesquisa realizada pelo Consumer Lab Ericksson em 2015 indicava que a porcentagem brasileira dos internautas que usaram mensagens instantâneas enviadas a partir de um celular pelo menos uma vez por semana era de 83%, enquanto a média global era de 59%. Sobre o uso de redes sociais, 83% dos participantes da pesquisa afirmaram o uso pelo menos uma vez na semana, enquanto a média global era de 65% (ERICSSON CONSUMERLAB, 2015). Se as pesquisas citadas indicam uma tendência dos brasileiros de aderirem produtos e serviços voltados à sociabilidade em rede, a desigualdade socioeconômica apresenta-se como um gargalo que marca os usos feitos da internet e das tecnologias de comunicação e informação de modo geral no país.

A Pesquisa TIC Domicílios de 2015, conduzida anualmente no Brasil pelo Comitê Gestor da Internet (CGI), indicou, após 11 anos de monitoramento, que estão entre os maiores desafios para as políticas públicas de inclusão digital no país:

[...] a universalização do acesso em banda larga nos domicílios das classes economicamente menos favorecidas e o fomento ao desenvolvimento de habilidades digitais que possibilitem um uso proficiente de funções e aplicações mais complexas, requerido pelas empresas que já operam sob uma nova lógica da economia digital. (CETIC, 2015, p. 25).

A pesquisa revelou que as políticas de fomento à presença das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros não têm sido suficientes para amenizar disparidades de acesso entre populações de áreas urbanas e rurais, entre as diferentes regiões do país e entre as pessoas de diferentes classes sociais, daí a importância de relativizar resultados e discussões de pesquisas que tomam por base a análise de usos feitos por usuários brasileiros.

Com base em entrevistas realizadas em mais de 23.000 domicílios distribuídos em todo o território nacional, a TIC Domicílios 2015 indicava o telefone celular como o principal dispositivo para o acesso à internet, já ultrapassando o computador como o equipamento mais utilizado para tal fim. Naquele ano, os usuários da internet no Brasil correspondiam a 58% da população com 10 anos ou mais, dos quais 89% acessaram a rede por meio do telefone celular; 65%, por meio de um computador de mesa, portátil ou *tablet*. O celular foi o único meio de acesso à internet para 35% dos usuários, sendo estes usuários de classes sociais

economicamente menos favorecidas. Um número expressivo desses estavam situados na área rural. Nesta edição da pesquisa TIC Domicílios 2015, o uso de redes sociais foi citado por 88% dos usuários de internet com 16 a 24 anos e por 56% daqueles com 60 anos ou mais.

No Brasil, em 2015, o Twitter estava entre as principais plataformas utilizadas por usuários brasileiros na categoria redes sociais ou serviços de mensagens, tendo sido citado por 11% dos usuários da pesquisa We Are Social (2015). Desde março de 2006, quando surgiu como uma plataforma de envio de SMS pelo celular, o Twitter passou por diversas transformações, ganhando novas funções, mas manteve a característica de publicação de mensagens curtas – 140 caracteres até 2017; 280 caracteres desde então –, o que a caracteriza como uma rede de *microblogging*. A proposta de publicações é sintetizada em resposta à questão: “O que está acontecendo?”.

O Twitter apresenta-se como sistema estruturado que apresenta perfis identificados por @ seguido pelo nome de usuário, que possui página específica, em que se apresentam mensagens no formato de *timeline*. Cada @ dispõe de uma lista de seguidores e de perfis seguidos. Entre os tipos de postagens possíveis na plataforma estão os chamados tuítes gerais, que se definem por mensagens que podem conter textos, fotos, *gifes* ou vídeos. Há também as menções<sup>23</sup>, que são conteúdos que contêm um @ de usuário, de modo que a postagem aparece na página de perfil do remetente e nas abas de notificações do destinatário. Outra interação bastante usada compreende as respostas, quando um usuário responde ao tuíte de outro. Essas mensagens são visíveis na página de perfil do remetente e nas abas de notificações do destinatário. Retuítes são interações elaboradas por um usuário e encaminhadas por outros para sua rede de seguidores.

A limitação no número de caracteres para a elaboração de mensagens no Twitter é frequentemente driblada pelos usuários, por meio de sequências de postagens ou utilização dos recursos de comentários. Desde 2017, o Twitter oficializou o recurso de construção dos fios de tuítes, numa sequência que permite organizar as informações e facilitar a interação entre os usuários. Funções como retuítes, curtidas e menções são recursos de interação frequentes entre os usuários que criam conexões entre conteúdos, impulsionam a visibilidade de determinadas mensagens e representam suporte e valorização a uma ideia ou narrativa.

O uso de *hashtags* – que são indexadores para fluxos coletivos caracterizados por meio de uma marcação que emprega o símbolo “#” (*hash*), atrelado a uma palavra-chave ou

---

<sup>23</sup> O Twitter explica que uma postagem começa com um @ de usuário; apenas as pessoas que seguem o remetente e o destinatário verão o conteúdo na *timeline* da página inicial. Para que outros visualizem o conteúdo, a plataforma recomenda retuitar ou comentar o tuíte.



frase (SANTAELLA; LEMOS, 2010) – permite marcar um tópico discursivo e facilitar o acesso, por usuários da plataforma, a conteúdos relacionados. Dessa maneira, Alves Filho, Castro e Alexandre (2012) observam, tomando como referência o trabalho de Huang, Thornton e Efthimiadis (2010), que os usuários do Twitter são influenciados tanto pelas *hashtags* usadas por suas redes pessoais quanto pelas marcações dos *trending topics*, ou seja, pela lista dos assuntos mais comentados na plataforma. O funcionamento das *hashtags* apresenta-se como uma “capacidade tecnológica” ou “*affordances*”, que assume funções retóricas específicas (ALVES FILHO; CASTRO; ALEXANDRE, 2012). Assim, além de funcionar como *links* entre postagens e engrenagem para a produção de um hipertexto, é capaz de promover visibilidade a um determinado tema, destacando-o na pauta do dia, em um contexto nacional e internacional.

Na abordagem de um conjunto de postagens que emergem da interação entre usuários e usuárias do Twitter em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio, busco explorar camadas de significados produzidos em torno de experiências de violência sexual vividas principalmente na infância e na adolescência narradas por pessoas que atenderam à convocação de partilha de memórias na referida campanha. Para tanto, analiso narrativas e posicionamentos publicados na plataforma Twitter, buscando ler esse conjunto de pequenas histórias, ou *small stories* (BAMBERG, 2006; BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008; GEORGAKOPOULOU, 2015; PAGE, 2017; PAGE; HARPER; FROBENIUS, 2013), produzidas a partir de memórias pessoais como partes integrantes de uma grande história, *big story* ou *master narratives* (BAMBERG, 2004, 2005, 2006; PAGE; HARPER; FROBENIUS, 2013). Essa malha discursiva conta sobre experiências socioculturais relativas à violência sexual, imersas na cultura e em narrativas dominantes, e sobre o próprio ato de narrar essas vivências em um *site* de rede social, no contexto de uma campanha marcada por uma *hashtag*.

A abordagem proposta para o banco de dados na presente pesquisa dialoga com as tradições de análise narrativa, destacadamente as abordagens analíticas do discurso para narrativas que emergem do cotidiano de práticas conversacionais. Ao referir-se às histórias compartilhadas *on-line*, Page (2018) ressalta que essas narrativas não são relatos verbais específicos de um conjunto particular de eventos, como define a perspectiva estruturalista, e sim uma maneira geral de descrever eventos ou padrões de comportamento sociocultural. O que esse conjunto permite observar são os significados macrossociais, de modo a descrever alguns dos padrões.

Os tuítes que compõem o *corpus* da pesquisa têm características que permitem relacioná-los ao conceito de narrativa, mas não de maneira ortodoxa. Labov (1972) propõe, a partir da sociolinguística, uma definição de narrativa que aponta para um relato de evento ou

experiência passada contemplando uma série de estruturas postas em sequência: resumo, orientação ou contexto, apresentação de uma ação complicadora conduzida até uma avaliação, resultado e fechamento. Desse modo, a definição elaborada por Labov (1972), que toma como referência um relato oral ideal, apresenta-se como um marco inaugural para os estudos das narrativas e considera um modelo de narrativa linear, geralmente elaborada por um único narrador, estruturado a partir de critérios objetivos referentes a formas e funções.

A partir de outra perspectiva, com ênfase nos aspectos cognitivos, o psicólogo Bruner (1991) observa que a produção de sentido acerca do mundo se dá narrativamente. O autor apresenta as narrativas não somente como formas de representar a realidade, mas também de constituí-la. Ao definir narrativa, Bruner (1991) também estabelece propriedades ou princípios narrativos. Entre esses: diacronicidade narrativa, ou seja, as elaborações fazem referência a eventos que ocorrem em distintas temporalidades; vínculos de estados intencionais, que fazem referência a convicções, desejos, teorias e valores daqueles que agem em um determinado cenário; composicionalidade hermenêutica, que indica como as ações de contar e compreender uma história dependem da capacidade humana para processá-las de maneira interpretativa; canonicidade e violação, que qualificariam um evento como algo que merece ser narrado; referencialidade, que aponta para a verossimilhança; sensibilidade de contexto e negociabilidade, que refletem processos culturais de negociação de sentidos; entre outros. Page (2015) observa que a descrição de Bruner acerca da narrativa canônica baseia-se menos na qualidade da narrativa como um artefato verbal ou um produto narrativo e mais como um modelo cognitivo que se expressa na forma de roteiros preestabelecidos, de acordo com padrões macrossociais.

A larga difusão da ideia de construção narrativa da realidade marcou o momento denominado “virada narrativa” (BAMBERG; RIESMANN, 2008), que faz referência à adesão em larga escala, nas Ciências Sociais, a perspectivas teóricas voltadas à narratividade, aos aspectos biográficos e às histórias de vida. Há quem localize o início dessa virada narrativa na década de 1960, a partir de contestações do modelo positivista de investigação e da consideração de aspectos qualitativos e interpretativos próprios aos fenômenos sociais. Nessa perspectiva, o pesquisador não é um simples coletor de narrativas, e sim um ativo participante da construção dessas mesmas narrativas a partir da interlocução com os narradores primários, ou sujeitos de pesquisa. Como afirmam Bamberg e Demuth (2016), isso não quer dizer que as narrativas deem conta de toda e qualquer experiência humana, ou se trata de considerar sujeitos como “narrativas ambulantes”. As críticas à onda de adoção de narrativas condensam-se no

ponto do excesso, expresso, por exemplo, nas máximas “o mundo é um texto” ou “narrar é viver” (FREEMAN, 2015b).

Ao tomar os tuítes como pequenas histórias (*small stories*) (BAMBERG, 2006; BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008), estou interessada em como as pessoas usam essas elaborações discursivas em seus contextos interativos para construir sentidos e negociar posicionamentos frente às interpelações. Essa perspectiva leva a abraçar ambiguidades, contradições e tensões que se estabelecem nesse cenário de negociações, sem exigências de posicionamentos fixos, rígidos e coerentes.

A pesquisa de narrativas a partir de pequenas histórias tem Michael Bamberg e Alexandra Georgakopoulou como expoentes articuladores de uma perspectiva teórica que desafia a ênfase por eles qualificada como exagerada na pesquisa de biografias e grandes histórias, com foco na análise da identidade. Esses autores propõem considerar os materiais que emergem de situações cotidianas como relevantes, por estarem carregados de intuições, memórias, reflexões e emoções. A ideia é que as histórias contadas, mesmo quando não são profundas ou longas, apresentam repertórios discursivos para fins de posicionamento que revelam, entre outras coisas, um senso de identidade. “*As speakers we position ourselves (and others), and doing so we display a sense of who we are*”<sup>24</sup>, afirma Bamberg (2006, p. 127).

Desde a emergência da *Web 2.0* e a posterior proliferação de plataformas de produção de conteúdos por usuários conectados por meio da rede mundial de computadores, as plataformas digitais foram projetadas como disputado espaço de narração mediada e enquadrada pelas tecnologias digitais de comunicação e informação. Os *blogs*, *wikis* e *sites* de redes sociais apresentam-se como anteparos para a elaboração e condicionamento de narrativas. A popularização de artefatos como os *sites* de redes sociais levou aos milhares de usuários conectados a responderem a uma interpelação cotidiana para a narração a partir de um ponto de vista pessoal. São experiências particulares, oportunidades também para que sujeitos elaborem e expressem seus posicionamentos diante do mundo ao redor.

Considerando o conceito de pequenas histórias (*small stories*) e observando as dinâmicas de interação em *sites* de redes sociais, Page, Harper e Frobenius (2013) apontam para o surgimento das chamadas “narrativas compartilhadas” (*shared stories*), que permitem que sujeitos participem coletivamente da construção de histórias, construídas por múltiplos narradores a partir de recursos comunicativos disponibilizados pelas plataformas, tais como as funcionalidades de comentar, curtir, vincular, marcar e compartilhar. Tais narrativas desafiam

---

<sup>24</sup> “Como alto-falantes, posicionamos nós mesmos (e os outros) e, ao fazê-lo, demonstramos quem somos” (BAMBERG, 2006, p. 127, tradução minha).

critérios estabelecidos por narrativas canônicas, tais como linearidade e sequências temporais fechadas, uma vez que as estruturas das plataformas não limitam as leituras a uma sequência única. Page, Harper e Frobenius (2013) observam que tais histórias podem se formar a partir de várias camadas de interação, inclusive extrapolando os limites de uma determinada plataforma, ou mesmo considerando as trocas que se dão de modo *off-line*.

Na perspectiva de análise de narrativas proposta por Bamberg, Georgakopoulou e Page, as histórias não são tomadas apenas como produtos da introspecção. São elaborações em contextos de interação, portanto narrações situadas (BAMBERG, 2006, 2011a; BAMBERG; DEMUTH, 2016; DE FINA; GEORGAKOPOULOU, 2015; PAGE; HARPER; FROBENIUS, 2013), que emergem de repertórios discursivos e interpretativos e revelam posicionamentos diante de distintos fatores e elementos contextuais, não controlados pelos narradores. Esse contexto de interação apresenta-se como espaço de troca entre o social e o individual. Duas questões guias elaboradas por Bamberg (2011b) apontam para as reflexões acerca do contexto de interação situado: por que a história foi contada de um determinado contexto e local? E como poderia ser contada de maneira diferente?

Diante da relevância do contexto de produção das narrativas, ao tomarmos para análise narrativas produzidas e publicadas em *sites* de redes sociais, faz-se necessário considerar aspectos relativos à interação entre os usuários mediada pela plataforma. De modo geral, favorece-se a interação assíncrona, dispersa no tempo e no espaço, e se retiram da cena de interação as deixas simbólicas próprias da interação face a face, que podem ser estimulantes e constrangedoras ao mesmo tempo para as dinâmicas de interação (THOMPSON, 1998).

A análise narrativa precisa atentar para o modo como esse contexto age sobre os narradores e os produtos narrativos. Os estudos que se debruçam sobre as narrativas em rede apontam como característica desse tipo de elaboração o fato de serem coconstruídas por múltiplos narradores que alcançam uma multiplicidade de outros usuários interconectados, favorecendo avaliações, recontagens e reações, constituindo-se como uma “narrativa social”. Page, Harper e Frobenius (2013) consideram que os conteúdos narrativos produzidos em rede conformam um empreendimento social pró-dialógico para a produção de identidades no século XXI.

A perspectiva tomada para a análise de narrativa alinha-se ao conceito de histórias compartilhadas em contextos *on-line* proposto por Page (2018) a partir dessa paisagem comunicativa contemporânea. Diante desse panorama, a autora observa que, no tempo permeado pelas conexões digitais, as histórias permanecem sendo empregadas para dar sentido a si mesmas e ao mundo ao redor. Para tanto, o compartilhamento apresenta-se como uma ação icônica, capaz de aproximar pessoas e fundar dimensões de disputa social.

Page (2018) argumenta que as narrativas compartilhadas *on-line* são dimensão de interação e, dessa maneira, tanto medeiam como são mediadas. A autora afirma que as histórias fazem a mediação entre aqueles que as produzem, consomem e reproduzem, estabelecendo vínculos. Ao mesmo tempo, tais narrativas são mediadas por diversos recursos tecnológicos utilizados nos contextos de produção e recepção das histórias, pois os meios técnicos condicionam as narrativas. Por fim, o discurso mediado tem papel constitutivo no contexto social e cultural. Deste ponto, a autora chama a atenção para as potencialidades das histórias compartilhadas como meio para a agência humana.

As narrativas compartilhadas em contextos como plataformas de redes sociais assumem caráter de narrativas em rede (*networked narratives*) (PAGE; HARPER; FROBENIUS, 2013), sendo inerentes à definição as limitações de linearidade narrativa. Tais narrativas não apresentam uma sequência temporal fechada, articulam-se por meio da coprodução por vários narradores e empregam recursos como decorrentes da interação conversacional, incluindo funcionalidades das ferramentas, como curtidas e retuítes, por exemplo.

Nesse contexto circunscrito – de publicações realizadas por usuários do Twitter marcadas pela *hashtag* #PrimeiroAssédio –, os textos são constituídos a partir de perspectivas individuais, mas utilizando códigos socioculturais e técnicos partilhados e negociados. Isso torna possível, a partir de pequenas histórias e sua microanálise, fazer inferências sobre narrativas dominantes, elaboradas na interseção entre o pessoal e o social, por meio de pistas que emergem da linguagem na forma de narrativas e posicionamentos carregados de afetos. Esse tecido apresenta processos de tensionamentos discursivos por meio dos quais são negociados sentidos para a inscrição social das experiências de vítimas de violências sexuais e para o próprio ato de narrá-las.

Elementos textuais que compõem essas narrativas revelam a dimensão da linguagem que é própria do processo de socialização dos corpos e que se expressa nas experiências narradas e nos modos de narrar, seja pela escolha das palavras, seja pela capacidade desses artefatos linguísticos de expressar afetos (FREUD, 2020) que atravessam os corpos em suas expressões, destacadamente de gênero. Essas pequenas histórias pescam elementos de narrativas dominantes (*master narratives*) (BAMBERG, 2004, 2005) para situar culturalmente experiências e sentidos para elas produzidos, mas também para propor, ou mesmo reivindicar, mudanças na ordem hegemônica estabelecida para personagens, situações, causas, consequências e avaliações delas decorrentes.

Bamberg (2004, 2005) emprega o termo “*master narratives*” para fazer referência a formas socioculturais estabelecidas que marcam mentalidades, bem como a produção e a

compreensão das narrativas. Seus pressupostos são frequentemente empregados em estratégias de legitimação para a manutenção da ordem estabelecida no que se refere a relações de poder. Na contramão, as contranarrativas atuam na desestabilização de lugares sociais e produção de deslocamentos. O conjunto de pequenas histórias analisado nesta pesquisa é tomado como histórias compartilhadas, conformadas como narrativa em rede, que gira em torno do tópico marcado pela *hashtag* #PrimeiroAssédio e revela tensões socioculturais que permeiam as narrativas dominantes, apontando mudanças.

### 3.2 Abordagem do *corpus*

Neste estudo de caso, emprego técnicas de análise narrativa mediada, sob inspiração de proposições feitas pela pesquisadora Ruth Page em seu livro *Narratives online – shared stories in social media* (2018), em que apresenta aplicações para diversos formatos de narrativas originadas em plataformas de interação *on-line*, como *sites* de redes sociais. A abordagem sugerida por Page (2018) aponta três níveis de análise, que vão desde a microanálise textual, passando pelos processos de produção e recepção dos textos, até chegar à observação de processos de negociação de significados para práticas cotidianas.

Antes de exemplificar aplicações práticas dos usos da análise narrativa mediada, Page (2018) apresenta pressupostos conceituais que amparam as abordagens de *corpus* por ela adotadas. Entre esses princípios está aquele que considera o discurso como forma de ação. De maneira mais específica, a autora cita como referência Jones e Norris (2005) e seus trabalhos de análise do discurso mediado. Tais autores observam como narrativas dominantes estão presentes na vida cotidiana, manifestas em interações miúdas, e o modo como são condicionadas pelos meios favorece a comunicação e a convivência.

Ao considerar o discurso como uma ferramenta de ação social, a análise do discurso mediado admite a complexidade da dinâmica social, emaranhado de múltiplas práticas e trajetórias que produzem e reproduzem identidades e grupos sociais. Assim, o foco da análise proposta por Jones e Norris (2005) não se volta para a unidade textual em si, ou de maneira isolada, mas para a interseção das práticas sociais das quais o discurso faz parte. Observa-se, então, a chamada “ação mediada”, numa referência aos estudos de Vygotsky (1987) e Wertsch (1991).

Outro entendimento que serve de suporte para o método construído por Page (2018) é a indicação de discursos como produtos da cultura. Palavras, frases, narrativas e o modo como a linguagem é empregada são apontados como produtos do ambiente sociocultural. Com o

conceito de heteroglossia, de Bakhtin (1981), argumenta que os discursos guardam muitas vozes, sendo produtos dialógicos. As vozes estariam sempre carregadas de aspectos individuais e sociais, de marcas do tempo e de lugares sociais. A produção de sentido se daria, então, no conjunto da enunciação (BAKHTIN, 1986), no contexto da interação discursiva, sob efeito de códigos partilhados de maneiras verbal e não verbal.

Ao estruturar o modelo de análise narrativa mediada, Page (2018) propõe um esquema de abordagem em três níveis. O primeiro nível recomenda a observação sobre como a história é contada. Aponta para o texto, suas características e a relação com o meio de interação. São referências neste recorte Bamberg e Georgakopoulou (2008) com sua proposta de análise de pequenas histórias; Fairclough e Melo (2012), que conduzem, com a Análise de Discurso Crítica, uma microanálise textual situada em contexto, vista à luz de uma teoria social do discurso; e ainda a abordagem histórico-discursiva de análise crítica do discurso, tal como praticada por Reisigl e Wodak (2005).

No segundo nível, a autora recomenda a análise de aspectos relacionados à produção e ao consumo dos conteúdos compartilhados, ou seja, ganha ênfase o contexto para explicar as práticas humanas de produção de sentido em circunstâncias sociais e culturais específicas. Para tanto, são considerados apontamentos da Semiótica Social para uma abordagem multimodal dos recursos utilizados na narração. É citado como referência para essa abordagem Halliday (1978), que propõe análises multifuncionais das sentenças, contemplando a função ideacional ou de representação dos objetos do discurso; a função interpessoal, que destaca as ações na cena de produção discursiva; e a função textual, que busca, na estrutura do texto, reflexos de ideologias dos atores em interação.

No terceiro nível, Page (2018) recomenda analisar valores e crenças socioculturais partilhados no contexto de interação. Para essa dimensão, o ferramental metodológico de apoio indicado é a Pragmática Interacional, que traz a perspectiva para a observação de recursos extralinguísticos considerados pelos intérpretes da linguagem em determinado contexto social. Aqui, uma referência é Georgakopoulou (2015), dedicada a investigar a face interacional da construção da identidade. O aspecto relacional entre narradores ganha destaque, considerando afinidades constituídas, mas também ambiguidades, desencontros e conflitos. Examinam-se as normas sociais que orientam e interferem na interação narrativa.

Neste estudo de caso, o primeiro nível é tratado por meio de análise de discurso assistida por ferramenta de análise de *corpus*, que permite explorar padrões de construções textuais e suas frequências em um conjunto de tuítes marcados pela *hashtag*. Foi empregado, assim como também sugere Page (2018), o *software* Antconc. Trata-se de ferramenta de análise

computacional desenvolvida por Laurence Anthony que oferece ferramentas para análises de *corpus* (LAURENCE, 2004). O acesso ao sistema é gratuito. Entre as funcionalidades apresentadas pelo sistema estão a identificação de concordâncias e de frequências de palavras e o mapeamento de *clusters*.

O banco de dados considerado nesta análise apresenta-se, originalmente, em formato .xlsx, passível de ser explorado em sistema Excel ou semelhantes. Reúne 15.243 postagens publicadas entre 19h55 de 21 de outubro e 18h22 de 22 de outubro de 2015. Os dados foram coletados pelo Ibpad, por meio de monitoramento da *hashtag* #PrimeiroAssédio, com variações de grafia, na plataforma Twitter, com o uso da ferramenta Netlytic<sup>25</sup>. Para a análise dos dados no sistema Antconc, foi necessário converter o arquivo Excel em arquivo .txt, com uso do sistema Bloco de Notas, de modo a torná-lo possível de ser lido pelo sistema Antconc.

O conjunto revela inúmeras nuances das experiências em torno da violência sexual no Brasil, bem como tensionamentos provocados pelo cruzamento de aspectos da cultura brasileira que naturaliza certas práticas abusivas e sementes de mudanças que evidenciam o caráter violento dessas mesmas práticas. O banco de dados disponibilizado pelo Ibpad permitiu uma leitura mais ampla das narrativas, por meio da conexão entre as pequenas histórias, de maneira a apresentar uma narrativa maior – aquela que destrincha nuances da chamada cultura do estupro no Brasil.

Para melhor equilibrar o tamanho do *corpus* e favorecer a exploração, os tuítes originais foram separados dos retuítes (replicações por outros usuários). Isso tornou possível identificar mais facilmente os padrões inerentes à narração de experiências relacionadas à violência sexual. Assim, trabalhei mais detidamente com um subconjunto de postagens composto por tuítes únicos (4.494), que foi submetido a análise por meio do *software* de linguística de *corpus*.

Para manejar o referido *corpus*, foram utilizados os sistemas Antconc e Excel, ferramentas empregadas para buscar termos e expressões palavras associadas, possibilitando a observação de frequências e a associação entre termos que operaram como palavras-chave para a navegação no banco de dados. Os dados tratados como relevantes e destacados como resultados foram identificados por sua frequência no conjunto. Tais recursos foram úteis à categorização e ao agrupamento de tuítes para posterior discussão, que considerou os sentidos negociados para as narrativas nos processos de convocação à partilha, de identificação entre os narradores e de nomeação de violências.

---

<sup>25</sup> Trata-se de ferramenta de monitoramento e pesquisa em mídias sociais desenvolvida por Anatoliy Gruzid.



Concordância e frequência de palavras expressam uma face quantitativa da linguística de *corpus*. No entanto, opto por não usar percentuais para descrevê-las ao longo do texto, porque a amostra de 15.000 tuítes não foi calculada para ter representatividade perante o total de tuítes da *hashtag* em questão. Assim, ao explorar as frequências dos termos, caracterizarei como “quase totalidade” frequências situadas de 80% a 100% do conjunto denominado tuítes únicos; “maioria”, frequências situadas de 60% a 79%; “média”, frequências situadas de 40% a 59%; “minoría”, frequências situadas de 20% a 39%; e “mínima”, frequências situadas de 0% a 19%.

O recurso de nuvem de palavras também foi empregado a partir da análise de listas de frequências geradas pelo sistema Antconc, por meio da denominada Word List. Essa ferramenta contabiliza as palavras do *corpus* e as apresenta em ordem de frequência. Com isso, foi possível identificar personagens mais citados nas narrativas, ambientes e circunstâncias mais citados para os eventos narrados, além de emoções relacionadas às experiências e termos empregados para denominar as violências vividas. Posteriormente, empreguei a funcionalidade de Concordância às palavras-chave já identificadas como relevantes. Essa ferramenta mostra os resultados da pesquisa em um formato “KWIC” (*KeyWord In Context*). Isso permite que você veja como palavras e frases são comumente usadas em um *corpus* de textos.

Os três níveis de análise citados por Page (2018) são apresentados de maneira simultânea ao longo do trabalho. Buscando apontar estratégias de abordagem de *corpus* características de primeiro nível de análise, são levados em conta os modos como a plataforma Twitter condiciona características dos textos compartilhados e, portanto, a própria construção das narrativas, tanto em pequenas histórias como na forma de narrativa compartilhada em rede. Além disso, com o uso do Antconc e Excel, foram identificados, no banco de dados, itens lexicais de alta frequência, com destaque para personagens mais citados nas narrativas, ambientes e circunstâncias mais citados para os eventos narrados, além de emoções relacionadas às experiências e termos empregados para denominar as violências vividas.

Informações sobre o contexto sócio-histórico no qual emerge a mobilização #PrimeiroAssédio são relevantes para a análise de segundo nível, sendo estas apresentadas de maneira distribuída nas seções de análise que seguem no Capítulo 4: Convocação (4.1), Identificação (4.2) e Nomeação (4.3). A abordagem de terceiro nível, em que se destaca a análise das dinâmicas de negociação para a partilha de sentidos em dimensão comum de interação, também se dilui entre as referidas seções, mas se apresenta mais evidente na seção Nomeação (4.3).

Originalmente, o banco de dados em formato .xlsx apresentava, para cada *post* coletado, o *link* específico para a postagem na plataforma Twitter, o conteúdo do tuíte, o nome do publicador conforme informado pelo usuário, o *link* para o perfil publicador, o sexo do publicador conforme informado pelo usuário, a data e hora da coleta e as informações sobre as reações ao tuíte, tais quais número de curtidas e retuítes. Para proceder à análise, tratei os dados de maneira anonimizada quanto aos campos que faziam referência à identidade dos autores das publicações. As informações sobre sexo, que inicialmente considerei serem úteis, não foram utilizadas para fins de análises, isso porque, após testes exploratórios, verifiquei que a orientação de gênero manifesta nos textos nem sempre coincidia com os dados apresentados nos metadados. Por essa razão, decidi privilegiar as indicações de gênero manifestas nas publicações, inferidas literal ou contextualmente.

Tratar as postagens de maneira anônima foi opção que seguiu orientações expressas em manuais e protocolos de ética em pesquisa, que sempre indicam a priorização da privacidade dos sujeitos participantes. Neste caso, tratando-se de abordagem de tema sensível, os cuidados foram redobrados. Sendo esta uma pesquisa conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, foram tomadas como referências orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, normativas que orientam procedimentos de ética em pesquisa no Brasil, além de realizadas consultas a protocolos internacionais.

A Resolução de nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, dispõe sobre procedimentos metodológicos para pesquisas que lidem com dados diretamente obtidos com participantes ou informações identificáveis que possam acarretar riscos. De modo geral, orienta a observação ao respeito e à garantia dos direitos dos participantes. O documento afirma que não precisam de registro no Sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos aquelas que utilizem informações de domínio público; ou dados agregados em bancos de dados, sem possibilidade de identificação individual, entre outras situações. As condições citadas são aplicáveis a este estudo de caso, que analisa textos publicados em *sites* de redes sociais por usuários que, de maneira deliberada, optaram por compartilhar tais registros com outros afiliados da plataforma, inclusive fazendo uso da *hashtag* #PrimeiroAssédio.

No entanto, considerando que inicialmente o projeto previa uma fase de entrevistas semiestruturadas (MANZINI, 1990) com sujeitos engajados em campanhas como a #PrimeiroAssédio, com o propósito de aprofundar achados gerais apontados pelo levantamento de dados secundários, o projeto foi registrado no sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa e obteve aprovação (Número do Parecer: 4.613.585). Posteriormente, avaliei que o volume de

dados em análise seria suficiente para os propósitos traçados no projeto de pesquisa. Restrições de diversas ordens impostas pela pandemia de Covid-19, bem como seus efeitos psicossociais, tiveram implicações sobre o curso e cronograma da presente pesquisa, razão também considerada para suprimir uma segunda etapa de produção de dados.

Em certos casos, recomenda-se a negociação de consentimento para a participação em pesquisas conduzidas no ambiente da internet, mas, havendo um grande número de participantes envolvido, a conduta torna-se inviável. É o caso do presente estudo. Outro ponto a ser considerado é o fato de a pesquisa não estar voltada ao levantamento das histórias de participantes individuais, e sim à compreensão da dinâmica coletiva das narrativas publicadas em rede nessa campanha. Por fim, para evitar o risco de identificação de usuários no caso de utilização de serviços de busca a partir de reproduções literais de tuítes, empreguei a estratégia de mascaramento de dados.

O mascaramento foi empregado apenas no caso de tuítes reproduzidos literalmente no texto da tese, ou seja, os dados tratados pelo Antconc eram originais. A técnica de camuflagem dos textos reproduzidos literalmente foi estratégia empregada como uma camada extra de cuidado com o anonimato dos participantes, tendo em vista a sensibilidade do tema em discussão. Entre as diversas possibilidades de técnica de mascaramento de dados, optei pela substituição de palavras por outras de sentido próximo ou equivalente – a exemplo de “vc” por “você”, ou vice-versa –, com o cuidado de não alterar palavras que estejam no cerne do texto. Embora os manuais de gerenciamento de privacidade (BRANCO JÚNIOR; MACHADO; MONTEIRO, 2014) recomendem a substituição randômica de dados, tendo em vista o emprego da técnica em bancos grandes e complexos, optei por fazê-lo manualmente, para favorecer a representatividade discursiva das unidades de análise.

Essas foram estratégias empregadas diante da responsabilidade para com os informantes da pesquisa, que se apresentam como coautores da narrativa compartilhada em rede: #PrimeiroAssédio. Sobre o tema, considerei entre as referências o guia de boas práticas The British Association for Applied Linguistics (2021) e busquei, assim, respeitar direitos, sensibilidades, privacidade e autonomia daqueles que colaboraram com a mobilização em torno da *hashtag*.

## 4 PERCURSOS DA NARRATIVA COMPARTILHADA

As pequenas histórias que compõem a narrativa em rede #PrimeiroAssédio revelam e produzem sentidos sociais para práticas cotidianas. Neste capítulo, emprego a análise narrativa mediada (PAGE, 2018) para apontar jogos de forças discursivos favoráveis e desfavoráveis à circulação de narrativas pessoais de vítimas de violências sexuais. No âmbito desta história compartilhada, as pequenas histórias assumem o tom de testemunhos (COUNDOURIOTIS, 2013), o que aqui pressupõe um saber baseado na experiência. Trata-se de um saber que invoca um certo lugar social e que pressupõe uma vivência corporificada. Tal saber marca e afeta certos corpos, destacadamente aqueles identificados como femininos. Também desse saber emerge uma certa autoridade, expressão de poder. Exercido coletivamente, tal poder mostra-se capaz de produzir deslocamentos.

A análise da narrativa em rede #PrimeiroAssédio será feita, nesta seção, em quatro movimentos. Na seção Convocação, analiso a dinâmica de chamamento elaborada pela ONG Think Olga ao lançar a campanha, bem como a percepção dos sujeitos acerca da noção de narratividade que se constitui a partir das interações. Na seção Identificação, examino a constituição de um polo narrador coletivo que se caracteriza como feminino e se apresenta como mola propulsora da mobilização. Na seção Nomeação, observo os processos de negociação, no âmbito da narrativa compartilhada, que favorecem a definição daquilo que as narradoras se propõem a chamar de “primeiro assédio”. Por fim, na seção Deslocamentos, evidencio o fortalecimento de novos lugares sociais para meninas e mulheres que reivindicam a autonomia sobre seus corpos.

### 4.1 Convocação

O ponto de partida desta narrativa compartilhada é uma interpelação, uma convocação realizada pelo perfil da ONG Think Olga direcionada à sua rede de seguidores, que atuavam também como interlocutores conectados aos perfis da organização nas plataformas sociais. O vínculo já estabelecido atestava uma provável identificação desse público com causas relacionadas ao enfrentamento de violências de gênero, foco de atuação da organização, o que certamente contribuiu para a resposta e difusão da campanha<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Análise realizada pelo Ipad identificou que o maior *cluster* identificado na rede formou-se em torno do perfil @ThinkOlga, concentrando 45,4% dos perfis participantes. Observa-se, porém, que a força demonstrada pelo

O chamado apresentou-se como uma invocação a vozes em primeira pessoa, esta posição narrativa que encontrou projeção crescente a partir da Modernidade (SIBILIA, 2016) e se exacerbou na cena pública redesenhada a partir da proliferação dos produtos da *Web 2.0*, a partir dos anos 2000. Esta convocação foi realizada nos sistemas Facebook e Twitter, com textos distintos que adequavam o chamado às determinações técnicas das plataformas.

No Facebook, a publicação trazia uma breve contextualização e direcionava as contribuições para o Twitter, onde o processo de captação e extração de dados dos conteúdos publicados eram facilitados. Em ambas as plataformas, a *hashtag* #PrimeiroAssédio desempenhou papel de marcador, conector e delimitador de conteúdo, considerando a sua composição morfológica e a relação estabelecida com o enunciado elaborado pelo narrador, fundamental para a construção do seu sentido (DINIZ DA SILVA, 2017).

No dia 21 de outubro de 2015, o perfil @ThinkOlga publicou o seguinte em seu perfil no Facebook:

No Twitter, estamos compartilhando histórias sobre a primeira vez que nossas seguidoras foram assediadas: 9, 10, 11 e 12 e já são marcadas pela violência sexual. Você viveu algo parecido? Divida com a gente sua história com a hashtag que criamos, a #PrimeiroAssédio.

No mesmo dia, o perfil @Think convidava no Twitter: “Por favor, compartilhem suas histórias com a hashtag #PrimeiroAssédio. Vamos reunir as histórias e publica-las na OLGA”. A campanha #PrimeiroAssédio convocou para a publicação narrativas de revelação relativas a situações de violência sexual vivenciadas entre a infância e a adolescência. O termo “revelação” aqui é empregado de forma polissêmica, seja para se referir à narração de experiências vividas por pessoas que nunca haviam contado sobre suas experiências (“#PrimeiroAssedio a gente nunca conta, né!? sempre parece que vão brigar conosco ou rir da nossa cara!”); por pessoas que sequer tinham se dado conta de que haviam passado por situações de violência (“Agora eu sei dos meus direitos. Sinceramente, espero que a pessoa morra sufocada com esse peso dentro dela :) #primeiroassedio”); ou ainda por situações em que a experiência antes narrada somente na esfera da intimidade ganha então a cena pública, para ser lida por qualquer usuário da rede social e para fazer parte dessa grande colcha de retalhos que se apresenta como uma narrativa (“Eu não ia falar nada, mas ao ver tanta mulher falando, resolvi me juntar #primeiroassedio”).

---

perfil para ampliar o impacto de uma causa não lhe garantiu o maior grau de entrada na conversação, considerando a interação entre perfis de diferentes grupos (SILVA; STABILE; ZANINI, 2015).

Ao considerar a malha discursiva engendrada pela *tag* como uma narrativa compartilhada, é relevante questionar se essa noção de narratividade esteve presente entre aqueles que participaram da conversação em rede e, deliberadamente, propuseram-se a contribuir com um fragmento do tecido, constituindo-se em um nó na estrutura. A busca por resposta a essa indagação pode ser guiada por palavras, verbos que revelam ação.

As marcas da consciência de prática narrativa são identificadas nas contribuições dos usuários do Twitter que empregaram a *hashtag* #PrimeiroAssédio. Vocábulos como “contar”, “ler”, “partilhar” e “compartilhar” são usados para expressar essa percepção, mas que não é unívoca. Como observa Page (2018), o compartilhamento tem múltiplos sentidos na construção da narrativa em rede: desde um sentido comunicativo, em que compartilhar significa dizer; até um sentido distributivo, em que compartilhar significa trocar, colocar em partilha.

Da interpelação às primeiras respostas, a noção de narratividade vai se constituindo. No conjunto em análise, a busca por termos como “ler a *tag*” ou “ler a *hashtag*” permite a identificação de postagens que confirmam a percepção de narratividade associada. Esses fragmentos revelam também como a história contada afeta os leitores, despertando reações que mobilizaram novas participações, além de validar a ação como estratégia de enfrentamento da problemática da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

Gente pelamor vamos ler essa tag juntinhas de mãos dadas #primeiroassedio.

Se vc acha que é vitimismo, com certeza deve ler a hashtag #PrimeiroAssedio.

será que mesmo depois de ler a tag #primeiroassedio alguém ainda tem coragem de dizer que o feminismo é mimimi?

só de ler a tag #PrimeiroAssedio já me dá um aperto no coração. Imagina se eu fosse falar alguma coisa.

todo mundo deveria parar uns minutos do que estiver fazendo pra ler a tag #PrimeiroAssedio. é de chorar...

Todos os homens e meninos deviam ler a #primeiroassedio.

Não dá nem pra começar a ler a tag #primeiroassedio direito. É muita dor no coração ler tudo isso, pelo amor de deus.

Ler a tag #PrimeiroAssedio e não ficar surpresa. =( Inclusive lembrar de situações que aconteceram comigo. É devastador demais.

fui ler a tag #PrimeiroAssedio e eu nem sei o que dizer. é o tipo de coisa que destrói qualquer esperança na humanidade.

Ler a tag #primeiroassedio dá vontade de ir chorar num cantinho.

As postagens que chamam para a leitura da narrativa compartilhada funcionam também como portas de entrada para o conjunto articulado em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio e vêm agregadas de advertências: pode ser uma leitura triste e dolorida, por despertar lembranças escondidas, por se tratar de histórias de injustiça, por demonstrar quão corriqueiras são as situações e as profundas marcas deixadas.

As postagens inaugurais da campanha propunham o termo “assédio” para nomear um tipo de violência sexual já experimentada por “seguidoras”, assim apontado ao gênero feminino. As chamadas não faziam menção direta às situações de sexualização da imagem da garota V., que participava então de um *reality show* infantil de gastronomia na televisão brasileira, mas essa referência, que funcionou como gatilho para a criação da campanha, estava posta como pano de fundo, uma referência em segundo plano, uma imagem com poder de mobilizar afetos.

Em função do assédio virtual q rolou com a menina, o @ThinkOlga está com a #primeiroassedio todas temos o que contar.

#PrimeiroAssedio: caso V. abre discussão sobre pedofilia e assédio sexual.

#PrimeiroAssedio é uma ótima campanha contra abuso infantil (como o da V.), mas quase chorei lendo alguns de tão chocantes.

#PrimeiroAssedio tweets sobre V. ou E. do masterchef não te faz engraçado, te faz pedófilo.

Eu apoiando a causa #primeiroassedio, pela V. do Master chef e uns haters enchendo o saco.

#primeiroassedio o pior disso tudo é que eu não me toquei de que isso era assédio até ver os homens twittando a mesma frase pra V.

Observa-se que as publicações acima oscilavam desde uma função mais referencial, ao apresentar a relação entre a campanha e a onda de postagens de caráter sexual direcionadas à garota V., passando por conteúdos de função emotiva, expressando espanto, tristeza, indignação, até a função apelativa, com caráter mais persuasivo (CHALHUB, 2006), mas é fato que a imagem da criança branca, de 12 anos, cabelos loiros, olhos azuis, sotaque paulistano, trajando um longo avental branco com a logomarca do programa de televisão – colocada no foco de mensagens como “Se tiver consenso é pedofilia?” ou “Viu o Penta do São Paulo, já aguenta” –, mobilizou reações enérgicas que contribuíram para o engajamento dos usuários à campanha.

Do conjunto de pequenas histórias que se entrelaçaram na narrativa compartilhada em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio, algumas postagens assumem uma função de sumarização ou resumo, considerando a conceituação de Labov (2003). No contexto interacional de conversação, estes fragmentos operaram como a apresentação da campanha,

como o pontapé inicial da história encapsulada numa sentença. Assim como a convocação realizada pelo perfil @ThinkOlga na postagem inaugural, outras atuaram resumindo e encorajando a publicação de relatos, revelando e validando o propósito da campanha. Essas mensagens foram muito replicadas na forma de retuítes, numa estratégia frequentemente operada na plataforma quando usuários agem coletivamente em busca de propagar a campanha com o propósito de fazê-la alcançar o chamado *trend topics*, ou *ranking* de temas mais comentados na rede no momento. “#primeiroassedio - Mulheres estão contando histórias de quando sofreram assédio sexual pela primeira vez. Geralmente quando crianças”; “RT A Cultura do Estupro #PrimeiroAssedio”.

Entre as postagens que se apresentaram com função de sumarização, algumas agregavam também pontos de vista, como breves avaliações acerca da relevância da campanha ou do contexto sociocultural das experiências narradas.

RT acha que o feminismo e lixo da sociedade veja a tag #primeiroassedio e veja a as historias das mulheres que foram assediadas quando crianças.

RT Você aí homem que acha que machismo ‘não existe’ que ‘feminismo é vitimismo’ e que ‘cantada é elogio’ se liga na Hashtag #PrimeiroAssedio.

De modo mais amplo, a convocação à narrativa compartilhada apresentou-se também como um convite à denúncia, a partir de uma perspectiva pessoal, da cultura que normaliza práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente as meninas. Como trazer à luz algo que, apesar de conhecido, é mantido longe dos olhos, seja pela lógica da naturalização ou do acobertamento como estratégia de minimização de eventuais violências secundárias.

Para usar termos empregados por Diniz e Gebara (2022, p. 8), o chamado da ONG Think Olga se apresenta como um convite para “[...] estranhar a conjugação patriarcal naturalizada em nós”. Diniz e Gebara (2022, p. 8) perfilam, em poucas palavras, o sistema de dominação que gesta condutas e linguagens: “[...] um regime de poder, hierarquizante e excludente, que, com diferentes intensidades, todos nós reproduzimos”. E, para lidar com esse sistema no qual nossas identidades e relações são forjadas, apontam-se o assombro, a inquietação e a subversão dos verbos como caminho para um futuro mais livre e seguro.

Saffioti (2004, p. 137) observa que a violência é um dos pilares que sustentam o sistema patriarcal: “Na ordem falocrática, o gênero, informado pelas desigualdades sociais, pela hierarquização entre as duas categorias de sexo e até pela lógica da complementaridade (BADINTER, 1986), traz a violência em seu cerne”. Esse regime opera convertendo a diferença sexual em diferença política; as desigualdades construídas pelas tecnologias de gênero,



raça/etnia e de classe social empregam a violência para a manutenção do *status quo*, afirma a autora.

A violência sexual, como uma constante ameaça na vida das mulheres, é um meio de fortalecer as bases do poder patriarcal, que opera a partir do controle e do medo, como observa Saffioti (2004). Trata-se de uma face do mecanismo de controle dos corpos femininos e de sua sexualidade. O processo de socialização feminina projeta sobre esses corpos prescrições de *performances* (BEAUVOIR, 1980), desde o mais simples gestual até as possibilidades de vivências de prazer; desde as formas mais sutis, por meio de imagens de controle, até as violências mais brutais, como as práticas de mutilação genital.

O silenciamento é uma das ferramentas do exercício de dominação. Perrot (2005b) adverte que o silêncio não se refere somente à fala, mas ao gesto e à capacidade de expressão. Os modelos de *performance* instituídos na cultura bebem na fonte dos arquétipos que opõem modelos de mulher: de um lado, a pecadora, desencaminhadora da própria humanidade, descendente de Lilith<sup>27</sup>, de Eva; de outro, a virgem santíssima, casta, resignada diante do sofrimento, que se entrega de corpo e alma à vontade de um Deus homem (COLLING, 2015). Para o modelo virginal, o pudor é uma virtude que guarda a própria honra. Ambos se projetam por sobre esse corpo feminino, que precisa ser manejado, por vezes escondido.

#primeiroassedio com 11 anos, na época em que meu corpo começou a se desenvolver, eu tinha que aguentar ouvir todo tipo de nojeira na rua.

Meu #primeiroassedio foi com 11 anos, meu corpo desenvolvendo, e o namorado da minha mãe pôs a mão dentro da minha blusa e apertou os meus peitos.

Eu tinha 12 anos quando passaram a mão em mim pela 1ª vez. Era um adulto. Nunca mais eu olhei meu corpo da mesma maneira. #primeiroassedio

Minha estratégia pra lidar com o #primeiroassedio foi me esconder atrás de roupas largas, um headset e música alta no caminho pro colégio.

eu não preciso usar roupas largas e cumpridas para você não voltar seus olhos para mim e não cair em tentação #primeiroassedio

O mais triste é ver pais assediando as filhas. E ainda dizer que ‘Não aguentam, é tentação’. Nem em casa temos paz. #primeiroassedio

Perrot (2005a) afirma que o corpo está no centro de toda relação de poder, mas o corpo feminino constitui um alvo especial. De maneira direta, afirma: “[...] o corpo das

<sup>27</sup> Na mitologia judaica, Lilith é apresentada como o demônio feminino da noite, provocando naqueles que dormem sozinhos sonhos eróticos. Também associada à imagem da fêmea impura, bruxa, e à figura de Eva, na tradição judaico-cristã. Teria sido a primeira mulher de Adão, cuja sexualidade inscreve o pecado e a morte na humanidade (BARRETO; CECARELLI, 2015; KOLTUV, 2017). Esses arquétipos apresentam seus traços na cultura contemporânea.

mulheres não lhes pertence” (PERROT, 2005a, p. 447). Situando historicamente a afirmação – a partir de uma perspectiva ocidental da burguesia europeia difundida também na cultura nacional –, a autora lembra que o corpo da mulher pode pertencer ao marido, que está culturalmente autorizado a possuí-lo com sua “potência viril”; pode pertencer também aos filhos, que o “absorvem inteiramente”; ao senhor, como se deu violentamente no sistema escravocrata, que permanece com raízes expostas na sociedade contemporânea. Perrot (2005a) chama a atenção para o fato de que os “progressos da civilidade” trouxeram mudanças, mas estas não foram capazes de desenraizar as mulheres dos territórios de seus corpos; estes, dimensões de disputas.

O fato se expressa por meio de um “[...] enraizamento das mulheres nos territórios de seus corpos”, afirma Perrot (2005a). E disso decorrem inúmeras consequências. Numa cultura marcada pela dualidade, o masculino é representado de modo associado a um desejo natural irrefreável, “que necessita de um exutório”, corpos subjugados, entre estes os corpos femininos, muitas vezes culturalmente vistos como excitantes, provocadores. Tal falácia é frequentemente acionada para inverter responsabilidades em contextos de violência. Entre os exemplos citados por Perrot (2005a), um deles mira o campo laboral, em que a mulher encontra dificuldade em vender somente sua força de trabalho, especialmente no setor de serviços reconhecidamente femininos, em que vigora a ideia de um “engajamento físico”. Do serviço doméstico à realidade das fábricas, as mulheres são demandadas por uma “servidão corporal”. E, sobre os corpos subjugados, o sistema articula estruturas de poder que limitem suas existências como sujeitos donos de seus corpos e ideias, impondo zonas de silenciamento.

Assim como a mulher, as crianças e os adolescentes não costumam ser culturalmente autorizados a falar sem permissão, muito menos a erguer a voz, a responder ou a retrucar. Os modelos de educação mais tradicionais punem aqueles que desafiam a autoridade. Há uma hierarquização das vozes socialmente instituídas, que articula variáveis como gênero, idade, cor da pele e posição social. No topo dessa hierarquia está o homem branco, adulto e rico, sentado num trono suportado pelo sistema capitalista. E, na base, meninas negras, indígenas, periféricas, em situação de vulnerabilidade social. Não é coincidência o fato de ser também esse o perfil das principais vítimas dos crimes de violência sexual. Perrot (2005b, p. 9-10) faz referência a um “oceano de silêncio”, decorrente de uma partilha desigual dos turnos de fala, conveniente à manutenção de sua posição secundária e subordinada historicamente estabelecida:

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos, pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. [...] Silêncio no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e uma atitude barulhenta demais como a ‘da vida fácil’. Silêncio até mesmo na vida privada, [...] e que se limitem às conveniências da polidez. ‘Seja bela e cale a boca’, aconselha-se às moças casadoiras, para que evitem dizer bobagens ou cometer indiscrições. Evidentemente as mulheres não respeitaram estas injunções.

Ao mencionar um tempo de “quebra de silêncios” (MARQUES; GERMANO, 2017, 2018), é preciso colocar o termo em perspectiva. As mulheres nunca estiveram verdadeiramente caladas. Entre gritos, falas, sussurros e murmúrios nos espaços de intimidade, até os gritos em praça pública, ocuparam espaços possíveis, desafiaram e desafiam, de diferentes formas, as expectativas do sistema que funciona para manter as relações de subordinação. A autora bell hooks (2019, p. 32) lembra que o silêncio é visto, do ponto de vista feminista, como “[...] o discurso correto da feminilidade machista”, sinal de submissão da mulher à autoridade patriarcal e que, para as mulheres negras, a luta não é para emergir do silêncio, mas que suas vozes sejam ouvidas.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero exercício de palavras vazias: é uma expressão de transição de objeto para sujeito – a voz liberta. (HOOKS, 2019, p. 38-39).

Atender ao chamado de compartilhamento e participação na campanha implicou, para muitos, vencer barreiras internas e externas. A palavra “contar” desponta no conjunto como uma palavra-chave para perceber as diversas qualificações para a experiência de partilha das experiências. Orbitam em seu entorno expressões que revelam marcas das violências e dos obstáculos para falar sobre o assunto. As palavras “medo”, “horror”, “terror”, “barbárie” são qualificadores frequentes que apontam para as experiências relatadas. Palavras como “dor”, “nojo”, “vergonha”, “coragem”, “primeira vez”, “nunca” são frequentemente usadas para expressar dificuldades para falar sobre as experiências. Descrédito e repulsa são reações previstas pelos narradores nas interações. Uma das expressões mais frequentes, inclusive entre os retuítes, é de que a experiência da violência sexual marca a trajetória da maioria das meninas e mulheres. A palavra “todas” é muito recorrente no conjunto.

toda mulher tem uma história de terror pra contar. #primeiroassédio

Todas as mulheres tem algo pra contar. Inclusive eu. Mas é dolorido falar de todos os assédios que toda menina passa. #primeiroassédio

Horrível os depoimentos na tag #primeiroassédio, mas tive que contar o meu.

vi que está rolando a tag #primeiroassedio e tô precisando que o Twitter aumente os caracteres para contar as barbaridades que me ocorreram.

Eu vou contar todos os assédios que eu e meus amigos em idade escolar sofremos nessa tag #primeiroassedio :(.

Não tenho coragem de contar isso pra ninguém nem no meu tt oficial. #primeiroassedio

Meus colegas disseram pra eu nunca mais reagir nem contar pra ninguém. É a primeira vez que falo sobre isso. #primeiroassedio

Horrível!! Pode perguntar para qualquer mulher, todas vão ter uma história pra contar, TODAS. #PrimeiroAssedio

não tenho coragem de contar o #primeiroassedio pq em todos eles eu fui diminuída e humilhada e isso fica enraizado na cabeça de toda mulher.

pq se td mundo contar seu #primeiroassedio talvez as pessoas parem de achar que são ets por terem sofrido abuso... eu tb vou contar o meu.

Sobre o sistema patriarcal, Saffioti (2004) o descreve sob o conceito de dominação weberiano e aponta a presumida subordinação feminina. Esta perspectiva aponta a presença de dois sujeitos, reconhecendo a capacidade de ação inclusive daquele que ocupa o polo de subordinação: o feminino pode cooperar com o sistema ou enfrentá-lo de modo a subverter sua lógica. A campanha #PrimeiroAssédio se apresenta como uma ação de enfrentamento e contestação ao regime patriarcal, aos domínios dos corpos por meio da violência que mira o gênero. Vai se formando, assim, um contexto favorável ao compartilhamento, com expressões de encorajamento que revestem as ações de partilha como ação de enfrentamento a práticas enraizadas e naturalizadas de violência sexual.

Esse apoio mútuo se dava de diversas formas, desde a apresentação da campanha como um espaço de compartilhamento de narrativas de vítimas de violência sexual (“várias histórias parecidas. tda mulher tem alguma situação de assédio pra contar, só precisamos de espaços pra compartilhar #primeiroassedio”); passando pelo protesto acerca da recorrente inversão do ônus da culpa sobre a vítima (“Dps de chorar 3hrs com a tag #PrimeiroAssedio vim aqui pra dizer que: A CULPA NÃO É NOSSA! NÃO PEDIMOS! SOMOS INCRIVELMENTE FORTES/LINDAS?”); pelo apontamento de caminhos menos áridos para participar da narração coletiva (“Infelizmente o que contei do #primeiroassedio não foi o primeiro que aconteceu, mas o que eu preferi contar por ser mais light...”); de reconhecimento pela coragem (“#primeiroassedio A vcs compartilhando suas histórias, sintam-se abraçadas. Há muitas outras sem coragem suficiente pra fazer isso, como eu”); de reconhecer a potência da narrativa como impulso para a sua revelação (“Ao ver uma amiga comentar publicamente sobre sua experiência, eu tive coragem de falar sobre meu #PrimeiroAssedio pela 1a vez, aos 27 anos”); de acolhimento caloroso das dores, que, apesar de particulares, constituíam também um

terreno comum (“Dói muito ler os relatos das mulheres na tag #PrimeiroAssedio. Muito triste saber o que cada uma passou. Queria dar um abraço em todas vocês!”); por fim, de reconhecimento da relevância da causa e da campanha (“Importante ter essa hashtag aqui. Pena eu não ter coragem de participar. #primeiroassedio”).

A convocação elaborada pela campanha #PrimeiroAssedio é um confronto público do pacto social imposto em torno das violações de mulheres. A resposta elaborada nesta narrativa compartilhada chega de modo incisivo e, por vezes, em caixa alta:

#primeiroassedio VAI TER RECLAMAÇÃO SIM, VAI TER AINDA MAIS RECLAMAÇÃO NA INTERNET, SE TÁ ACHANDO RUIM SAI DO TT, PQ N VAMOS NOS CALAR.

mas acho super importante não nós calarmos, e incentivar as crianças e os adolescentes a fazer o mesmo #primeiroassedio.

As histórias são muitas e só pioram. Não vou mais me calar nem abaixar a cabeça. #PrimeiroAssedio #chega

#primeiroassedio agradeço por começar a me sentir livre e dona do meu próprio corpo de verdade, saber q não sou eu quem tem q sentir vergonha.

Ao elaborar o conceito de *dororidade*, Piedade (2017) discorre sobre o aspecto fugidio da palavra, que não existe de maneira estática, mas, a cada uso, multiplica-se e ressignifica-se, entrelaçando-se a outras. É assim a relação entre *dororidade* e sororidade, explica a autora. Sororidade refletiria o apoio mútuo, a união e a irmandade entre as mulheres que impulsionam o movimento feminista. No entanto, não lhe parece suficiente a palavra “sororidade” para dar conta das múltiplas possibilidades da experiência feminina. Ao questionar se o conceito de sororidade abraça também as mulheres pretas, ela propõe o vocábulo “*dororidade*” para referir-se à experiência partilhada por aquelas que convivem com o silenciamento e a dor causada pelo racismo. Percebe-se, nesta operação, que nomear é também constituir alicerce para sustentar o signo, anteparo para o encontro entre significante e significado (MOTTA, 2012). A experiência marcada pela cultura e amparada na linguagem é matéria para a produção desse alicerce.

O destaque dado para a relevância da atitude de partilha coletiva por parte dos narradores engajados na campanha é também um reconhecimento sobre a potência da palavra como um recurso capaz de promover mudanças nas dimensões individual e social. Tiburi (2018) compara o ato da nomeação com o ato da iluminação, ao narrar o episódio em que viu nascer a palavra “*dororidade*”, a partir de um *insight* de Vilma Piedade, e completa: nomear se aproxima da “partilha de um direito”. A palavra, continua Tiburi (2018), define um lugar de afeto e razão, de emoção e reflexão. Para alguns, colocar em palavras é desafio

intransponível. “Sobre essa tag no twitter: eu só sei sentir :( #primeiroassedio”, escreveu uma narradora. O que era impossível para ela individualmente se tornou possível coletivamente, por meio da narrativa compartilhada composta de diversas pequenas histórias (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008; GEORGAKOPOULOU, 2015).

## 4.2 Identificação

Na produção da narrativa compartilhada em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio, existe algo que antecede à narração propriamente dita: o estabelecimento de uma conexão entre os atores envolvidos na cena interativa. O laço social<sup>28</sup> que surge nesse contexto é dialógico e origina, de maneira imediata, laços fracos e voláteis (RECUERO, 2010). No contexto da campanha desenrolada no Twitter, a conexão é técnica (KASTNER, 2018) – rede, plataforma, atores e interações –, mas isso não basta para fazer a mobilização acontecer. Os textos de até 145 caracteres trazem testemunhos que contam histórias de violência sexual vividas principalmente entre a infância e a adolescência e apresentam-se como índices da presença de um sujeito situado a partir do corpo que carrega e manifesta uma *performance* de gênero (BUTLER, 2015). “10 anos. no clube uns meninos perguntaram se eu era menina (tinha cabelo curto) eu disse que sim e eles mostraram o pinto #primeiroassedio”.

A pequena história acima conta que a presença da narradora corporificada na cena narrada não foi suficiente para uma leitura de gênero, que implica uma definição sobre um corpo e orienta possibilidades de ação. Ser menino ou ser menina é um ato de nomeação. A cena impõe uma questão aos sujeitos em interação: o que faz o masculino diante do feminino e vice-versa? O que devem fazer a partir dessa nomeação dualista, pautada nas particularidades culturais que os enredam? É possível observar no episódio as normas manifestas, como expressões de um código que atrela características físicas a significados culturais e lugares sociais (LOURO, 2016).

A cultura e suas normas operam permanentemente para a inscrição do gênero e da sexualidade nos corpos, teoriza Butler (2015), e assim ocorre com a raça e outros estatutos (BUTLER, 2021). Ao tempo que problematiza a visão acerca do sexo como natural, imutável, a-histórico e binário, numa perspectiva *foucaultiana*, a autora destaca a ação de normas sociais

---

<sup>28</sup> Recuero (2010) define laço social, a partir de uma leitura de Breiger (1974), como composto por relações sociais, constituídas a partir de interações, laços relacionais. Os laços são definidos como fortes ou fracos de acordo com o grau de intimidade, a persistência no tempo e a quantidade de recursos trocada. Não constitui objetivo da presente pesquisa a qualificação dos laços observados nesses termos.

e discursos nos processos de produção dos sujeitos, não a partir de uma postura de passividade, mas de uma complexa relação de interação.

Pode-se dizer que uma norma nos precede, que circula no mundo antes de nos tocar. Quando aterrissa, ela age de muitas maneiras diferentes: normas imprimem a si mesmas em nós, e essa impressão inicia um registro afetivo. As normas nos formam, mas apenas porque já existe uma relação próxima e involuntária com essas impressões; elas requerem e intensificam nossa impressionabilidade. As normas agem em nós de todos os lados, isto é, de maneiras múltiplas e algumas vezes contraditórias; elas agem sobre a sensibilidade ao mesmo tempo que a formam; elas que nos fazem sentir de certas maneiras, e esses sentimentos podem entrar no nosso pensamento, já que podemos muito bem acabar pensando sobre eles. Elas nos condicionam e nos formam, e, no momento em que começamos a emergir como seres pensantes e falantes, elas ainda estão fazendo esse trabalho, estando longe de terminar. Ou melhor, elas continuam a agir de acordo com uma lógica interativa que, para qualquer um, só termina quando a vida termina, já que a vida das normas, do discurso em geral, continua com uma tenacidade que é bastante indiferente à nossa finitude. (BUTLER, 2021, s.p.).

Os corpos que vestimos para a vida social são tecidos também discursivamente por aqueles e aquilo que nos fundam como sujeitos. Por meio de reelaborações, somos capazes de produzir deslocamentos, seja para aderir às normas ou para nos contrapormos a elas. Para tanto, parte-se de referências ancoradas na cultura. A noção de *performatividade* de gênero em Butler (2015) permite olhar essa marca pelas lentes dos discursos, como construção social antiessencialista (NOGUEIRA, 2008), explorando um sistema de significados que é mutável, que se reelabora a partir de interações e que revela tensionamentos, disputas.

Se os discursos habitam os corpos, a possibilidade de reelaboração a partir do ato de narrar apresenta-se como potente ação para a produção de deslocamentos. Butler (2021) afirma que o agir não liberta o sujeito de suas formações, das normas constituintes, mas que há possibilidades de quebras e rupturas por meio das trocas permeadas por afetos – entre o sujeito e o outro, por um conjunto de outros, humanos e institucionais, orgânicos e inorgânicos.

Dessa maneira, é possível avistar a potência do ato de narrar-se e cabe também pensar o ato da escrita de si como uma *performance* (KLINGER, 2008), prática sintomática do tempo presente e, ao mesmo tempo, mola propulsora de deslocamentos por meio da espetacularização da intimidade (SIBILIA, 2016). O imperativo que convoca à narração de si – ao testemunho – e ao entrelaçamento de imagens de corpos discursivos a outros também dispostos nas vitrines da esfera pública, das redes sociais, provoca, entre seus efeitos, a possibilidade de enxergar-se no outro e estranhar a si mesmo.

No caso da campanha #PrimeiroAssédio, partindo da convocação à narração, da publicação dos primeiros relatos, até a constituição de um grande conjunto organizado em rede – o que se deu rapidamente considerando o caráter viral que caracteriza esse tipo de ação digital –, é possível observar a emergência de uma voz coletiva que se expressa a partir de

terreno comum da experiência, revelando contornos de um corpo-lugar que, entre tantas marcas, traz também aquilo que se reconhece como feminino. Há um “nós” emergente, protagonista, que se eleva em contraposição a “eles”. Um “nós” que atende à convocação da narração das primeiras experiências de violência sexual de que se tem memória; frente a um “eles”, majoritariamente apontados como agressores, potenciais agressores ou aqueles que nada sabem sobre o tema.

Apenas leia a tag #primeiroassedio para ter noção do que todas nós passamos.

É tão angustiante saber que 90% de nós mulheres temos algum caso pra contar. #primeiroassedio

os relatos da tag #primeiroassedio são de chorar, mas não são surpreendentes. nós, mulheres, ouvimos histórias do tipo todos os dias.

Essa hashtag #primeiroassedio me fazendo lembrar de coisas nojentas pelas quais nós, mulheres, passamos desde pequenas. Até quando?

A coisa é tão costumeira que pra nós, mulheres, se torna algo comum. Por mais traumático, aceitamos que é natural'. #primeiroassedio'

Sobre a tag #primeiroassedio: eqto todo homem diz 'nem todos são iguais', tda mulher diz 'todas nós passamos por isso'.

Esse “nós” emergente ergue-se como expressão de um corpo-lugar marcado pelo feminino que situa as narradoras em um terreno lastreado pelo sistema de poder patriarcal, um regime que se modifica ao longo dos séculos, adquire diversas feições locais em distintas culturas, mas que, de modo geral, toma o masculino como referência, dimensão da potência, da força, detentor das propriedades, enquanto posiciona o feminino como subalterno, frágil, objetificado (SAFFIOTI, 2004). Até mesmo Butler (2015, p. 69), que refuta a lógica dualista, debruça-se sobre essa relação binária por reconhecer sua hegemonia em certas configurações culturais, baseada num processo de naturalização “[...] apta e bem-sucedida”. Aqueles que constituem essa narrativa compartilhada, articulada em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio, tateiam movimentos possíveis para reposicionar esses corpos-lugares no âmbito da cultura brasileira, com o intuito de deslocá-los da posição de alvo natural da violência sexual.

Isso não é normal. Não pode ser visto como normal, nem aceitável. CHEGA!

Eu tinha 11 anos e estava na praia, com minha mamãe. Um cara falou tanta coisa nojenta. nem vou reproduzir. CHEGA DESSA CULTURA. #primeiroassedio

As histórias são muitas e só pioram. Não vou mais me calar, nem abaixar a cabeça. #PrimeiroAssedio #chega

Um medo que persegue as mulheres a todo momento. Já chega. #primeiroassedio



Esse corpo-lugar ao qual me refiro é fundado por meio do movimento de fricção entre a dimensão corporificada do sujeito, suas marcas e a cultura. Aqui considero o conceito de corpo-lugar proposto por Brito (2017), de perspectiva fenomenológica, e proponho a ampliação de sua abrangência na direção do Construcionismo Social. Para Brito (2017, p. 20), o corpo-lugar se define como uma cadeia de sensações, histórias, dados e memórias guardados no corpo e oriundos dos lugares habitados: “Cada lugar tem suas características, peculiaridades, cultura e hábitos, e o que fica no corpo de cada um é o que vai possibilitando a constituição desse corpo-lugar”. Já Brasil e Gatti (2016, p. 38) apontam um corpo-lugar como um espaço de investigação, que se faz em experimentação, resultado de ações vividas: “O corpo acontece e acontecendo se modifica”. Busco alargar esse conceito de corpo-lugar como a dimensão corporificada do sujeito posicionado cultural, histórica e socialmente, marcado pelos regimes de poder aos quais está submetido, condição a partir da qual interage e se desloca. Dessa maneira, o corpo-lugar é dimensão da agência humana e a prática narrativa, de caráter *performático*, é estratégia fundante de sua potência.

Na narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio, um corpo-lugar coletivo se apresenta imgeticamente, constituído a partir de pequenos fragmentos, heterogêneos, conectados e desconexos, mas que produzem uma figura, algo como uma holografia, cujos contornos vão ficando evidentes à medida que cresce a teia de pequenas histórias. As feições dessa imagem são bastante conhecidas, pois estão frequentemente estampadas na publicidade, na literatura, no cinema, em torno das quais orbita uma infinidade de negócios lucrativos. E, como imagens, são projetadas cotidianamente sobre uma infinidade de corpos palpáveis, como se para moldá-los, deixando marcas fundantes de seus lugares sociais, posicionando-os socialmente no tabuleiro regido pela norma patriarcal à moda brasileira. As marcações de gênero se caracterizam como uma “[...] estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida”, adverte Butler (2015, p. 69).

A holografia de que se fala exhibe traços femininos, um corpo jovem, tomado como objeto de desejo, desfrutável, violável. Para muitos dos narradores engajados na produção desta narrativa compartilhada, mirar esse corpo vulnerável é como reconhecer-se, em parte, num retrato alheio. “ler a tag #primeiroassedio doi tanto, é como se tivesse acontecido comigo”.

A manifestação acima traz o foco para o processo de identificação, que se manifesta de maneira marcante na produção da narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio. Sobre os processos de identificação, Freud debruçou-se sobre eles em todo o seu percurso de teorização, especialmente ao descrever a constituição do psiquismo. Aqui tomo como referência suas

reflexões Em *Psicologia das massas e análise do eu*, obra na qual analisa processos próprios do coletivo em interlocução com as ideias do sociólogo Gustav Le Bon. Na obra, Freud (2020, p. 50) descreve a conformação de uma massa psicológica, constituída por elementos heterogêneos, mas ligados numa unidade, e observa: “[...] ela (a massa) pensa por imagens que se evocam associativamente umas às outras”.

Os testemunhos da #PrimeiroAssédio evidenciam a visualização dessa imagem de referência, que, a princípio, assume feições da garota V., mas que se modifica ao longo da campanha e passa a incluir novos elementos por meio dos testemunhos agregados. As pequenas histórias que compõem a malha da narrativa compartilhada revelam as marcas deixadas a partir do encontro dos corpos palpáveis com esse corpo holográfico projetado discursivamente, para posicioná-los como objetos. Percebe-se nas narrativas adiante que o corpo encarnado assume trejeitos de uma entidade independente, sobre a qual atuam forças estranhas ao sujeito.

Eu tinha 12 anos quando passaram a mão em mim pela primeira vez. Era um ADULTO. Nunca mais olhei meu corpo da mesma maneira. #primeiroassedio

Com 9 anos, minha mãe me explicou q eu estava criando corpo e precisava ter cuidado pq os homens já me olhavam com maldade ‘#primeiroassedio’.

#primeiroassedio com 11 anos, na época em que meu corpo começou a se desenvolver, eu já tinha que aguentar ouvir todo tipo de nojeira na rua.

Tinha 12 anos e um cara me seguiu na rua falando coisas sobre meu corpo e tentou me agarrar. #PrimeiroAssedio

Freud (2020) destaca, ainda tomando como referência Le Bon, que diferentes sujeitos, ao se agregarem como massa, pensam e agem de maneira inteiramente diferente do que cada um agiria isoladamente. A partir disso, é possível pensar na emergência dessa possibilidade de narração pública acerca de um tema, até então, culturalmente interdito, como os relatos de vítimas de violência sexual. Nessa direção, Freud (2020, p. 45) aborda a questão do contágio, que qualifica como “[...] fácil de constatar, mas inexplicável”. Esse movimento coletivo pode ser apontado também na campanha #PrimeiroAssédio, em que os afetos despertados por uma pequena história são capazes de mobilizar outras narrações, apesar dos constrangimentos sociais previstos, num movimento de crescimento exponencial.

colegas disseram pra eu nunca mais reagir nem contar pra ninguém. é a primeira vez que falo sobre isso. #primeiroassedio

pq se td mundo contar seu #primeiroassedio talvez as pessoas parem de achar que são ets por terem sofrido abuso...eu tb vou contar o meu.

Eu tinha 5 anos, quero e vou contribuir com essa tag #primeiroassedio, mas não consigo contar todos os casos. Sinto muita dor e nojo.

Horríveis os depoimentos na tag #primeiroassédio, mas tive q contar o meu.

Essas pequenas histórias deixam evidente a superação de obstáculos impostos por razões e mecanismos muito diversos para atender à convocação à partilha. É possível observar a criação de uma ambiência favorável às revelações tanto pela identificação individual como pelo apoio na dinâmica da massa – um impulso quase irresistível, a ponto de, nos termos propostos por Freud (2020), os indivíduos sacrificarem seus interesses particulares em nome do coletivo. As postagens apresentadas acima fazem menção a constrangimentos de diversas ordens, mas que não foram suficientes para conter o ímpeto à partilha. Sobre a dinâmica da interação em massa, Freud (2020, p. 48) observa que, durante a eclosão, o fenômeno do contágio evidencia a influência mútua entre os participantes, fazendo arrefecer interesses de autopreservação, exacerbando características como “[...] a espontaneidade, a violência, a ferocidade e, também, o entusiasmo e o heroísmo”. Sob o efeito dessa conexão, os indivíduos seriam capazes de atos elevados de “[...] renúncia, altruísmo e dedicação a um ideal” (FREUD, 2020, p. 48), neste caso o enfrentamento aos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes.

A partilha de afetos está no cerne da identificação que impulsiona o contágio. Freud (2020) menciona que, para que os indivíduos reunidos em multidão formem uma massa no sentido psicológico, eles precisam partilhar uma orientação emocional similar, e é essa intensidade afetiva produzida em cada indivíduo o fenômeno mais importante para a formação da massa. Na campanha #PrimeiroAssédio, os afetos se manifestam em diferentes direções – seja por ser uma emoção narrada, a qual, de alguma maneira, também habita outro corpo, instalada por meio de experiência similar; seja por saber-se vulnerável àquele tipo de experiência violenta; seja por manifestar empatia, expressão de um senso de injustiça.

Sinto tanto em ler os relatos dessa tag #primeiroassédio. Já sofri coisas parecidas, mas a angústia por contar novamente é muito grande.

Sinto conforto ao saber que não fui a única. E medo por ser algo ‘natural’ que acontece com tds as mulheres tds os dias. #primeiroassédio

É pra chorar com os tweets da tag #primeiroAssedio. Lembro dos abusos que passei e o tanto que o mundo ainda é podre.

Da maneira como abordamos a identificação, esta se assemelha a um reconhecimento – de personagens, cenários, papéis, emoções. Essa familiaridade, por vezes, vem acompanhada também de um estranhamento, um incômodo também mobilizador de afetos que podem acompanhar a emergência de memórias ou vestígios de experiências até então esquecidas; ou ainda produzir novos significados para vivências que assumem

contornos de violência a partir de novos parâmetros culturais. A força dos afetos – associados frequentemente em palavras como “choro”, “raiva”, “nojo” – pode explicar, pelo menos em parte, a propagação viral da *hashtag*.

Lendo os tweets da hashtag #primeiroassedio lembrei que sofri assédio aos 5 anos pelo filho do meu vizinho, que descobriu e não fez nada.

#primeiroassedio acho que eu só consegui escapar de um estupro pq eu era uma criança muito agressiva. Na época eu nem entendia.

Meu #primeiroassedio (que eu consigo lembrar) me chocou tanto e me fez sentir tão culpada que por anos eu apaguei ele da cabeça.

chocada com essa tag #primeiroassedio, lembrei de coisas que nao queria e agora to me sentindo um lixo.

Não consigo segurar o choro #PrimeiroAssedio. Eu só quero abraçar todas vocês e não deixar ninguém machucar.

Impossível ler as histórias sobre violência sexual e não chorar (de raiva e nojo dessa sociedade machista em que vivemos). #primeiroassedio

Eu estou lendo os depoimentos da tag #primeiroassedio e nunca estive com tanta vontade de chorar e com tanta raiva.

Aversão, arrepio, medo, raiva, nojo... E superação! #primeiroassedio

Toda a narrativa compartilhada em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio é marcada por essa dinâmica entre o familiar e o estranho, na medida em que a própria convocação convida os narradores engajados a estranharem práticas naturalizadas que, de alguma maneira, já se sabiam violentas pelo incômodo que causam ou pela agressividade incontestável. O processo de estranhamento à norma aponta um caminho para o deslocamento de posição desse sujeito, ou do corpo-lugar, acompanhando os movimentos tortuosos da cultura. O estranhamento é sintoma de ação, de fraturas, ainda que pequenas, mas que remodelam corpos-lugares.

A frase que mais vi de mulheres comentando o #PrimeiroAssedio foi: aconteceu a MESMA coisa comigo quando tinha ‘X anos’.

Não consigo imaginar quando foi meu #primeiroassedio Por muito tempo achei isso normal pq é o q homens fazem. Não acho mais.

Se a estrutura radicular da narrativa compartilhada não apresenta aquilo que Labov (1972, p. 363) denominaria de orientação como uma seção delimitada, ainda assim é possível apontar personagens e lugares, situados no tempo e espaço das memórias, que revelam papéis desempenhados no enredo e que tanto dizem sobre as experiências individuais e coletivas, alicerçadas, neste caso, em diversas feições da cultura brasileira. Esses elementos se articulam nessa narrativa a partir de marcas e projeções identitárias, que não são lidas numa perspectiva

essencialista ou cristalizada, como criticaria Butler (2015). Aproximo-me, neste ponto, do caminho indicado por Bamberg (2011a, 2011b) para a análise de narrativas, que torna possível observar as questões relativas à identidade como um instrumento de agência. Ao se debruçar sobre a análise de pequenas histórias, o autor observa como os atores se posicionam e constroem suas identidades no contexto de interação narrativa, articulando referências válidas em seus cotidianos, para assim elaborar um sentido de quem são.

Ao analisar os personagens que emergem da narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio, é possível identificar a emergência do narrador em primeira pessoa como protagonista, sendo este autorizado e validado pela própria convocação realizada pela ONG Think Olga ao dar início à campanha. Ao elaborar suas pequenas histórias, esses atores apresentam personagens coadjuvantes e antagonistas, com suas marcas, conexões e contradições, e desenham cenários para esse corpo-lugar narrador. Dentre as variáveis empregadas na apresentação do elenco, é possível observar a relevância adquirida pela variável gênero a articular a relação entre os atores. Outras marcas como idade, condição social, profissão e cor da pele são também reveladas na campanha #PrimeiroAssédio, mas em outras proporções.

Dentre as estruturas mais recorrentes no banco de dados em análise, está a expressão “eu tinha”, um marcador que anuncia a idade das vítimas quando expostas às experiências de violência sexual que são narradas. O dado é delimitador do recorte proposto para a campanha, que se propôs a lançar luz sobre o nebuloso terreno da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. “#primeiroassedio o pai de uma amiga quando eu tinha 5 anos. Q nojo!”.

A própria ONG Think Olga divulgou, em *post* publicado no Facebook no dia 26 de outubro de 2015, dado produzido a partir da análise de um conjunto de 3.111 tuítes articulados pela *hashtag* #PrimeiroAssédio, que informava a idade média das vítimas dos relatos como sendo de 9,7 anos (FARIA, 2015b). Na ocasião, a informação é apresentada, seguida de uma avaliação:

Enquanto mulheres, NÃO temos controle de nossa vida sexual. Somos iniciadas nessa área tão delicada por meio de um ritual bárbaro e sádico – e grande parte dos crimes (65%) são cometidos por conhecidos. [...] Também gostaríamos de agradecer imensamente a todas as mulheres que dividiram com a gente e com o mundo suas dolorosas histórias de violência. A coragem de vocês vai nos ajudar a mudar essa realidade, temos certeza disso. Em frente! (@Think Olga, Facebook, 26 out. 2015).

A postagem da ONG mobilizadora da campanha #PrimeiroAssédio chama a atenção para marcadores etários relativos à experiência de violência sexual e novamente reforça o recorte de gênero e identitário que delimita a campanha, ao construir a frase na primeira pessoa do plural – “nós” –, numa alusão ao termo “mulheres”. A postagem, que desempenha

também função de reforço à convocação original, encoraja e valoriza a partilha dos relatos de violências sofridas, situando-as no campo da ação e de uma promessa de transformação a partir da mobilização. A conjunção do termo “nós, mulheres” é expressiva por delimitar o terreno da experiência comum e atestar a emergência de uma voz coletiva a partir da narrativa compartilhada.

É muito angustiante saber que 90% de nós mulheres temos algum caso pra contar.  
#primeiroassedio

Se você acha que nós mulheres exageramos quando falamos em assédio, leia os depoimentos na hashtag #primeiroassedio.

Tenham mais empatia com nós mulheres. Somos amigas, esposas e filhas. Coloquem-se em nosso lugar. #primeiroassedio

Uma outra construção frequente nas interações é a expressão “todas nós”, que também aponta para uma zona de compartilhamento da experiência, mas distingue-se da anterior por imprimir uma ênfase de caráter totalizante, condicionante para a categoria “mulher”. Emerge da expressão um sentido de reconhecimento mútuo a partir dessa marca, que delimita um terreno, pelo menos em parte, desconhecido para um outro, estrangeiro, alheio à experiência em questão, mas que pode acessar essa dimensão da experiência feminina a partir dos testemunhos reunidos pela *hashtag* #PrimeiroAssédio. Uma das postagens mais replicadas no banco de dados, que ultrapassa a marca de 260 retuítes, afirma a prevalência, entre aquelas identificadas com o feminino, de vivências como vítimas de violências sexuais.

RT: Todas nós sofremos assédio quando crianças. Todas nós sofremos assédio. Todas nós sofremos. Todas nós. Todas. #PrimeiroAssedio (266 retuítes)

Apenas leia a tag #primeiroassedio pra ter noção do que todas nós passamos.

Se pra vocês homens ler essas coisas é horrível, imagina pra todas nós!  
#PrimeiroAssedio

Sobre a tag #primeiroassedio: eqto todo homem diz ‘nem todos são iguais’, tda mulher diz ‘todas nós já passamos por isso’

TODAS nós já fomos assediadas. e nenhum homem nunca vai saber como isso dói.  
#PrimeiroAssedio

No conjunto de postagens analisadas nesta pesquisa, uma pequena história apresenta um corpo feminino de 2 anos de idade pareado ao corpo materno no lugar de objeto de desejo sexual: “O pior mesmo é quando saio com minha bb de 2 aninhos e o sujeito soltar um ‘ô genética boa’ e aqueles olhares... #primeiroassedio”. O relato é feito por uma mulher, mãe, que conta ter sofrido, ao longo da vida, diversos episódios de violência sexual. O lastro da experiência desse corpo-lugar anuncia um desígnio trazido pelo feminino, diante do qual ela

se sente vulnerável e incapaz de garantir proteção à filha. Em uma sequência de postagens, narra suas memórias: “#PrimeiroAssedio 11 anos, a caminho da escola fui surpreendida com um beijo a força de um amigo da minha irmã mais velha, ele com 30 anos; Agora só saio acompanhada de no mínimo outras duas pessoas. #primeiroassedio”.

Os relatos em primeira pessoa que integram o conjunto de postagens em análise trazem lembranças femininas de violências experimentadas desde os 3 anos de idade. São pequenas histórias que, por terem ocorrido em uma fase tão inicial da infância, quando a linguagem ainda está se organizando e a leitura da vida social ainda carece de repertório, revelam a limitada capacidade de julgamento da protagonista na ocasião e os questionamentos acerca da validade dessas memórias. “O meu #PrimeiroAssedio foi aos 3 anos qndo o eletricitista de casa me pedia pra virar de costas e eu olhava tinha um liquido branco no chão”. Um dos pontos ressaltados pelas narradoras é de como o trauma, em certos casos, contribui para manter viva essa memória. “Como eu lembro do meu #PrimeiroAssedio? Fácil quando se tem 3 anos e nem tinha maldade no coração...”.

No conjunto de narrativas considerado nesta análise, os relatos que fazem referências a episódios de violência sexual vividos na infância crescem quantitativamente com a progressão etária e os elementos constitutivos das pequenas histórias vão ganhando variedade. O ambiente doméstico, a vizinhança e o ambiente escolar predominam como cenários dessas narrativas. Personagens apontados como agressores são, em sua maioria, pertencentes ao círculo social das vítimas.

#primeiroassedio só da minha família devo ter sofrido de 5 pessoas diferentes antes dos 10 anos e ainda não consigo falar sobre

Aos 4 anos. Na minha casa. Assistindo desenho. Pelo sobrinho do meu pai. Por dois anos. #primeiroassedio

Quando eu tinha 6 anos e o parente começou a me tocar sexualmente. Durou 5 anos. #primeiroassedio

#primeiroassedio foi quando eu tinha 11 anos e estava voltando da escola e ele me seguiu pra perguntar se eu transaria C ele por 10 reais

Esse papo de #primeiroassedio... fazia tênis qnd tinha uns 12 anos e o professor ficava me abraçando, falando que era cheirosa.

Na infância, muitas situações de abuso são perpetradas no contexto do brincar, quando a criança, envolvida em processos lúdicos, está mais suscetível à distração e menos resistente às investidas. A depender do grau de maturidade e instrução recebida, algumas narradoras relatam terem percebido, na ocasião, a violência imiscuída na brincadeira. Outras, no entanto, destacam que só posteriormente puderam ressignificar o que foi vivenciado como

um episódio de violência sexual. A falta de capacidade de julgamento das crianças é tomada por agressores como uma vantagem.

4 ou 5 anos. Um primo tentou me beijar e passou a mão em mim durante uma brincadeira de esconde-esconde. #primeiroassedio

Com 5-6 anos. Vizinho 10 anos mais velho me chamou p jogar video game na casa dele, lá ele colocou a mão dentro do meu short. #PrimeiroAssedio

Eu tinha 6 anos e o marido da minha babá colocou um elástico que eu brincava no seu pênis e sugeriu que eu o pegasse. #PrimeiroAssedio

7 anos. velho e amigo da família. Pegava p/ passear de carro, eu e prima. Nos botava no colo p/ 'dirigir'. #primeiroassedio

Considerando o conjunto de pequenas histórias em análise, dos 7 aos 12 anos as crianças passam, progressivamente, a circular mais sem a companhia dos pais ou de um adulto responsável. Essa falta de supervisão, a exposição mais frequente a estranhos e o trânsito em locais com menor grau de vigilância fazem crescer o risco de violência em geral, inclusive sexual, praticada por conhecidos e desconhecidos, que se soma ao risco, já presente para alguns, em ambiente doméstico. Nesse conjunto de relatos, 9 anos de idade é um marco etário que concentra as experiências passíveis de serem denominadas como “primeiro assédio”.

Não lembro do meu #primeiroassedio mas lembro que já passava por isso aos 8 anos porque já andava sozinha no meu bairro...

#primeiroassedio 9 anos o padrinho da minha mãe me oferecia dinheiro pra pegar na minha vagina cm medo me escondia n contei a ninguém.

#primeiroassedio 9 anos, morava em uma fazenda e um dos empregados do meu pai tentou me estuprar. fui salva pelo irmão do cara.

#primeiroassedio aos 9 anos, ouvi que já tava boa pra ficar de 4, não entendi até minha prima me explicar e eu sentir nojo de mim.

Com 10 anos, chamada de vagabunda por homens na rua quando passeava com meu irmão mais novo (deviam pensar q era meu filho). #primeiroassedio

Meu #primeiroassedio foi o #primeiroabusosexual que sofri. Ñ devia ter 10 anos. Fui vítima de um familiar q devia estar cuidando de mim.

#primeiroassedio Li relatos de 8 e 10 anos. Eu me lembro de tantas vezes... desde os cinco. Mas os piores foram aos 9, 11, 13, 15 e 16.

A inscrição social do corpo púbere envolve uma migração da zona de sacralidade fragilmente elaborada em torno do corpo infantil para outro terreno da cultura que valida esse corpo infantojuvenil como desejável, alvo de investidas socialmente naturalizadas, a despeito das particularidades dos processos subjetivos, o que, em geral, é vivenciado de maneira bastante violenta. Franco e colaboradores (2017) analisam processos de narração de abusos



sexuais sofridos na adolescência e advertem que a puberdade e as mudanças do corpo exigem um intenso trabalho psíquico de inscrição e apropriação subjetiva do novo corpo *genitalizado*. No conjunto de pequenas histórias em análise, são frequentes os relatos de espanto, de assombro, que muitas narradoras trazem diante do desafio de reconhecer o próprio corpo e lidar com novas posições que este lhes instaura, exigindo, entre os aprendizados, o desenvolvimento de habilidades para escapar das investidas violentas apontadas como inevitáveis.

10 anos, eu fazia jazz e andava pelo bairro com colã. Muitos homens mexiam comigo pelo caminho e vivia correndo. #PrimeiroAssedio

#primeiroassedio com 11 anos, na época em que meu corpo começou a se desenvolver, tinha que aguentar ouvir todo tipo de nojeira na rua.

Quando tinha uns 11 anos e seios em desenvolvimento, um parente próximo - com mais de 50 anos - apertava meus mamilos. #PrimeiroAssedio

O momento da puberdade feminina é retratado como um rito de passagem em que se instala, de maneira bastante intensa, um corpo historicamente colonizado por discursos, para o qual se prescreve uma série de referências *performáticas* que o direcionam à condição de objeto, sendo determinada pelo olhar alheio. Beauvoir (1980, p. 407) descreve esse estranhamento vivido na adolescência, quando o corpo da menina lhe escapa, torna-se estranho, e ela passa a ser encarada como outra, mesmo em ambientes já familiares, como a casa, a escola e, mais ainda, na rua: “Acompanham-na com o olhar, comentam sobre sua anatomia; ela gostaria de ficar invisível; tem medo de tornar-se carne e medo de mostrar essa carne”.

Com as experiências, vêm os aprendizados sobre como tentar se proteger nas esferas da vida social, o que implica restrições a liberdades e possibilidades. O gestual demanda atenção, bem como a escolha das roupas, dos caminhos, das companhias, advertem os mais experientes e os adultos que acompanham esse processo de socialização. É preciso apreender um código sobre o que é socialmente aceito como justificativa para uma situação de assédio ou violência, para, de diversas maneiras, tentar evitá-las.

Aos 11, um menino tentou me agarrar e a resposta dos meus pais foi você não devia andar com meninos. ‘#PrimeiroAssedio’

Aos 10, um menino colocou a mão na minha bunda e, ao reportar aos meus pais: eu não devia ter usado short. ‘#PrimeiroAssedio’

Sentia vergonha do meu corpo. Andava curvada. Sempre tive seios grandes e queria esconder. Isso me deu uma escoliose. #primeiroassedio

Essa dualidade homem-mulher, feminino-masculino – analisada por Beauvoir (1980) ao descrever o caráter de sujeição feminina como “Outro”, aquela que se define pelo olhar do “sujeito absoluto” –, ecoa fortemente nas pequenas histórias e na dinâmica dos personagens retratados nesta narrativa em análise. A autora alicerça em Hegel, na dialética entre o senhor e o escravo, a visão hierárquica que aponta para o binômio homem-mulher, destacando o viés de dominação e de propriedade que rege essas relações. O caráter universalizante da categoria “mulher” é objeto de crítica para a teorização de Butler (2015) ao conceituar *performance* de gênero. Também o faz Kilomba (2019) ao refletir sobre a condição da mulher negra, “o outro do outro”, por não serem nem homens, nem brancas. A narrativa compartilhada em análise mantém a centralidade do binarismo e articula, de maneira tímida, outras variáveis que permitam perceber vulnerabilidades.

O termo “mulher” é empregado por este eu narrador coletivo com um viés de representatividade e também de autoridade, que emerge do campo da experiência, da ordem do conhecido, pois vivido. Na quase totalidade das menções, a “mulher” está posicionada como vítima de violência sexual: “Senta aqui no colo do tio. Sentei, ele passou a mão em mim e disse que eu era uma mulher linda. Eu tinha menos de 10 anos... #primeiroassedio”. Em um conjunto mínimo de citações, é desqualificada como sujeito de direitos e chamada de “vagabunda”: “#primeiroassedio Tem é que passar a rola mesmo, mulher que usa roupa curta é vagabunda”. A “mulher” agressora ou potencialmente agressora aparece minimamente retratada: “#primeiroassedio eu tinha 4 anos. foi feito por uma mulher”. São mínimos os registros que tratam a mulher como mentirosa: “#primeiroassedio O chato é que a maioria das mulheres que postam aqui, nunca foram assediadas. Apenas se aproveitam da triste situação”. Aquelas que se dizem imunes a situações de violência sexual também são minimamente expressivas: “Eu só tenho a desejar força para essas mulheres que já foram assediadas. Nunca sofri, mas tenho uma amiga que sofreu #primeiroassedio”.

Já o uso da palavra “homem” predomina ao designar um personagem que não pertence ao círculo de relações das vítimas ou ainda empregado para apontar o grupo identitário genericamente. Na maioria das menções, o “homem” é agressor ou potencial agressor, que usa ou poderia vir a usar meios diversos para a prática da violência: “Quando eu tinha 9 anos, um homem com o pênis à mostra me perseguiu”. São minoria as menções a homens que fazem mea-culpa e posicionam-se a favor da campanha: “#PrimeiroAssedio me faz ter vergonha de ser homem”. Em uma fatia mínima de menções (11%), a palavra “homem” está associada a um deboche das queixas femininas relativas às denúncias de violência na campanha: “homem falando merda nos comentários #primeiroassedio”. A ocorrência de homens reivindicando o

lugar de vítimas apresenta mínima expressão na amostra: “sério. eu só queria deixar claro que homem também sofre assédio, não tanto como as mulheres”. Apesar do perfil majoritário do perpetrador de violências sexuais ser amplamente conhecido por meio de estatísticas e pelas vivências cotidianas, a associação entre homem e agressor desencadeou protestos: “#primeiroassédio sou totalmente contra assédio/abuso contra qualquer ser humano, mas não precisam me considerar um monstro por nascer homem”, seguidos de réplicas: “Sobre a tag #primeiroassédio: eqto todo homem diz nem todos são iguais, tda mulher diz todas nós já passamos por isso”.

A análise das menções às “meninas” indica que a quase totalidade é retratada nas pequenas histórias como vítimas de violência sexual: “lembro do meu #primeiroassédio e de como era inocente achando que não era nada demais. claro, o que esperar de uma menina de 6/7 anos?”. É mínima a expressividade no conjunto de meninas retratadas como agressoras: “Uma menina já tentou me beijar a força #primeiroassédio”. Já as referências a “meninos” os apontam como agressores ou potencialmente agressores na maioria das menções: “#primeiroassédio tinha 8 anos e estava brincando com um grupo de crianças, um menino um pouco mais velho pôs o pênis fora e disse chupa”. Os meninos são retratados como vítimas de situações de violência sexual em uma minoria de menções: “Meninos também sofrem #primeiroassédio. Pode ser o filho de vocês também!”. As menções a “meninos” e “meninas” evidenciam reflexões de fundo sobre como os processos de socialização das crianças reproduzem corpos-lugares treinados para *performar* de maneira alinhada com uma expectativa cultural: “#primeiroassédio meu pai que queria que eu assediasse mulheres do convívio dele, pra eu mostrar que estava virando homem”; “noções de coisa de menino e coisa de menina clusteriza a violência de um lado, a capacidade socializante de outro #primeiroassédio”.

Entre os personagens que se posicionam de maneira muito próxima aos narradores estão também o “amigo” e a “amiga”. A figura do “amigo” é retratada, na maioria das menções, como agressor ou potencial agressor, sendo uma conjunção muito frequente a expressão “amigo da família”: “#primeiroassédio 6 anos, zelador da igreja e amigo da família passou a mão em mim. eu contei e ninguém fez nada. ele já abusou de várias meninas!”; “A pior parte é que as historias q eu lembro envolvem amigos e não desconhecidos. Eu fico bem triste. #primeiroassédio”. Os amigos são incluídos no rol de vítimas de violência em um mínimo de postagens: “Vou contar todos os assédios que eu e meus amigos em idade escolar sofremos nessa tag #primeiroassédio :(”.

Já o termo “amigas” é empregado majoritariamente numa perspectiva de paridade, indicando que ocupam posições comuns a partir de seus corpos-lugares: “10 anos, brincando na laje de casa com uma amiga, um vizinho mostrou o pênis pra nós duas da sacada da casa dele. #primeiroassedio”; “O 1o não lembro mas nunca esqueço do dia que uma amiga e eu, 12 anos, contamos qntos assédios levamos num trajeto de 2km: 32 #primeiroassedio”. Um outro papel associado à “amiga”, mas numa expressividade mínima, dá-se pela exposição a riscos oferecidos por outras pessoas que integram as relações sociais das amigas: “13 anos. o pai de uma amiga segurou minha cabeça e me beijou à força no carro, ao me deixar em casa #primeiroassedio”.

Também pertencentes ao círculo de convivência, decorrente da proximidade, estão as figuras do “vizinho” e da “vizinha”. O “vizinho” é retratado nas pequenas histórias majoritariamente como agressor ou potencial agressor: “A bola caiu no quintal do vizinho. Fui buscar. Ele apareceu na porta se masturbando e convidando pra chupar bala #PrimeiroAssedio”; e, numa expressão mínima, figura como alguém disposto a atuar na proteção: “aos 12 anos um grupo de adolescentes me cercou na esquina falando que eu era ‘muito bonitinha’. um vizinho me salvou #primeiroassedio”. Já a “vizinha” figura, na maioria das menções, como alguém associado a risco, não por ação própria, mas pelas pessoas que lhe cercam: “Com uns 10 anos eu e uma amiga fomos ver o aquário de uma vizinha. o filho dela ficou se roçando na gente. #primeiroassedio”. Quando a “vizinha” é retratada também como uma “amiga”, expressão mínima no banco em análise, é caracterizada também como vítima: “@ThinkOlga aos 12 um homem q morava próximo tentou agarrar eu e 1 vizinha mais nova p passar a mão nos nossos seios #primeiroassedio”.

As pequenas histórias que relatam abusos sexuais no contexto familiar marcam de maneira importante a narrativa compartilhada em #PrimeiroAssedio. “tios parecem ser figuras comuns na triste lembrança que é o #primeiroassedio”, afirma uma peça da narrativa. O personagem do “tio” por consanguinidade ou afinidade é retratado majoritariamente como agressor ou potencial agressor nas menções identificadas na amostra: “com 8 anos um tio me levou ao cinema, me colocou no colo e colocou a mão debaixo do meu vestido #primeiroassedio”; e conivente com as situações de violência em uma fração mínima de citações: “Eu, minha irmã e minha prima fomos assediadas por um amigo da família e ate hj meus tios mantem contato com o pedófilo #primeiroassedio”.

As “tias” são mencionadas mais frequentemente em dois papéis. São aquelas cujo olhar protetor não é suficiente para impedir a violência em uma minoria de menções: “#primeiroassedio Meu tio tentava me agarrar e passar a mão nos meus seios sempre que eu ia

passar as férias com minha tia”; e também são retratadas como figuras coniventes com situações de violência, em igual proporção: “#primeiroassedio 11 anos, um primo colocou o celular no meu banheiro pra me gravar tomando banho. Minha tia disse que meninos são assim”. Como nesses exemplos, por vezes estão as tias comprometidas na cena com a proteção de tios e primos – na quase totalidade das citações, apontados como agressores ou potenciais agressores. Em um único exemplo do conjunto analisado, a tia figura como alguém que rompe com o agressor: “uma amiga de infância conta que seu tio abusou dela quando era criança e sua tia se separou dele #PrimeiroAssedio”.

“Irmão” é citado como agressor em apenas uma menção: “Caso #MasterChefJunior gera desabafo: Meu irmão me estuprou aos 4 anos #primeiroassedio”. Avôs foram caracterizados como agressores em sete menções no banco analisado: “Ainda não tive coragem de falar sobre o #primeiroassedio porque sofri do meu avô. E o abuso aconteceu dos meus 12 anos até 16”. Geralmente os pais figuram como protetores falhos; são como protetores efetivos em uma minoria de citações; figuram ainda como exemplos de homens machistas e potenciais agressores em percentuais mínimos. Uma pequena história apresenta relato de violência sexual por parte de um pai: “#primeiroassedio dos 4 aos 5 anos, meu próprio pai passando a mão em mim. aos 6 anos, ele decidiu q só isso n era suficiente”. Padrastos constam como agressores em 11 pequenas histórias: “#PrimeiroAssedio Tinha 9 anos quando meu padrasto começou a abusar de mim. Me tocava a força, colocava a mão por baixo do lençol a noite”.

A complexidade das posições maternas nas situações de abuso sexual infantojuvenil é retratada, em algumas facetas, na narrativa compartilhada em análise. A posição mais frequentemente caracterizada é a da mãe que se mostra incapaz de proteger sua cria da situação de violência: “Tinha 12 anos qnd um amigo da minha mãe tentou me agarrar no quarto enquanto a esposa dele estava na cozinha com minha mãe #primeiroassedio”. Ela pode ser também testemunha de violências, o que ocorre em uma porção mínima de citações: “Ônibus cheio, eu sentada no colo da minha mãe (cega). Homem abre o zíper da calça e mostra o genital. Eu tinha 8 anos. #primeiroassedio”.

A expectativa de cumprimento de uma função protetora manifesta-se e, quando atendida, pode assumir diferentes estratégias. De maneira pouco frequente nas pequenas histórias estão aquelas mães que ensinam a reagir em caso de violência (2%): “Minha mãe me ensinou a revidar. A gritar coisas tipo ‘tem vergonha não, seu velho seboso?’ se algum cara me assediasse #primeiroassedio”; ou, de maneira um pouco mais expressiva, a não contrariar a norma, para esquivar-se, pelo menos em parte, dos riscos (9%): “Lembrando de todas as vezes em que minha mãe me mandou não sair de shorts para não ter problemas’ na rua #PrimeiroAssedio”.

As mães são apontadas, nesta narrativa, entre as primeiras confidentes eleitas para as revelações de casos de violência sexual e são assim mencionadas em uma fração mínima de menções: “Nunca verbalizei sobre o primeiro assédio que eu sofri com ninguém além da minha mãe, acho que nunca farei com mais ninguém. #primeiroassedio”. Em alguns casos, a impossibilidade de revelar a violência para a figura materna representa a impossibilidade de fazê-lo a qualquer um: “Nunca contei isso pra ninguém, nem pra minha mãe. #primeiroassedio”. As mães também são citadas como responsáveis pela educação de crianças e jovens de modo a promover mudanças culturais que minimizem os riscos de violência sexual: “Tal postura é injustificável, mas não se esqueçam que o dever de formar um cidadão ético também parte de nós, mães. #primeiroassedio”. Em uma parcela minimamente representativa das menções, os narradores apelam para o ideal de amor e respeito à figura materna como um caminho para encontrar alguma empatia masculina para com o corpo-lugar feminino: “Tão fazendo piada pq n sabem que as irmãs, primas e mães já passaram pelo mesmo que as meninas que contaram suas histórias #primeiroassedio”.

Os personagens até então citados e posicionados no contexto das pequenas histórias estão atrelados uns aos outros por suas *performances* de gênero e referenciais de ação reconhecidos na cultura brasileira. Cabe perguntar pela expressividade de outras variáveis que, sabidamente, incidem sobre os corpos-alvos preferenciais das violências sexuais. Como estão retratados aspectos relativos às subversões *performativas* de gênero, à raça, entre outras variáveis que podem contribuir, em distintos graus, para a produção de vulnerabilidades na cultura brasileira? Como a feição do patriarcado brasileiro marca os corpos-lugares convocados à narração compartilhada em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio? A narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio não expande de maneira expressiva essa imagem de referência a ponto de abarcar, de maneira mais detida, especificidades que impliquem uma maior suscetibilidade à vitimação por violência sexual. A imagem disparadora da campanha, de uma garota branca e situada em condição de privilégio econômico e social, e a constante alusão à categoria “mulher” pelas vozes que compõem o polo narrador coletivo podem ser apontadas como fatores que expliquem essa limitação da campanha em captar uma maior diversidade de personagens que revelem suas experiências por meio de pequenas histórias.

Apenas duas postagens do conjunto em análise fazem menção ao termo “*gay*”. Numa primeira, o termo representa um sujeito que atua como um adulto agressor: “Uma vez um gay que eu conhecia me ofereceu carona de carro, quando eu tava la dentro ele enfiou a mão dentro da minha calça #primeiroassedio”. Numa segunda, a palavra nomeia um menino que fala sobre sua experiência destacando a relevância da *performance* corporal para

umentar a suscetibilidade à violência: “Quem é gay também é assediado muito cedo, principalmente se tiver trejeitos. Eu passei por isso, imagino que outros também #PrimeiroAssedio”. Observa-se que, diante de um universo de 4,4 mil postagens, as menções indicam baixíssima frequência e, portanto, baixa representatividade no contexto da narrativa compartilhada.

A menor visibilidade às questões relativas ao abuso sexual masculino infantil é relatada na literatura acadêmica, que indica, entre os possíveis fatores, uma associação entre abuso sexual de meninos e homossexualidade, pelo viés do estigma social. Almeida, Penso e Costa (2009) apontam, entre os efeitos dessa crença emergente da cultura machista e patriarcal brasileira, a redução de denúncias e registros de casos de abusos contra meninos, sendo estes menos noticiados, o que gera maior desinformação sobre o tema e menor pressão por políticas públicas para o enfrentamento do problema. Amparados nos argumentos de Sebold (1987), os pesquisadores observam os fatores de gênero que invisibilizam grupos também sujeitos a violências, que teriam que transpor obstáculos ainda bastante rígidos para se reconhecerem como vítimas e poderem, assim, produzir deslocamentos de lugares de sujeição.

A prevalência de experiências de violência entre mulheres que se reconhecem como pretas, negras ou pardas no Brasil – atestada por numerosos estudos e ratificada pelo relatório *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* (FBSP, 2021), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – reafirma a relevância da questão racial para o enfrentamento da violência sexual no país, inclusive aquela perpetrada contra crianças e adolescentes. Segundo o relatório, a prevalência de assédio sexual entre mulheres pretas (52,2%) foi maior do que a verificada entre pardas (40,6%) e brancas (30,0%), o que, na análise do mesmo relatório, demonstra a convergência de racismo, machismo e objetificação do corpo das mulheres negras nas práticas violentas.

O tema aparece, ainda que em segundo plano, nas pequenas histórias que reproduzem, literalmente, falas de agressores direcionadas aos corpos racializados<sup>29</sup>: “algumas pessoas diziam q era normal os homens me abordarem na rua como prostituta pq mulata geralmente é puta #primeiroassedio eu tinha 11”. O relato demonstra haver uma sobreposição das marcas gênero e raça, esta trazendo uma carga de violência adicional ao processo de objetificação sexual. Gonzalez (1984) analisa essa sobreposição do racismo e do sexismo, articulação que produz efeitos opressores sobre a mulher negra nomeada na cultura brasileira

---

<sup>29</sup> Denomino corpos racializados aqueles de pele não branca: pretos, negros, pardos, indígenas, asiáticos, pertencentes a outras etnias que podem estar sujeitos a preconceitos.

contemporânea, reservando a esses corpos lugares de subalternidade: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 1984, p. 226). “Naturalmente” e “normalmente” são palavras que se relacionam para denunciar o racismo integrado à herança escravocrata, à neurose cultural brasileira de que fala a autora.

O mito da democracia racial brasileira não deseja lançar luz sobre as marcas desse regime patriarcal escravocrata na cultura brasileira contemporânea, mas, como adverte Gonzalez (1984, p. 226), “[...] a consciência exclui o que a memória inclui. [...] A memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, fala através das mancadas do discurso da consciência”. “[...]Ao passar na mesma calçada do bar, os homens assobiaram e gritaram: vem cá morena! #primeiroassedio”. A fala ecoa no tempo, como se endereça ao corpo mestiço fruto da posse e da violação da mulher negra. “Passei por tantos que nem lembro mais quando foi o primeiro. O último foi ontem. Que morena linda, ô lá perto de casa #primeiroassedio”. A mulher racializada, “beleza exótica”, “da cor do pecado”, hipersexualizada, vinculada à imagem sedimentada da mucama, tomada como objeto de desejo e posse pelos senhores. “No mercado com a minha mãe, tinha 9/10 anos. Um velho deixou ela se afastar chegou perto de mim e ‘que morena gostosa’ #primeiroassedio”.

As marcas do sistema patriarcal escravocrata também surgem escamoteadas na personagem da “empregada”, citada em falas masculinas que evidenciam marcas da dominação e sujeição do corpo feminino subalternizado na figura da serviçal, que estaria, nesse contexto, à disposição para a prestação de quaisquer serviços, inclusive sexuais. “#primeiroassedio Acho que eu tinha uns 10 anos. Uma empregada me deixou pegar nos peitos dela. Foi bom pra cacete”, escreveu uma celebridade musical, abrindo nicho dissidente em meio à narrativa compartilhada em torno da *hashtag*. Por conta do expressivo número de seguidores e da visibilidade construída em torno de sua *persona*, este usuário atraiu à narrativa uma série de postagens que debochavam e desqualificavam a campanha, em fragmentos carregados de sarcasmo: “#primeiroassedio Uma empregada doméstica trocava de roupa direto na minha frente, um dia dormiu só de calcinha na minha cama #sensacional”. Gonzalez (1984) já apontava o engendramento, na cultura brasileira, das figuras da mulata e da doméstica, que têm na mucama uma referência ancestral.

A pesquisadora Perry (2016) cita Gonzalez (1984) para ressituar as trabalhadoras negras pobres que realizam trabalho doméstico no Brasil dos anos 2000. Tais mulheres permanecem em condição de superexploração, observa Perry (2016), resultado da sobreposição de experiências racistas, sexistas e classistas. Ao examinar a condição de ativistas de mulheres



negras em Salvador, Bahia, a autora menciona a expressão social de um estereótipo associado a mulheres negras em atividades de baixa escolaridade que as qualifica como sexualmente disponíveis.

*In fact, for black women activists-often hypersexualized as potential prostitutes or rendered invisible as always-available domestic workers-the material aspects of the gendered racism that determines their class status are intricately tied to representational aspects of gendered racism intrinsic in Brazilian culture<sup>30</sup>. (PERRY, 2016, p. 11).*

O roteiro de apresentação dos personagens na narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio enseja a articulação entre o processo de identificação (FREUD, 2020), uma das molas propulsoras do engajamento na campanha, e a questão da identidade (BAMBERG, 2011b), colocada como central para as teorias e movimentos feministas, que olham para o sujeito do feminismo de Beauvoir (1980), Butler (2015), Gonzalez (1984), Kilomba (2019), Louro (2016), aqui citadas, e tantas mais. O enredo construído pela *hashtag* mantém o foco nas questões de gênero e articula sujeitos, de maneira interativa, por meio de categorias identitárias. Também, dessa maneira, tangencia outras marcas que contribuem para uma maior sujeição de certos corpos às violências em geral e à violência sexual em particular.

A categoria “mulher”, mencionada 424 vezes no banco de dados em análise, apresenta-se de modo central à narrativa, sempre mirando seu oposto, “homem”, citado 310 vezes. Os demais pares linguísticos são considerados como variáveis que permitem ler as *performances* de gênero associadas a corpos-lugares, situar posições, produzir estranhamentos e deslocamentos possíveis em relação às normas instituídas pelo regime de poder patriarcal à moda brasileira. Vale mencionar, mais uma vez, a perspectiva não essencialista, tampouco naturalista, por meio da qual as relações identitárias são negociadas.

Tiburi (2018), ao postular seus *Feminismos em comum*, cita um exemplo banal, mas bastante ilustrativo da importância das categorias identitárias para os processos de interação. Ela lembra que os povos que habitavam as terras brasileiras antes da chegada dos europeus não chamavam uns aos outros de índios. Esse significante, consagrado historicamente, é empregado como recurso de nomeação, afirmação e conversação com outros não índios. Dessa forma, é possível compreender o emprego de categorias como “mulher”, como denominação histórica, construída, que não interdita as singularidades do sujeito, mas funciona como um recurso para o diálogo. Com a análise realizada nesta seção, é possível observar como as articulações

---

<sup>30</sup> “De fato, para mulheres ativistas negras – muitas vezes hipersexualizadas como prostitutas em potencial ou tornadas invisíveis como empregadas domésticas sempre disponíveis – os aspectos materiais do racismo de gênero que determinam seu *status* de classe estão intrinsecamente ligados a aspectos representacionais do racismo de gênero intrínseco à cultura brasileira” (PERRY, 2016, p. 11, tradução minha).

identitárias realizadas na narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio destacam a relevância das *performances* de gênero para as experiências relativas à violência sexual.

Como se observa a partir desses fragmentos, a dicotomia feminino-masculino se expressa com ênfase no processo de interação e de construção dessa narrativa compartilhada, distinguindo territórios em que se situam os corpos-lugares a partir de suas *performances* de gênero. São assim apresentadas coordenadas a partir das quais os sujeitos alinhados com os femininos se constituem subjetivamente, situam-se historicamente e trafegam socialmente. As protagonistas desta narrativa compartilhada demonstram intentar, inicialmente, lançar luz sobre esse corpo-lugar e destacar algumas das marcas deixadas pelas experiências de violência, para, em seguida, abrir novas trilhas e reposicionar seus corpos, vozes e existências. Para pôr em curso essa estratégia, pactuam, em seus testemunhos, a constituição da autoridade de uma voz coletiva. Essa autoridade é gerada a partir da *performance* de gênero feminina, por meio da partilha das histórias de violências vividas – uma face do feminino que nasce e se delinea como uma face do feminino que nasce e se delinea a partir dessas marcas.

### 4.3 Nomeação

Nomear é uma complexa operação inerente à narração de uma experiência. A ação demanda buscar a lembrança da cena vivida, aquela captada pelos sentidos, marcada por afetos, e se deparar com o que ficou impregnado nas teias da memória. Com base nisso, demanda traduzir tais camadas em palavras, a partir de um outro repertório de sentidos, desta vez sociolinguísticos, elaborados na dimensão da cultura. No contexto desta pesquisa, que analisa a narrativa compartilhada elaborada em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio, nomear é também negociar; julgar o vivido a partir de um rol de categorias dispostas e pactuadas na vida social, alicerçada na cultura.

“Passar a mão”. Essa é uma das ações mais relatadas no banco de dados em análise, associada à *hashtag* #PrimeiroAssédio. Pode ser tomada como exemplo, como um ponto de partida para a reflexão. De que recursos precisa o sujeito paciente dessa ação para julgá-la e, sendo o caso, identificá-la como parte de uma cena de violência? Sendo esse sujeito uma criança ou adolescente, com que repertório fará tal julgamento? Como o tipo de relação socialmente estabelecida entre agente e paciente da ação compromete a avaliação, considerando as situações frequentes em que os envolvidos pertencem ao mesmo círculo social e têm relação de intimidade e suposta confiança ou, em certos casos, ao autor é atribuída função de proteção e cuidado?

Para narrar a violência sexual, é necessário operar os códigos sociais de condutas estabelecidos a partir dos corpos e de suas marcações de gênero. É preciso também se saber e se enxergar como sujeito de direitos e se observar em determinada cena, permeada por relações de poder. A nomeação da violência sexual encontra referência na legislação, mas sua nomeação se dá a partir de negociações cotidianas, em situações do dia a dia, nas quais determinadas práticas são tidas como aceitáveis e outras são apontadas como imorais e ilegais.

A ensaísta estadunidense Solnit (2018) defende que nomear é também um meio de desarticular estratégias que desculpam, amortecem, confundem, disfarçam, evitam ou encorajam a inação, a indiferença, o esquecimento. Embora a nomeação não garanta a solução do problema, complementa a autora, mostra-se um passo fundamental. Ela propõe um paralelo entre o ato de nomeação e o processo de um diagnóstico de saúde: saber o que está sendo enfrentado permite buscar apoio e tratamento. Ela observa ainda que nomear pode ser também um passo para a libertação, algo como quebrar um feitiço para revelar o avesso escondido por trás dos eufemismos, das distorções interessadas, das mentiras, das calúnias, das vozes e das versões silenciadoras. Ao afirmar que a crise contemporânea é também linguística, Solnit (2012, s.p.) aponta o discurso como campo de batalha e as mídias alternativas, as plataformas de redes sociais, as rodas de conversas cotidianas, aquelas das pequenas histórias como espaços privilegiados para a retificação dos nomes: “*Names matter; language matters; truth matters. [...] So start talking*”<sup>31</sup>.

Esse também é o terreno de onde fala Kilomba (2019), que observa a dimensão da linguagem como espaço de disputa, em que estão em jogo reconfigurações de poder e conhecimento. Na versão de seu livro publicada em português, a autora revela, na introdução, que sua escrita tem caráter pessoal e propósito de entender-se e encontrar-se a partir de um problemático alicerce patriarcal e colonial. Nesse trecho inicial da obra, a autora traz o foco para a sua matéria-prima: a dimensão política da língua, capaz de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência. Kilomba (2019) afirma que a narração é uma operação que tira alguém da posição de objeto e pode torná-lo sujeito. Ela tem em foco a discussão sobre o racismo e o que se produz em seus desdobramentos, mas a reflexão pode ser trazida para pensar as relações de gênero. Escrever, falar, colocar-se em posição reflexiva provoca o exame das relações de poder e abre possibilidades de deslocamentos. “Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político”, afirma Kilomba (2019, p. 28).

---

<sup>31</sup> “Os nomes importam; linguagem importa; a verdade importa. [...] Então comece a falar” (SOLNIT, 2012, s.p., tradução minha).

A palavra é um recurso para a validação sociocultural de experiências, assim como de reconhecimento e de legitimidade de existências. Quanto mais firme e precisa a palavra, mais potente a validação. Se a experiência é dolorosa, a nomeação traz a possibilidade de circunscrever e localizar a dor. Sem essa validação social, a dor é mantida como uma questão individual, quase uma abstração solitária, invisibilizada, podendo ser minimizada e até desconsiderada. A nomeação da violência, por outro lado, permite indicar suas raízes socioculturais, destacar a experiência como adversidade cotidiana que atinge não apenas um indivíduo, mas uma coletividade. Pode tornar-se, então, digna de *status* de problema social a ser enfrentado.

A *hashtag* #PrimeiroAssédio conecta pequenas histórias, como fotografias que, justapostas, têm a capacidade de apresentar um panorama. Essa grande narrativa ganha verossimilhança justamente por ter sido escrita por muitas mãos. São mãos desconhecidas, que se puseram a trabalhar de maneira heterogênea, movidas por distintas motivações, espalhadas no espaço e no tempo, mas que coletivamente foram afetadas pelo chamado da campanha e a edificaram com suas pequenas histórias. No conjunto em análise, trata-se de pequenos textos elaborados em até 145 caracteres. Desse conjunto, composto por inúmeras narrativas elaboradas em primeira pessoa, emerge uma autoridade sustentada pelo pronome “nós”. A coleção de narrativas é capaz de falar por si, desde que se inibam expectativas de coerência ou de harmonia do conjunto. É um conjunto heterogêneo, com congruências e com dissonâncias que refletem uma ampla diversidade de experiências possíveis aos corpos-lugares. Os pontos de tensão que emergem do conjunto são também significativos e reveladores.

A narração de uma experiência de violência sexual constitui o cerne da narrativa compartilhada em análise – a ação complicadora, como observaria Labov (1997, 2003). Trata-se daquilo que responde à questão: o que aconteceu? Mergulho no banco de dados da pesquisa em busca das palavras e dos recursos socioculturais empregados na nomeação de inúmeras faces da violência sexual vivenciadas na infância e na adolescência. Na mobilização em análise, a associação entre pequenas histórias contadas na forma de testemunhos e a *hashtag*, carregada de sua função enunciativa, constitui um primeiro ato de nomeação. A própria composição morfológica da *hashtag* apresenta a combinação de dois termos que, ligados, contribuem para a construção de sentido sobre a situação narrada, atuando como uma etiqueta (*tag*) e, mais, como uma apreciação, um veredito: #PrimeiroAssédio.

Diniz da Silva (2017) afirma em sua tese que, para além da função tecnológica da unidade linguística (agrupar assuntos, criar *links*), uma *hashtag* se apresenta como um

enunciado que se integra a outro enunciado, interagindo para a construção de sentido do conjunto. Partindo da perspectiva da Semântica da Enunciação, Diniz da Silva (2017) propõe um conceito de *hashtag* que aponta para uma zona de negociação na qual são produzidos enunciados socialmente pertinentes. O autor faz um paralelo entre uma *hashtag* e um substantivo, observando que ambos têm a capacidade de explicitar “[...] a relação entre a memória e a atualidade no acontecimento enunciativo e ainda dar visibilidade para novos enunciados” (DINIZ DA SILVA, 2017, p. 213).

A narrativa compartilhada em análise é iniciada após uma convocação à narração do que se propõe chamar de “primeiro assédio”. Nesse contexto, o conceito de assédio sexual é alargado para a além do que propõe a legislação brasileira, sendo aberta uma zona de negociação entre os participantes para o enquadramento de ações de cunho sexual qualificadas como violentas, que apresentam manifestações de poder por agressores e intimidação das vítimas.

De acordo com o Código Penal (BRASIL, 1940), o assédio sexual (artigo 216-A) é crime que se constitui em ambiente laboral, em que o agente se vale de sua ascendência hierárquica de cargo, emprego ou função para obter vantagem de cunho sexual da vítima. Para além das relações de trabalho, tais gestos ou ações podem ser enquadrados em tipos penais diversos, entre estes a importunação sexual, o estupro e estupro de vulnerável (se a vítima for menor de 14 anos ou tiver limitada capacidade de julgamento por diferentes motivos), a corrupção de menores, dentre outros. No contexto da narrativa elaborada em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio, nomeiam-se como assédio sexual condutas violentas ocorridas em diversos cenários, seja em casa, em espaços públicos, nas ruas, nos meios de transporte e também no trabalho.

A operação de negociação que se deu no âmbito da campanha lançou a expressão “assédio sexual” por sobre situações do cotidiano, deixando que aqueles que interagiram com a *hashtag* se apropriassem do termo e fizessem uma correlação com suas próprias experiências, balizados por um repertório partilhado e negociado no contexto de conversação forjado pela *hashtag*. Tal negociação convocou narradores a revisitarem suas histórias de vida em busca das mais longínquas memórias. Em muitos casos, essas experiências foram localizadas entre a infância e a adolescência, tal qual ocorreu com a garota V. Esse convite para visitar e narrar episódios associáveis à etiqueta “primeiro assédio” provocou também processos de ressignificação, movendo vivências do território da normalidade e realocando-as nos terrenos do inapropriado, violento ou inaceitável.

meu #PrimeiroAssedio foi praticado por um amigo dos meus pais quando eu tinha 11/12 anos. eu internalizei tanto que só percebi esse ano.

Não entendi na época. Quando entendi achei que foi culpa minha. Não foi, não é e nunca será. #primeiroassedio

#primeiroassedio foi dentro de casa, aos 3 anos de idade, avô paterno esperava estar só comigo para me tocar. eu não entendia...

8 anos. O irmão de 19 anos da minha amiga me tocava estranho qdo eu ia lá. Fui entender só depois de adulta. #PrimeiroAssedio

#primeiroassedio era tão inocente que não entendia o que estava acontecendo. até hoje sinto raiva de mim por não ter feito nada.

Expor oq vivi me envergonha. só eu sei o que passei e não sabia o por que daquilo! Afetou muito do que sou hoje. #primeiroassedio

De vez em quando penso no meu #primeiroassedio e entendo melhor o quão nojento foi. Apesar disso, nunca tive coragem de contar.

O assédio é obliiado por relações de autoridade e poder. só anos depois é que entendemos o que aconteceu. #primeiroassedio

As palavras empregadas para fazer referência a violências sofridas revelam aspectos para além de definições apresentadas no dicionário ou na legislação. Trazem pistas sobre os afetos envolvidos nas cenas, a dificuldade em revisitá-las, as marcas instauradas individual e coletivamente pelas experiências. Nesta investigação, a partir de pequenas histórias, mais do que caçar palavras, busquei encontrar o sujeito que narra, querendo ir ao encontro do dito e do não dito, daquilo que subjaz nas entrelinhas. No banco de dados, fui guiada pelo pronome “me”, estrutura que me levou ao encontro do narrador colocado na posição de paciente na construção textual. A ideia foi buscar respostas para a questão: “O que te fizeram?”.

Por meio da utilização do recurso do *clusters*, do sistema Antconc, pude encontrar os termos que se repetem em torno do referido pronome e identificar os recursos de nomeação frequentes no conjunto em análise. Apresentou-se uma diversidade de caminhos para a nomeação das violências que rodeiam corpos infantojuvenis, penetram pelos sentidos até moldá-los, vestindo-os com a indumentária da cultura de gênero. A violência sexual é instrumento de produção de *performance* de gênero.

Figura 1 – Nuvem de palavras centrada em expressões do olhar



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No banco de dados em análise, são frequentes os relatos de vivências que expressam incômodos gerados a partir do olhar que recai sobre os corpos infantojuvenis, destacadamente os femininos, ou de cenas que apresentam, por meio de visões, uma sexualidade adulta tomada como ameaçadora. Os testemunhos contam sobre o peso dos olhares invasivos que, mesmo quando incompreendidos, são capazes de causar desconfortos. São olhares alheios que posicionam o corpo de quem narra como objeto possível de ser tomado para a satisfação desse outro intimidador. Um olhar que empurra esse corpo-lugar a uma posição de subalternidade.

Não lembro qual foi meu #PrimeiroAssedio, mas lembro de não entender como que homens velhos poderiam me olhar, criança, com desejo.

Eu tinha uns 5 anos e o pedreiro de confiança da família tirou a roupa na minha frente e falou pra não contar pra ninguém. #PrimeiroAssedio

Tava dormindo na casa da minha tia. Ouvi um barulho estranho no quarto, acordei e o marido dela se masturbando na porta. #PrimeiroAssedio

#primeiroassedio quando meus seios começaram a nascer, aos 8, olhares abusivos constantes. Desde então não parou mais, só piora.

#primeiroassedio 8 anos, aula de jazz. A prof pediu para eu usar shorts em vez de meia calça porque os homens 'me comiam com os olhos'. + #primeiroassedio Eu ñ sabia o que era 'comer c os olhos', mas sabia que ñ era algo 'bom'. Sai do jazz e nunca contei p ngm. Me senti culpada.

#primeiroassedio ser olhada de cima a baixo em um shopping aos 10 anos e ter que ouvir 'ele tá só te paquerando'. Nunca chorei tanto.





(KOLTUV, 2017). De ímpeto sexual marcante, é apresentada como uma mulher em fuga por não aceitar submeter-se sexualmente a Adão. O julgamento moral de Lilith rende-lhe associações de sua imagem a desgraças, doenças e mortes. Na cultura contemporânea, o mito de Lilith foi atualizado na figura do corpo jovem e sedutor de Lolita, criação de Vladimir Nabokov (1994). A personagem é apresentada como a encarnação da tentação, da perdição, aquela cuja posse selaria a glória e também a derrocada de um homem. Alinham-se à Lolita as ideias de “ninfeta” e de “novinha”, essa *persona* tão frequentemente retratada na cena cultural brasileira, destacadamente na música e no audiovisual.

Não sei se foi o #PrimeiroAssedio, mas lembro do tio que ‘elogiava’ o quanto o peito e a bunda são durinhos quando se é novinha. #nojo

O #primeiroassedio veio na 5a serie, com professores machistas que faziam piadinhas românticas pra alunas ‘novinhas’.

Você chama de novinha, nós chamamos de criança. #PrimeiroAssedio

A personagem bíblica Eva, segunda mulher de Adão, constitui outra imagem de referência importante para a cultura nacional. É responsável pelo pecado primordial, por comer o fruto proibido da árvore da sabedoria e servi-lo também a Adão, razão pela qual ambos teriam sido expulsos do jardim do Éden. As escrituras indicam o ato de Eva como marco inaugural da vida terrena marcada pela dor, pelo trabalho e pela morte. Ao condená-los, Deus dirige-se à mulher: “Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará” (Gêneses, 3:16). A Bíblia também faz referência à submissão feminina na primeira epístola de Paulo a Timóteo, que retoma a figura de Eva e anuncia a salvação da mulher pela via da maternidade:

Semelhantemente, recomendo que as mulheres se vistam com decência, modéstia e discrição, não com tranças; nem com ouro ou pérolas, nem com roupas muito caras, mas que se vistam de boas obras, como convém a mulheres que professam servir ao Senhor. A mulher deve aprender em silêncio, com toda a reverência. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade sobre o homem. Esteja, portanto, em silêncio. Porque Adão foi criado primeiro, e Eva depois. E mais, Adão não foi enganado; mas a mulher é que foi enganada e caiu em transgressão. Contudo, a mulher será restaurada dando à luz filhos, desde que permaneçam na fé, no amor e na santidade, com bom senso. (1 Timóteo, 2: 9-15).

Também com origem nas escrituras bíblicas, destaca-se a imagem da Virgem Maria, imaculada, obediente à vontade divina, humilde, eleita por Deus para ser a mãe de seu filho, o Salvador. Maria encarna o valor feminino expresso na possibilidade de gestar a vida, de dedicar-se à família, sendo essas funções dimensões de dignificação do corpo feminino. Na narrativa compartilhada #PrimeiroAssedio, um recurso muito frequente para desmontar o mecanismo de objetificação sexual e misoginia apresentado, destacadamente por meio de

participações masculinas que se propunham a desqualificar a campanha, deu-se por apelo à imagem da mãe, figura digna de respeito e proteção considerando tais referências culturais. Alguns fragmentos tentavam estender o escudo protetor da família à imagem de outros corpos femininos inseridos no desenho do núcleo familiar e social, como irmãs e filhas.

Pra vcs q fica zoando, chega na tua mãe e pergunta como é ser mulher e sofrer assédio, vai q vc se arrependa. #primeiroassedio

#primeiroassedio não é só no toque. Um olhar, uma palavra também contam... Aprendam! Coloquem-se no lugar do outro. Poderia ser sua mãe ali.

Recomendo a todos olhar as histórias #primeiroassedio em Twitter. Nunca esqueçam, elas são nossas mães, irmãs e.

Tem filha, irmã, amiga, mãe, tia, prima? Leia a Tag #primeiroassedio no twitter e sinta o qual doente é o ser humano.

Tenham mais empatia com nós mulheres. Somos amigas, esposas, filhas. Coloquem-se em nosso lugar. #primeiroassedio

O corpo feminino sexualizado, associado a um estereótipo de “mulher brasileira”, traz marcas da história colonial nacional que sobrepõem questões de raça, classe social, religião, especificidades regionais, entre outras. Carneiro (2011, s.p.) lembra que a miscigenação violenta está na origem de nossas identidades: “Essa violência sexual colonial é, também, cimento de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades”. Desde o Brasil Colônia, convivem e misturam-se os corpos femininos das populações originárias; das mulheres brancas, europeias; os corpos das mulheres negras trazidos ao território pelo sistema escravocrata.

Raminelli (2004) observa que o olhar dos viajantes recém-chegados para as sociedades indígenas tinha a perspectiva da tradição cristã europeia. As descrições constantes nos documentos históricos estão carregadas de estereótipos e orientadas por curiosidade e estranhamento dos viajantes e missionários. Aquelas que aqui viviam antes de 1500, denominadas indígenas, foram sexualmente retratadas desde a carta de Pero Vaz de Caminha, que apresentava as novas terras à Coroa Portuguesa (BRASIL, 1500). O documento já fomentava um imaginário de exotismo e erotismo (MARTINS; MIRANDA, 2020). A imagem da mulher indígena como parte da natureza a ser tomada e colonizada é replicada desde então nas representações imagéticas e na literatura, a exemplo do que produz José de Alencar com o romance *Iracema* (1865), uma alegoria do nascimento da cultura nacional narrada por meio do romance do português Martim e da índia que batiza a obra.

As mulheres brancas que desembarcaram então nas terras sul-americanas deveriam emular no território vivências da feminilidade prescrita pelos padrões culturais europeus,

adaptada ao contexto colonial. Araújo (2004) destaca a forte pressão exercida pela Igreja para o adestramento da sexualidade feminina, esta marcada pela culpa. A mulher branca no Brasil Colônia devia sujeição aos pais, irmãos e maridos. Sua vida estava fortemente restrita ao ambiente doméstico, com educação voltada a habilidades que favorecessem a administração de atividades do lar. O casamento ocorria cedo, a partir dos 12 ou 13 anos, em arranjos definidos pelo pátrio poder.

Como a maioria das meninas jamais frequentou aulas de qualquer recolhimento, o aprendizado daquela ‘arte de prender [...] como por encanto’ dava-se mesmo em casa, entre brincadeiras e confidências com criadas, escravas, primas, amigas. As mães, naturalmente, preocupavam-se com o despertar da sexualidade das meninas, e isso foi anotado por certo viajante, Coreal, que via como prática corrente ‘as mães indagarem suas filhas sobre o que são capazes de sentir na idade de 12 ou 13 anos e incitarem-nas a fazer aquilo que pode enfraquecer os agulhões da carne’. As mães tinham lá seus motivos, porquanto meninas com idade de 12 anos completos podiam contrair matrimônio e, até mais cedo se ‘constar que têm discrição e disposição bastante que supra a falta daquela [idade]’. Compreensível, portanto, a inquietação dos pais quando a menina de 14 ou 15 anos ainda não se casara, ou melhor, quando não haviam conseguido marido para ela, pois o matrimônio era decidido pelo pai. Assim, desde muito cedo a mulher devia ter seus sentimentos devidamente domesticados e abafados. A própria Igreja, que permitia casamentos tão precoces, cuidava disso no confissãoário, vigiando de perto gestos, atos, sentimentos e até sonhos, como instruem os manuais de confessores da época. (ARAÚJO, 2004, p. 51).

Esse controle sobre o corpo da mulher se estabeleceu também, e de modo particular, às mulheres negras escravizadas. Tal denominação é por si objetificadora, pois essas mulheres eram oriundas de uma diversidade de etnias e regiões africanas e, no sistema escravocrata do Brasil Colônia, tomadas como coisas, “[...] podendo ser vendida[s], dada[s], alugada[s], como se fazia com as bestas” (FALCI, 2004, p. 255). Trabalhavam, desde a infância, na roça e em afazeres domésticos – e também como costureiras, amas de leite, tecelãs, fiadeiras, carpinteiras, entre outras atividades, afirma a historiadora Falci (2004). Quando aprisionadas pelo sistema escravocrata e destituídas dos mais básicos direitos, as mulheres negras que viveram o período colonial brasileiro eram vítimas frequentes de violência sexual. Falci (2004) e Gonzalez (1984) apresentam registros da relação de concubinatos frequentes entre senhores e escravas, de caráter duradouro ou passageiro, que evidenciam o tratamento conferido às escravas como objetos sexuais. Falci (2004) exemplifica, com documento, a relação de coisificação textualmente explicitada. Apresenta trecho de um testamento que menciona um senhor, viúvo, que não tivera filhos com a esposa, mas os tivera “em uma escrava”. A construção textual tira qualquer protagonismo da mulher no processo de gestação e apresenta-a como um receptáculo. “A mulher escrava era praticamente vista como aquela que guarda a semente, mas não a cocausadora do nascimento do filho. A mulher é a coisa, a matéria por onde podem unir-se os elementos que produzirão um outro ser” (FALCI, 2004, p. 275).

Gonzalez (1984) aponta a travessia do corpo objetificado e hipersexualizado da mulher negra através dos tempos, estabelecendo conexões entre a imagem da mucama com as figuras atualizadas da doméstica e da mulata passista da escola de samba. A prestação de serviços da escrava no sistema produtivo incluía os serviços sexuais. No entanto, por seu caráter ilegítimo diante da moral e cultura vigentes, tal relação devia ser “[...] ocultada, recalçada e tirada de cena”, observa Gonzalez (1984, p. 230). Para a autora, é no Carnaval que a exaltação mítica do corpo sexualizado da mulher negra ganha visibilidade na figura da mulata, ou mais especificamente na passista da escola de samba. Enquanto isso, a doméstica atualizaria a função de prestação de serviços, “[...] o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1984, p. 230). A postagem, já mencionada, da celebridade musical que ganhou destaque e causou polêmica na campanha trazia à tona justamente a atualização das funções de servidão: “#primeiroassedio Acho que eu tinha uns 10 anos. Uma empregada me deixou pegar nos peitos dela. Foi bom pra cacete”. O escárnio que carrega a postagem reside na reafirmação da postura de poder diante dos corpos assujeitados pelo lugar social que ocupam a partir da classe social e/ou cor da pele.

Na cultura brasileira, a apreciação do feminino entrelaça projeções das referidas matrizes, que se movimentam a partir da posição de corpos subjugados, objetificados sexualmente, para reivindicar e assumir novas posições amparadas nas transformações sociais. Para tanto, os corpos femininos avançam por sobre limites, negociam com velhos modelos e também com os emergentes. Os vestígios da moral religiosa portuguesa, plantada no Brasil Colônia, seguem entranhados na cultura nacional, numa vigilância de costumes para as mulheres. A dignidade feminina é culturalmente associada em critérios como relações heterossexuais, castidade até o casamento, respeito à hierarquia no matrimônio, sexo para fins de procriação, adestramento dos instintos femininos, fazendo submergir o instinto sexual e aflorar o instinto maternal (ZANELLO, 2016). O modelo de mulher ideal é frágil, agradável, boa mãe (PRIORE, 2011).

Certos corpos, contudo, enfrentavam, e ainda enfrentam, obstáculos para *performar* de maneira a alcançar a suposta “dignidade” estabelecida nos moldes do sistema patriarcal brasileiro. É herança do Brasil Colônia a ideia racista e misógina, citada por Freyre (2003), Priore (2011) e Zanello (2016), de que as mulheres brancas foram eleitas para o casamento, as mulatas para a fornicção e as negras para o trabalho. As mudanças que vieram na esteira da história custam a aliviar as violências racistas e a repressão sexual feminina, expressas na legislação, nas instituições educacionais e religiosas, nos produtos da indústria cultural, entre outras tantas esferas.

Ao falar do contemporâneo, Zanello (2016, p. 83) cita Swain (2011) para afirmar que “[...] o amor está para as mulheres como o sexo está para os homens”. A autora desenvolve a ideia de que permanecem válidas antigas fórmulas que valorizam mulheres “[...] doces, devotadas, amáveis e, sobretudo, amantes” (ZANELLO, 2016, p. 84). O que ela chama de “dispositivo amoroso” age sobre a *performance* de feminino, amparado sobre um ideal de amor romântico, para fundar um caminho de subjetivação feminina mediado pelo olhar, pela apreciação masculina, para que a mulher seja eleita, escolhida.

Zanello (2016, p. 85) aponta artefatos aos quais chama tecnologias de gênero – revistas, filmes, músicas, novelas, etc. – que reforçam esse mecanismo e colonizam afetos: “As mulheres se subjetivam na ‘prateleira do amor’. Essa prateleira é profundamente desigual e marcada por um ideal estético que, atualmente, é branco, louro, magro e jovem”. Poderíamos lançar mão do conceito de corpo-lugar para situar esse feminino na prateleira desenhada por Zanello (2016), que evidencia como um ideal de beleza e posição social é utilizado para checar a legitimidade de um corpo como “mulher” para que este seja avaliado e validado pelo olhar masculino, aquele que ocupa a posição de referência no sistema patriarcal.

Esse mecanismo está no cerne da naturalização das dinâmicas de apreciação masculina das *performances* femininas, próprias do processo de objetificação sexual. Zanello (2016) descreve a construção de um lugar subjetivo que assegura, destacadamente aos homens, uma costumeira posição privilegiada da qual podem julgar física, estética e moralmente as mulheres. Na cultura brasileira, os corpos femininos amadurecem, deixam a infância, cruzam a adolescência, entram na fase adulta e envelhecem sob o eco desse mecanismo de avaliação. Em situações de intimidade ou mesmo em locais públicos, por estranhos, integra a experiência do feminino lidar com essas apreciações. Existe uma distância entre ouvir “linda”, “gostosa” ou “vadia”, mas é preciso considerar que são distintas manifestações desse processo de avaliação de um corpo situado, um corpo-lugar. Tais apreciações podem ser experimentadas de distintas formas, inclusive como experiências violentas e nomeadas como assédio.

#primeiroassedio eu tinha 8 anos, um colega de sala me chamou de gostosa, vagabunda e passou a mão na minha bunda e não só nela. Me senti culpada.

Com 9 anos minha mãe me explicou q eu estava criando corpo e precisava ter cuidado pq os homens já me olhavam com maldade. #primeiroassedio

Com 10 anos, chamada de vagabunda por homens quando passeava com meu irmão mais novo (deviam pensar q era meu filho). #primeiroassedio

Jogava lâmpadas na minha casa, inventou q eu havia perdido a virgindade, na 4º serie. Fui chamada de ‘puta’ pela escola toda. #primeiroassedio

Disse cuspiendo no meu cangote: você é linda. Corri. Passei semanas lavando e escovando mão e pescoço de nojo e nervoso. #primeiroassedio

14 anos primeiro emprego. meu chefe me chamava de putinha e falava que eu deveria transar demais. #primeiroassedio

se reclamassem não adiantava nada. elas eram todas consideradas putas, principalmente uma pq tinha corpão. #primeiroassedio

#primeiroassedio instrutor da autoescola me mandava ir por ruas desertas, pegava na minha mão e me chamava de ruivinha linda...

#primeiroassedio e isso me doeu pq é algo imposto e sem sentido mas quando se cresce escutando coisas elas simplesmente entram na sua cabeça.

Entre adultos, o desconforto, o constrangimento e a intimidação são critérios apontados para distinguir a experiência de ouvir apreciações como um simples elogio, uma situação de paquera ou uma situação de assédio sexual. Porém, no contexto da infância e da adolescência, a cena adquire maior complexidade. Lowenkron (2016) reflete sobre o conceito de “idade do consentimento” admitindo a relevância de um marco cronológico como uma representação que possibilita a aplicação dos dispositivos legais que protegem crianças e adolescentes. Até 14 anos, esses são considerados legalmente sujeitos em formação, incapazes de consentir. “Sendo assim, o exercício de sua vontade deve ser tutelado pela lei até que ele ou ela tenha se tornado um sujeito pleno para consentir livremente a relação sexual” (LOWENKRON, 2016, p. 16).

A autora retoma o conceito de “consentimento” numa perspectiva liberal. Um ato de vontade só pode ser feito por alguém que é capaz de decidir com autonomia e exercer livremente sua vontade. Ela ressalta que, no âmbito do comportamento sexual, é preciso pensar em consentimento a partir das desigualdades de gênero constituídas historicamente. Ela retoma argumentos da cientista política Carole Pateman (1985), da jurista estadunidense Catharine MacKinnon (1997) e da cientista política Flávia Biroli (2013) para refletir sobre a possibilidade de um “consentimento genuíno”, considerando que, muitas vezes, as escolhas se definem em contextos de opressão e dominação. Aponta, assim, o tênue limite entre o consentimento, o não consentimento e, no meio do caminho, uma noção de *continuum* que se aplica a experiências de mulheres, mesmo adultas, que podem ceder ao sexo sem consentir.

Lowenkron (2016) afirma a utilidade dessa discussão para pensar o consentimento envolvendo crianças. Explica que o que chama de “menoridade sexual” não supõe a falta de desejo ou prazer sexual por aquele abaixo da idade definida legalmente como marco para a possibilidade do consentimento, mas pressupõe que este sujeito de direitos não desenvolveu

ainda competências necessárias para consentir uma relação sexual advinda de um processo de socialização.

Com isso, Lowenkron (2016) não desconsidera que a adoção da idade cronológica diz respeito a um mecanismo artificial de regulação da conduta sexual. Ressalta, inclusive, assimetrias relacionadas a gênero, entrecruzadas a outras particularidades sociais. Com base na observação de jurisprudências jurídicas, a autora observa criticamente que, para dispor da proteção instituída pelo marco da menoridade sexual, “[...] nem sempre basta ter certa idade, é preciso ‘parecer’ que a tem” (LOWENKRON, 2016, p. 17). Questiona, assim, se o acionamento da imagem da “inocência infantil ameaçada” tem sido eficazmente empregado na defesa da “menoridade sexual”.

A questão relevante a ser investigada a partir disso é se esses artifícios têm sido realmente efetivos para proteger crianças e adolescentes de carne e osso do abuso e da violência ou se tem servido antes para resguardar o ideal moderno de infância pura, inocente e vulnerável, que historicamente tem servido ora para legitimar a exclusão dos menores que não correspondem a esse ideal do direito de proteção, ora para disciplinar o exercício da sexualidade juvenil, justificando o controle (algumas vezes violento) em nome da proteção. (LOWENKRON, 2016, p. 17).

Da prática da apreciação estética e moral para a investida que alcança fisicamente os corpos-lugares não se transcorrem longas distâncias. Essa conduta corriqueira na cultura brasileira advém de crenças arraigadas no sistema patriarcal brasileiro, que percebe o corpo feminino como dimensão de exercício de poder – corpo a ser conquistado, tomado, possuído, tal qual objeto. Atuam, então, forças de naturalização de *performances* de gênero, tanto masculinas quanto femininas, que contribuem para a invisibilização de marcas dos constrangimentos e das violências decorrentes de práticas tidas como aceitáveis ou legítimas em certos contextos culturais.

Figura 3 – Nuvem de palavras centrada em expressões de tato



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A antropóloga Segato (2003) investiga a violência no contexto das relações de gênero na cultura brasileira e, de maneira mais particular, o estupro. As investidas sexuais do masculino sobre o feminino, observa a autora, reiteram a dimensão simbólica do estupro ou da permanente ameaça de violência sexual com a qual os corpos identificados como femininos convivem. Em sua formulação, tais práticas estariam relacionadas a uma estrutura de subordinação do feminino e de reivindicação de poder pelo masculino, na lógica dicotômica patriarcal (SEGATO, 2003). Segato (2003, p. 38) identifica uma interpelação social que agiria como uma ordem de violação estabelecida não pela via do direito, mas pela via do “dever”, nem que seja por meio da fantasia: “*Este abuso estruturalmente previsto, esta usurpación del ser, acto vampírico perpetrado para ser hombre, rehacerse como hombre en detrimento del otro, a expensas de la mujer, en un horizonte de pares*”<sup>32</sup>.

Dessa maneira, as *performances* de coerção sexual estariam associadas a rituais de iniciação para os homens, com demonstrações de virilidade, portanto ensinadas e ensaiadas desde muito cedo por meninos, como passaporte de acesso ao “mundo dos homens”. A

<sup>32</sup> “Esse abuso estruturalmente planejado, essa usurpação do ser, ato vampírico perpetrado para ser homem, para se refazer homem em detrimento do outro, em detrimento da mulher, em um horizonte de pares” (SEGATO, 2003, p. 38, tradução minha).



caricatura masculina traçada por Segato (2003) é considerada expressão de uma *performatividade* de gênero a ser tomada não de modo essencialista, mas como construção social manifesta na cultura e expressa na narrativa compartilhada em análise. Essa abordagem proposta pela autora favorece o reconhecimento da violência inerente a situações envolvendo atores e contextos familiares que não se enquadram na imagem caricata da cena de violência praticada por um agressor desconhecido e monstruoso que aguarda pela vítima escondido numa rua escura. A violência é apontada como inerente aos processos de socialização e, portanto, integrada a vivências cotidianas. Seu enfrentamento exige deslocamentos de corpos-lugares masculinos e femininos.

Não é exceção. É a regra. Não é feita por doentes. É incentivada pela cultura que objetifica a mulher/criança. #PrimeiroAssedio

#primeiroassedio meu pai que queria que eu assediasse mulheres do convívio dele, pra eu mostrar q estava 'virando homem'.

E tem outra coisa no #primeiroassedio. Nós deveríamos reconhecer que já fizemos idiotices machistas.

Lidar com assuntos como esse tem sido uma desconstrução de conceitos pra todos nós, incluindo homens e mulheres. #primeiroassedio

Meu primeiro beijo foi forçado. Os moleques passavam a mão em mim. Na época achava que não era nada, que eu não podia reclamar. #primeiroassedio

Quando se trata de corpos infantojuvenis, é preciso considerar a camada extra de vulnerabilidade. Muitas vezes, esses sujeitos não têm autonomia para esquivar-se, buscar distância ou reagir. Os corpos infantis estão sempre sujeitos a manipulações, seja sob o argumento do cuidado, da brincadeira ou das demonstrações de afeto, o que torna ainda mais difícil a nomeação da violência. Para as meninas, a cultura ainda prescreve predominantemente a *performance* de corpo dócil, frágil, que espera por proteção de outrem, contam as pequenas histórias. Na campanha #PrimeiroAssédio, são frequentes os relatos de situações caracterizadas como violências para as quais se empregam verbos que suavizam e quase disfarçam abusos: “beijo”, “abraço”, “colo”. As reações são repreendidas como “grosserias” reprováveis a uma menina.

7 anos. Casa de praia. Vizinho. Me sentou no colo dele, me alisou e tentou me beijar. Eu sentia vontade de vomitar por 24 hrs. #primeiroassedio

8 anos, meu primo me abraçou, me virou e se esfregou em mim. perguntou se achei gostoso. #PrimeiroAssedio'

#primeiroassedio eu me lembro foi de um professor tentando me beijar. Eu tinha 9 anos.

Eu tinha 9 anos quando um amigo da família me abraçou e apertou os meus seios.  
#primeiroassedio

a primeira vez que tive medo do olhar de um homem: 9 anos. Aos 12 um amigo dos meus pais me beijou a força. #PrimeiroAssedio

#primeiroassedio fora q tinha um tio q me abraçava de um jeito extremamente incômodo. nunca passou de abraço, mas não era abraço normal.

ouvi cada absurdo e me senti muito mal e culpada, ainda + quando contei p minha mãe e ela brigou cmg por mostrar o dedo. #primeiroassedio

O uso dessas expressões dúbias, quase como eufemismos, caracteriza muitas das pequenas histórias e reflete os mecanismos de naturalização da objetificação feminina no âmbito da cultura brasileira, sustentando uma espécie de zona cinzenta (*grey zone*) (CARSTENSEN, 2016; GUNNARSSON, 2018) em torno de certas práticas. Carstensen (2016), ao tratar do assédio sexual no contexto laboral, observa que a zona cinzenta permite que uma variedade de comportamentos e situações, que poderiam ser vistos como problemáticos e inadequados, recebam pouca atenção e sigam sendo perpetuados. Segundo a autora, a zona cinzenta da violência sexual se estabelece na distância entre práticas apontadas como violentas a partir de definições subjetivas, individuais, e avaliações objetivas, passíveis de serem empregadas em instâncias sociais, ambientais e legais (CARSTENSEN, 2016). As narrativas que fazem referência a condutas enquadráveis na zona cinzenta estariam mais suscetíveis a contestações e, por essa razão, seriam menos relatadas, mesmo na esfera íntima.

No chamado “*continuum* da violência” (GUNNARSSON, 2018; KARLSSON, 2019) – que parte de situações como a de olhares intimidadores, passando pelas palavras constrangedoras e pelos toques disfarçados, até chegar na coerção propriamente dita –, muitas vezes o reconhecimento é reservado somente ao extremo dessa régua, observa Gunnarsson (2018). As marcas que o cotidiano de abusos deixa na subjetividade, manifestas no corpo, são costumeiramente contestadas e minimizadas pela cultura patriarcal. Ao examinar as raízes das dinâmicas das violências sexuais, Karlsson (2019) aponta, citando MacKinnon (1989), ligações entre o estupro e a dinâmica do regime heteronormativo para o qual a sexualidade feminina é algo que não pertence às mulheres, mas que deve ser tomada, roubada, vendida, comprada, trocada. A autora faz menção a estereótipos de gênero que associam o par masculino-agressivo x feminino-passivo como alicerce fundamental para a cultura do estupro.

Gunnarsson (2018) também se refere à chamada zona cinzenta, tateando fronteiras entre a violência sexual e a vitimização, mas o faz tomando como referências experiências entre sujeitos adultos, capazes, em tese, de consentir. A autora reflete sobre a importância de se observar os discursos dominantes sobre sexo e violência sexual. A partir do exemplo da campanha

#talkaboutit, ela aborda questões relativas a lacunas entre discurso e experiência, apontando a possibilidade de resistência a categorizações disponíveis e, portanto, dando origem a novas leituras que podem ser vistas como reações de resistência de natureza discursiva. Perceber nuances e diversificar *scripts* de violência tornaria possível desconstruir a ideia de que a violência sexual é “algo monstruoso e distante da vida comum” e trazer a discussão para uma perspectiva mais realista e cotidiana, de modo a permitir seu reconhecimento e enfrentamento. Lançar luz sobre a chamada zona cinzenta representa encarar esse estranho familiar, condutas, muitas vezes, presentes no cotidiano, mas mantidas nas sombras.

De modo geral, uma porção significativamente reduzida de pequenas histórias no banco de dados em análise nomeia de modo direto as violências sexuais que alcançam o corpo fisicamente. Entre essas, o estupro se posiciona com centralidade e maior frequência.

Figura 4 – Nuvem de palavras centrada em nomeações diretas de violências sexuais



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A vulnerabilidade infantojuvenil, sobreposta às vulnerabilidades de gênero, sociais, raciais, religiosas, é destacada na narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio. Nesse caso, narrar a violência sexual sofrida na infância exige, primeiramente, algum nível de consciência de caracterização da violência. Esse autorreconhecimento do narrador da posição de vítima de um crime de violência sexual demanda, de modo secundário, a identificação do outro posto na cena como o agente da violência. Esse passo pode ser um fator complicador, especialmente quando

esse outro é alguém do convívio social, quando envolve relações familiares e/ou afetivas. Essa relação desigual entre o adulto e uma criança ou adolescente está no cerne da definição de abuso sexual. Toporosi (2017) caracteriza o abuso sexual infantojuvenil como uma intromissão no corpo e na mente da criança ou adolescente por uma expressão da sexualidade adulta. Os efeitos disso são ainda mais devastadores quando o abusador é alguém de quem se espera proteção e cuidados, afirma o autor.

Méllo (2006) apresenta a construção da noção de “abuso sexual infantil” a partir de descontinuidades e mudanças históricas. O autor destaca que foi a emergência desse termo que tornou possível a visibilidade social e a problematização da prática sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente. Observa que, nos tempos longínquos, tal prática esteve mais fortemente relacionada com a proibição do incesto. Ele rememora que a palavra “incesto” traz a ideia de um tema proibido, no sentido de ser contrário aos costumes e às leis, sendo, assim, um crime de ênfase moral, “[...] mais obsceno (repugnante, asqueroso, nojento) que violento” (MÉLLO, 2006, p. 108).

Somente a partir da emergência da infância como categoria (ARIÈS, 1986), a prática passou a ser identificada como “abuso sexual”. Já a palavra “abuso”, apesar de incluir o incesto, estaria mais relacionada à violação, à maldade ou à transgressão violenta, seja pelo uso da força, da influência ou da sedução. O autor complementa que o abuso não se restringe a um problema moral, de caráter privado e familiar, mas a uma questão de saúde pública, política e criminal, por desrespeitar “[...] a criança, um sujeito frágil e com direitos” (ARIÈS, 1986). De modo geral, o termo “abuso” não faz referência ao grau de parentesco das pessoas envolvidas. O termo está associado a um evento traumático, com desdobramentos psicológicos e legais.

A psicanalista França (2017, p. 13) volta o olhar para o contexto familiar e chama a atenção às características desse espaço fecundo para a gênese e/ou a manutenção das zonas de segredo que envolvem os abusos sexuais: “Os silêncios [...] ecoam segredos que continuam sendo velados tanto pelos sujeitos que sofreram traumatismos sexuais, quanto por suas famílias que, a todo custo, buscam manter sepultados os vestígios do passado”. Esse esforço familiar funda-se em pilares diversos, entre eles a dificuldade de representação para a dor da violação tanto para os sujeitos violentados quanto para aqueles que não suportam deparar-se com a dor daqueles que amam.

Fui abusada pelo vizinho aos 7 anos. Só contei pra minha família aos 19 anos pq tinha muito medo. #primeiroassedio

#primeiroassedio com 9 anos sofri abuso de um familiar. Hoje é considerado um ótimo rapaz.

eu tinha 9 anos, eles 15 e 16. foram 2 anos de abuso. roubaram minha infância. eles estão dentro da minha casa. #PrimeiroAssedio

#PrimeiroAssedio foi dos meus 3 aos 5 anos. um 'tio' por parte de pai abusou de mim.

Ainda não tive coragem de falar sobre o #primeiroassedio porque sofri do meu avô. E o abuso aconteceu dos meus 12 até 16.

Méllo (2006) complementa apontando a complexidade da nomeação das práticas de abuso sexual. Entre os pontos de destaque indicados pelo autor, está a denominação empregada para se referir às práticas sexuais entre membros de uma mesma família, especialmente, entre pai e filha. Pelo levantamento feito pelo autor a partir de documentos, são termos mais frequentemente empregados nessas situações as palavras “incesto” e “abuso sexual”, mas raramente se empregam as palavras “assalto”, “ataque” ou “estupro”. O autor destaca ainda que várias pesquisas brasileiras sobre o abuso sexual fazem referência à dificuldade de desmistificar a família como um espaço exclusivamente privado, intocável (MÉLLO, 2006).

No *continuum* de violência sexual (GUNNARSSON, 2018; KARLSSON, 2019), o estupro posiciona-se como a expressão extrema da coerção. Na legislação brasileira (BRASIL, 1940, artigo 213), caracteriza-se pelo constrangimento à chamada conjunção carnal ou prática de ato libidinoso por meio de violência ou grave ameaça. As penas previstas variam conforme a idade da vítima, assumindo maior gravidade se a violação ocorrer contra menor de 18 anos (artigo 213, parágrafo 1º, do Código Penal) e, ainda mais, se a vítima for menor de 14 anos, quando se caracteriza o estupro de vulnerável (artigo 217-A do Código Penal).

Simbolicamente, o estupro é um crime conhecido por aprisionar suas vítimas, adverte Abdulali (2019). A autora faz referência, considerando sua experiência acadêmica e de vida pessoal, a uma expectativa social de que as vítimas de estupro sejam “[...] irreparavelmente destruídas”. Ela chama a atenção para o modo como se fala do estupro a partir de crenças cristalizadas, as quais se propõe a questionar. O estupro tem a ver com a perda do controle sobre o próprio corpo, aponta, e é preciso cuidado ao nomear-se, ao assumir-se vítima, porque o estigma advindo da nomeação costumeiramente se torna um segundo obstáculo com o qual lidar (ABDULALI, 2019). Ao permitir que essa experiência defina a vítima integralmente, perpetuam-se a violência e seus efeitos.

Ter de lidar com a questão do estigma é fator que contribui para o silenciamento dos crimes sexuais. Em geral, paga-se por se falar abertamente sobre a violência sexual sofrida, adverte Abdulali (2019). Ser desacreditada, sofrer ameaças ou novas violências, ter sua identidade permanentemente associada à condição de vítima de um crime sexual estão entre

elas. “Contar tem um alto preço, não contar também” (ABDULALI, 2019, p. 40). Não dispor de apoio e manter a experiência em segredo, muito frequentemente, são ações que custam a saúde mental de quem vivencia a experiência. “Somos todos testemunhas da cultura do estupro. Algumas de nós fomos testemunhas do próprio estupro” (ABDULALI, 2019, p. 92). A autora afirma a nomeação, a narração, a partilha como uma possibilidade de produção de deslocamento a partir da condição de vítima que reassume o controle sobre si, aquele perdido por ocasião do crime.

Na narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio, a palavra “estupro” é usada para fazer referência a experiências vividas no contexto familiar em um número reduzido de pequenas histórias. “minha prima foi estuprada. o padrasto dela disse p mae q se ela realmente amava ele, ela tinha q deixar ele fazer aquilo #primeiroassedio”. Neste exemplo, figura como agressor o padrasto. A afirmação com meias palavras apresenta-se como um recurso recorrente para a afirmação da violência intrafamiliar consanguínea. “#primeiroassedio dos 4 aos 5 anos, meu pai passando a mão em mim. aos 6 anos, ele decidiu q só isso não era suficiente. :\\”. O emprego do termo “estupro” é mais frequente para fazer referência a um agressor não identificado. “#primeiroassedio acho que eu só consegui escapar de um estupro pq eu era uma criança muito agressiva. Na época eu nem entendia”. Um homem sem rosto, sem vínculos afetivos ou relações sociais é mais fácil apontar como estuprador. “Aos 11 minhas pernas chamaram a atenção de um homem que ficava na padaria onde eu comprava pão pra minha vó. Ele me estuprou. #PrimeiroAssedio”. De modo geral, contudo, a narrativa deixar entrever, mesmo nas entrelinhas, que a violência sexual permeia o cotidiano de crianças e adolescentes amparada por práticas culturais naturalizadas. “#PrimeiroAssedio resumindo: não são pessoas doentes/loucas que assediam/estupram, são pessoas comuns que tem o apoio de uma sociedade doente”.

Sustentar discursivamente ter vivido uma experiência de violência sexual significa, inicialmente, dispor de repertório social e discursivo para reconhecer a experiência e, assim, nomeá-la; em seguida, negociar o posicionamento com o lugar de vítima, em geral estigmatizador; na sequência, ter de sustentar a acusação contra o agressor. Não é fácil. É ainda mais difícil para uma criança ou adolescente. É ainda mais difícil para uma criança ou adolescente sem uma rede de apoio estruturada.

Gunnarsson (2018) menciona o fenômeno observado nas discussões acerca da violência sexual, quando o termo “sobrevivente” é empregado como alternativa recorrente à “vítima”, por se entender que há uma maior agência associada ao primeiro termo. A ativista norte-americana Tarana Burke preferiu a palavra “sobrevivente” à “vítima” ao iniciar o

movimento *Me Too* em 2006 (ZACHAREK; DOCKTERMAN; EDWARDS, 2017), quando cunhou a expressão para encorajar mulheres que sofriam violências a demonstrarem solidariedade umas às outras. Naquele momento, o foco do movimento voltava-se ao suporte a mulheres jovens e negras de comunidades de baixa renda. A historiadora Hobbs (2018) lembra que as mulheres, principalmente as afro-americanas, encontram muitas razões para não compartilharem suas experiências de violência sexual. Ela se refere a esta prática como uma histórica estratégia de sobrevivência. Em suas palavras: “Às vezes voltando-se para dentro e escolhendo o silêncio, às vezes voltando-se para fora e escolhendo o protesto” (HOBBS, 2018, p. 2).

Em seu texto “Refusing to be a victim”, bell hooks (1995) recapitula que, no desenvolvimento do chamado “Women’s liberation movement” nos Estados Unidos, mulheres brancas privilegiadas organizaram um movimento que reivindicava a equiparação de poder e possibilidades com o homem branco e assumiam uma posição de vítimas diante do sistema patriarcal. “*The rhetoric of victimhood worked for white women. In the wake of feminism movement white women were suddenly receiving gains in the workforce. They were primary recipients of rewards from affirmative action*”<sup>33</sup> (HOOKS, 1995, p. 54). Quando levamos o foco ao Brasil, Carlos Alfredo Hasenbalg nos lembra que a ideia de democracia racial funciona como uma arma ideológica contra a população negra, uma vez que nega o papel da raça na geração das desigualdades sociais e do preconceito, reduzindo tudo a um fenômeno de classe ou a um resíduo cultural do passado (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Compartilhando dessas ideias, Gonzalez (1984) dirá que o racismo se constitui como a “neurose cultural brasileira” que produz um tipo particular de sexismo com efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

No âmbito da narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio, a convergência de vulnerabilidades relacionadas à raça não foi apresentada em primeiro plano. Numa das poucas menções diretas à cor da pele, apresenta-se justamente o argumento da naturalização da violência pelo viés da raça, numa estrutura discursiva que claramente interdita o lugar de vítima a esse corpo: “algumas pessoas diziam q era normal os homens me abordarem na rua como prostituta pq mulata geralment é puta #primeiroassedio eu tinha 11”. Nessa grande narrativa articulada pela *hashtag* #PrimeiroAssédio, outras lacunas funcionam como referentes ausentes, a apontar outros corpos que enfrentam importantes obstáculos para assumirem-se vítimas de

---

<sup>33</sup> “A retórica da vitimização funcionou para as mulheres brancas. Na esteira do movimento feminista, as mulheres brancas de repente estavam recebendo ganhos na força de trabalho. Eles foram os principais destinatários de recompensas da ação afirmativa” (HOOKS, 1995, tradução minha).

assédio sexual: “ah é, meu eu de 13 anos quando eu tentei sair do armário pros meus amigos e tive que aguentar piada de estupro corretivo #primeiroassedio”.

Gunnarsson (2018) volta-se a uma visão multidimensional da vitimização, para discutir uma leitura predominante da categoria “vítima”, que situa aquele que sofre a violência em uma posição de imobilidade, vulnerabilidade, com pouca ou nenhuma agência, com maior sujeição aos estigmas associados à violência sexual. No entanto, a autora aponta a possibilidade de produção e fortalecimento de outros sentidos ao termo, reconhecendo distintos graus de agência possíveis de serem identificados entre aqueles que vivenciaram experiências violentas, abrindo novas frentes aos discursos hegemônicos sobre a vitimização. É o que se observa na narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio, em que se produz um movimento, um deslocamento de corpos-lugares que reivindicam reconhecimento e validação da experiência de violência sofrida, tomando o controle do polo narrador.

pra vcs que acham o feminismo vitimista e desnecessário clica nessa tag: #primeiroassedio.

Vc se sente ofendida, mas para muitos é vitimismo, é intolerância, é agressividade. Por isso que o feminismo existe. #PrimeiroAssedio

Você aí homem que acha que machismo não existe que ‘feminismo é vitimismo’ e que ‘cantada é elogio’ se liga na Hashtag #PrimeiroAssedio.

Pra quem acha que o feminismo é desnecessário, de uma olhada na tag #PrimeiroAssedio Preciso do feminismo SIM!

bom seria que todos lessem a tag #primeiroassedio em especial pra quem acha que feminismo é bobagem, mimimi, falta de ‘rola’ como mtos dizem.

Vamos dizer tudo o que tiver que ser dito SIM, vamos ser feministas SIM e não vamos nos calar enquanto isso não parar. #primeiroassedio

As histórias são muitas e só pioram. Não vou mais me calar nem abaixar a cabeça. #PrimeiroAssedio #chega @ThinkOlga

A tag #PrimeiroAssedio tá servindo para lembrar que não estamos sozinhas. Gritamos juntas. Resistimos juntas.

Diniz e Gebara (2022) afirmam que, no “verbeário feminista”, a palavra “falar” assume outra ordem de conjugação e, assim, “elas falam” antecederia “ela fala”. Com isso, defendem que uma fala é sempre plural, mesmo quando pronunciada em uma só voz. Quando se narra a partir de um determinado corpo-lugar, conta-se também sobre um contexto, um tempo, vozes que encontram, ou não, eco social às suas palavras.

Se falo é porque sou testemunha dos efeitos do patriarcado em nós. [...] O ato do testemunho é um gesto político em que o corpo fala e se arrisca: ao testemunhar, disputamos espaços de aparição e os poderes opressores resistem em alterar os privilégios de reconhecimento e circulação da palavra. O testemunho é pronúncia



contra o silêncio e, por isso mesmo, uma fala de valentia. [...] Falo porque sobrevivo em estado de indignação às crueldades do patriarcado em nós. (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 245-249).

Todo testemunho carrega afeto, porque conta sobre a sensibilidade de uma existência. Falar invoca a valentia necessária para desafiar o poder (DINIZ; GEBARA, 2022). Diniz e Gebara (2022) nos lembram que falar e calar são expressões somente possíveis a partir de um corpo, pois uma palavra não se resume ao significante nem ao significado; palavra é gesto e emoção.

No contexto da campanha #PrimeiroAssédio, se seguirmos em busca de identificar elementos essenciais à narrativa, tal como no modelo de análise de Labov, é possível ainda nos depararmos com caminhos da narrativa que apontam para o que o autor chama de avaliação (*evaluation*) (LABOV, 1972, 2003). As peças que, juntas, montam a narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio demonstram o quanto é prevalente a experiência de violência sexual, de diversas formas e intensidades, entre crianças, adolescentes e mulheres. Nesse ponto da leitura, desponta a reflexão sobre as consequências e os efeitos de tais experiências cotidianas de objetificação sexual, violências e constrangimentos decorrentes dos posicionamentos prescritos para o corpo-lugar feminino.

Se os processos de socialização masculina, na cultura brasileira, favorecem ensaios de coerção sexual, por vezes emulando uma *performance* de caçador a esse personagem, o outro lado dessa moeda implica um incentivo a uma postura de sujeição, de caça, ao par feminino estabelecido no imaginário do regime patriarcal binário e heteronormativo. A hierarquização do masculino e feminino, marcada historicamente na cultura brasileira, cria espécies de zonas em que se estabelecem promessas de segurança, proteção e alguma contrapartida vantajosa aos corpos femininos que correspondam a modelos instituídos na cultura. A menção a essa falsa zona de segurança aparece na narrativa em fragmentos como: “A maioria de vocês nunca iria sofrer assédio algum se não andassem feito vadias. #primeiroassedio”. Por outro lado, desafiar às normas impostas aos corpos femininos, produzir deslocamentos a posições previstas, em alguma medida, coloca esses corpos em risco: “#primeiroassedio Tem que passar a rola mesmo, mulher que usa roupa curta é vagabunda”.

Perrot (2007) chama a atenção também para a divisão sexual de atributos mais relevantes para o jogo sexual: ao feminino, beleza; ao masculino, força. Nesse jogo sexual culturalmente estabelecido, o feminino se institui como um alvo e, levado a essa posição, é ensinado a temer. “#PrimeiroAssedio Eu tinha uns 12 anos quando estava andando na rua e o cara colocou o pênis pra fora e começou a correr atrás de mim”. Nesse jogo, as meninas

precisam aprender a se proteger, assumem uma postura de esquiva diante das investidas masculinas e do domínio dessa figura do espaço público. “não me lembro do meu #primeiroassedio, só sei que em determinado momento passei a planejar a roupa de acordo com andar sozinha ou não na rua”. Faz parte do processo de maturação para as meninas aprender a situar e manejar seu corpo-lugar, protegê-lo. “Com 10 anos me afastei da vó no mercado, um homem apareceu dizendo p/ter cuidado pq eu era pitéuzinho q tava madura p/chupar #primeiroassedio”. Esse manejo demanda uma aprendizagem social e emocional. “#primeiroassedio ser olhada de cima a baixo aos 10 anos em um shopping e ter que ouvir ‘ele tá só te paquerando’. Nunca chorei tanto”.

A descrição da historiadora Perrot (2007) da cena burguesa europeia pode ser tomada como referência, considerando as raízes do Brasil Colônia, que também fundam os princípios culturais de controle sobre os corpos femininos, que precisam ser vigiados do ponto de vista moral. Essa vigilância se materializa corporalmente no valor atribuído à virgindade, que qualifica esse corpo com a insígnia da pureza, projetando uma identificação com o modelo mariano. Percebe-se, no verso desse argumento, a ideia de que sexo é prática impura, suja. O corpo feminino precisa se guardar diante das investidas masculinas, expressão culturalmente legítima pelo valor atribuído à virilidade associada ao homem. “#primeiroassedio me chamavam de vadia no prédio. eu tinha 13 anos, tinha amigos meninos. sendo que eu nunca tinha nem beijado”. A virgindade está para o feminino como um selo que guarda a honra e que pode ser tomado, usurpado violentamente. “Jogava lâmpadas na minha casa. inventou q eu havia perdido a virgindade na 4º serie. Fui chamada de ‘puta’ pela escola toda #primeiroassedio”.

As normas são rígidas também para aquelas que já vivenciaram a iniciação sexual. “#PrimeiroAssedio mais homens podem assediar pq se pegar muitas é pegador, se mulher pegar muito é puta né!?”. O corpo feminino é interditado à própria mulher, considerando que a masturbação é prática culturalmente mais aceita no percurso de maturação masculina do que feminina. Os termos “vadia” e “puta” são empregados para apontar aquelas que desobedecem às normas de controle e regulação moral heteronormativa, monogâmica e patriarcal, que localiza a dignidade da mulher na relação conjugal ou no celibato. Instituições reguladoras como a família, as igrejas e mesmo as instituições midiáticas, que produzem constantemente imagens de referência e controle, estão permanentemente dedicadas à vigília dos corpos, destacadamente os femininos, categorizando-os e hierarquizando-os do ponto de vista da respeitabilidade na dinâmica do jogo sexual (ZANELLO, 2016).

Aqui retomemos a discussão de Louro (2016, p. 90-91) acerca da normatização da vida dos indivíduos e das sociedades para manter o esquema sexo-gênero-sexualidade instituído no regime patriarcal vigente:

A forma ‘normal’ de viver os gêneros aponta para a constituição da forma ‘normal’ de família, a qual, por sua vez, se sustenta sobre a reprodução sexual e, conseqüentemente, sobre a heterossexualidade. É evidente o caráter político dessa premissa, na qual não há lugar para aqueles homens e mulheres que, de algum modo, perturbem a ordem ou dela escapem. Os custos cobrados são altos. São-lhes impostos custos morais, políticos, materiais, sociais, econômicos, mesmo que, hoje, a desobediência a essa ordem e o desvio dela sejam mais visíveis e até mesmo mais ‘suportados’.

O processo de produção do gênero, do aprendizado da *performance* feminina, é marcado também pela aprendizagem dos afetos possíveis e legítimos a determinados corpos, em certas situações. O antropólogo Le Breton (2019, p. 157), dedicado aos estudos das emoções, fala em “ressonância mútua” ao dizer que, afetivamente, a experiência individual relaciona-se diretamente com a experiência dos membros da sociedade em que o sujeito se insere: “A afetividade é tecida mediante o entrelaçamento inseparável do mundo e do significado na escala individual de cada indivíduo”. O autor observa, ao voltar-se para a relação entre socialização e aprendizagens emocionais, que uma criança constrói sua personalidade num processo de interiorização e reprodução de traços particulares de sua sociedade. “Ao longo de seu desenvolvimento, a criança, incessantemente, limita as possibilidades do seu sentir e de sua expressão, inscrevendo seus estados afetivos no interior do meio social” (LE BRETON, 2019, p. 208).

Le Breton (2019) aponta a faixa etária dos 3 anos de idade como marco cronológico para as primeiras manifestações de sentimentos como culpa, vergonha ou embaraço. O fenômeno estaria associado, segundo o autor, ao sentimento de “eu”, que, aos poucos, estaria se “cristalizando”. Nesse momento, dá-se a inscrição do sujeito no *ethos* de seu grupo, num processo de assimilação da cultura afetiva que produz o que Le Breton (2019) chama de sensibilidade coletiva. Nesse processo, a criança aprenderia a olhar o mundo e, assim, situar-se. “Na dialética do Eu e do outro que o autoriza a entrar na complexidade das relações sociais, o sujeito é capaz de compreender por que alguém lhe dirige atitudes surpreendentes” (LE BRETON, 2019, p. 217). É nesse processo de socialização que se aprende, ou melhor, que se apreendem as possibilidades de reação previstas pela cultura para determinadas situações, sobre o que sentir, sobre como é permitido falar, atuar.

A cultura prescreve dinâmicas aos jogos sexuais e afetos previstos de serem experimentados, inclusive, por aqueles envolvidos numa cena de violência sexual. Se, como

avisa Le Breton (2019), o indivíduo habita seu corpo em consonância com orientações sociais e culturais que atravessam suas histórias pessoais, cabe perguntar aos narradores integrados na produção da narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio que afetos marcam essas memórias. As respostas a essa pergunta, endereçada ao banco de dados em análise e aos sujeitos ali corporificados em breves textos, podem trazer pistas sobre como as violências praticadas contra crianças e adolescentes ao longo de seu desenvolvimento instauram uma gramática de emoções que produzem marcas fundantes na subjetividade, um modo de estar no mundo, uma certa *performance* de gênero (BUTLER, 2015).

Figura 5 – Nuvem de palavras elaborada a partir da centralidade do verbo sentir



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A Figura 5 condensa afetos que são comuns entre vítimas de situações de violência sexual. Não que tais experiências possam ser tomadas como absolutas, uniformes, estáticas, muito pelo contrário. O que a campanha #PrimeiroAssédio parece operar é o reconhecimento de posições e posturas que se esperam desses corpos violados, para, a partir disso, apontar caminhos, deslocamentos, outras possibilidades, inclusive afetivas, mobilizadoras e libertadoras. Atravessar a experiência de violação traz consigo uma complexa operação de produção de sentidos, regida pela equação pessoal da experiência que se dá a partir de um lugar, um tempo e um contexto histórico. “Quer saber o que é a vida de uma mulher? Dá uma geral na hashtag #primeiroassedio e veja como abusar dos nossos corpos e



#primeiroassedio tinha uns 10 anos, ia a pé sozinha pro colégio. Um senhor me seguiu dizendo q ia arrebentar esse bucetão gostoso”. Instaura-se, de maneira profunda, uma sensação de vulnerabilidade. “Mulheres têm a liberdade roubada diariamente e no caso do assédio as marcas são pra vida inteira. #primeiroassedio”. Essa fragilidade retira a autonomia e a autoconfiança e posiciona o outro polo, o masculino, numa posição de controle. “#primeiroassedio o cara falou que eu não devia andar sozinha na rua ou seria sequestrada”. A exposição constante à violência ou sua ameaça repercute em várias esferas da vida. “Eu simplesmente tenho medo de ir na esquina de casa sozinha #primeiroassedio”. Da sutil violência cotidiana aos eventos disruptivos, como aqueles passíveis de serem reconhecidos como estupros, essas situações de violência marcam de maneira determinante os caminhos possíveis para esses corpos femininos. “meu #primeiroassedio foi aos 6 anos e essas coisas não saem da sua cabeça. Não importa quanto tempo passe, o medo sempre está presente”. E, assim, o medo se apresenta como uma aprendizagem quase que obrigatória ao corpo-lugar feminino. “Com 9 anos minha mãe me explicou q eu estava criando corpo e precisava ter cuidado pq os homens já me olhavam com maldade. #primeiroassedio”. A narrativa analisada indica que ainda se ensina às meninas muito mais a temerem do que a saberem como agir. “O pior é quando acontece algo ruim desse tipo e a gente não pode fazer nada por medo da retaliação #PrimeiroAssedio”.

Sobre o corpo maculado, recai uma série de emoções. O nojo, tão mencionado, faz referência à ideia de sujidade associada à sexualidade adulta, que afronta a noção de pureza que envolve as imagens dos corpos infantojuvenis, especialmente sendo estes corpos brancos, abastados, que gozam de proteção social. “Eu andando na rua daí o velho bêbado tascou a mão na minha ppk, senti o peso daquela mão uma semana e o nojo que ficou #PrimeiroAssedio”. O nojo pode voltar-se ao adulto, aquele que detém a sujidade. É muito frequente a noção de que a violência produz uma mácula difícil de ser retirada. “#PrimeiroAssedio: A culpa foi dele. E eu lembro claramente de como me senti suja e violada”. Por vezes, a mácula instaura também a noção de culpa e um processo de agressividade voltada para si. “Eu não vou contar meu #primeiroassedio porque ele me faz ter nojo de mim até hoje. Me odiar até hoje. Me sentir culpada por ser invadida”.

O regime patriarcal heteronormativo atua fortemente para a inversão do ônus da culpa sobre o sujeito violentado. “Isso me faz pensar sobre algumas coisas que me aconteceram e o pior é sentir culpa quando na verdade se é a vítima. #primeiroassedio”. A culpa vem permeada de inúmeros ganchos que se associam de diferentes modos às histórias de vida e contextos de violência. No enredo da narrativa #PrimeiroAssedio, esse afeto apresenta muitas de suas faces, como o sentimento de culpa por carregar um corpo capaz de mobilizar essa pulsão

violenta: “sentir culpada por ter sido invadida. que nojo! #PrimeiroAssedio”. A culpa por não saber defender esse corpo, missão dada pela cultura e vigiada por diversas instituições: “#primeiroassedio morri de medo e fiquei sem saber como reagir. eu me senti um lixo”. A culpa por ceder ao processo de sedução do adulto: “#primeiroassedio 9 anos o padrinho da minha mae me oferecia dinheiro pra pegar na minha vagina cm medo me escondia n contei a ninguém”. A culpa por provocar conflitos, por envolver uma situação com potencial para desgastar vínculos, especialmente familiares: “muitas vezes o assédio vem dos que acreditávamos nos proteger, e o medo passa a competir c/ a sensação de culpa #primeiroassedio”.

A culpa anda acompanhada da vergonha às vítimas de violência sexual. Quando a cultura associa a dignidade feminina a uma dissimulação da sexualidade, as marcas da violência sexual são facilmente travestidas de estigma. “#primeiroassedio eu tinha 11 anos, um motoqueiro meteu a mão na minha bunda c tanta força q doeu. Fiquei c vergonha e ã contei p meus pais”. A resistência em nomear a experiência de violência reflete a sobreposição da experiência traumática à inibição sexual de base, seja por obra do desenvolvimento, como menciona Freud (2016) ao teorizar sobre o processo de recalque sexual normal que instaura a moralidade e a vergonha, seja por obra dos pudores vitorianos que passaram a vigorar a partir do século XIX na Europa ocidental (PERROT, 2003). “#primeiroassedio ninguém gosta de falar sobre isso pq é algo chocante’ pq é melhor ‘esquecer e esconder’ pq a mulher q deve sentir vergonha”. Como disse Perrot (2003), a noção de pudor é instrumento de produção de silêncios para o feminino.

Medo, nojo, culpa, vergonha são afetos que colaboram para o silenciamento das vítimas de violência sexual. O silêncio é *performance* de gênero, argumentam Beauvoir (1980), Perrot (2003) e Zanello (2016). A construção sociocultural da feminilidade para a mulher burguesa europeia, tomada como referência por Beauvoir (1980), prescreve discrição, doçura, passividade, submissão, pudor e silêncio. E o modelo de educação formal, especialmente aquele permeado pela educação religiosa, dedica-se a incutir tais valores nas meninas, observa Perrot (2003, p. 21): “Trata-se de um silêncio de longa duração inscrito na construção do pensamento simbólico da diferença entre os sexos, mas reforçado ao longo do tempo pelo discurso médico ou político”. A autora reforça que o silenciamento se sustenta no pátrio poder, expresso no direito privado, nas relações familiares, na lógica de fragilização econômica das mulheres, que contribui para a sujeição em relações abusivas. Por isso, Zanello (2016) lembra que essa *performance* silenciosa, por vezes, é estratégia de sobrevivência, que pode resultar em adoecimento psíquico.

Le Breton (2019) ressalta ainda que a cultura afetiva é mutável, que os sistemas de significados e valores associados às condutas se transformam, acompanhando mudanças históricas, sociais, culturais, variando conforme o *éthos* de uma época e de um certo lugar. Se as experiências afetivas relacionadas às *performances* de gênero, às práticas de violência sexual, são repetidas e aprendidas, podem ser também modificadas. É nesse sentido também que apostam mobilizações como a organizada pelo coletivo Think Olga por meio da campanha #PrimeiroAssédio. É isso também que conta a narrativa compartilhada articulada em torno da *hashtag*. “Aversão, arrepio, medo, raiva, nojo... Superação! <3 #primeiroassedio”.

#### 4.4 Deslocamentos

*Você esconde o ocorrido e a marca se esconde no coração. #primeiroassedio*

As tramas da narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio trazem uma abundância de marcas relacionadas a experiências traumáticas de violências sexuais sofridas entre a infância, a adolescência e também a vida adulta. “O pior do #primeiroassedio é parecer comum o que deveria nunca ter acontecido”. São muitos os fragmentos que fazem referência à ação da *hashtag* como gatilho para a emergência de conteúdos antes perdidos ou escondidos nas memórias e histórias de vida, que vieram à tona por meio do contato com relatos conectados pela mobilização. “O pior da tag #primeiroassedio é a gente ter que ser esmagada pelas nossas lembranças ruins e traumas passados pra tentar educar macho”. São recorrentes, nas pequenas histórias compartilhadas, menções a descargas afetivas provocadas pelo contato com a *hashtag*, acompanhadas de afirmações sobre a impossibilidade de colocar em palavras a própria experiência. “Eu tenho nojo de mim pelo meu primeiro assédio. eu devia ter uns 5 anos. Não consigo nem contar. #primeiroassedio”. São vivências para as quais a passagem do tempo é regida por uma outra ordem e seus efeitos, por vezes, atualizam-se de maneira vívida e presente no corpo de quem narra. “Acabei de contar sobre meu #primeiroassedio no Facebook. só por lembrar e contar, depois de quase 20 anos, estou com as mãos geladas”.

A palavra “trauma”, de origem grega, quer dizer “ferida”. Ao fazer referência aos traumatismos por violência sexual, a psicanalista França (2017, p. 17) cita Uchitel (2001) para qualificar o trauma como um acontecimento que “[...] não fecha, nem cicatriza”, para o qual “[...] não há passado, só presente”. Ambas as autoras refletem sobre o fenômeno do trauma considerando fundantes referências sobre o tema oriundas da obra de Sigmund Freud e de seu



discípulo Sándor Ferenczi. Assim, França (2020, p. 70) define trauma como “[...] efeito no psiquismo da desproporção entre o excesso de excitação e a capacidade do sujeito em processá-la [...] o que torna um acontecimento traumático é sua potência de quebrar todo o sistema de compreensão do mundo (o que o torna inacessível à simbolização)”. Em outras palavras, a autora refere-se a um evento que atravessa a vida de modo abrupto e desorganiza o psiquismo, derrubando suas defesas.

O trauma tem efeito sobre o mecanismo da memória. Especialistas dedicados ao estudo dos efeitos da violência sexual contra crianças e adolescentes observam que, muitas vezes, os registros dessas experiências não se situam no campo das recordações. Os traumas podem se apresentar como experiências não simbolizadas. “*Pensar lo traumático, no es lo vivido en general, sino aquello que no pudo encontrar al entrar en el aparato psíquico posibilidades metabólicas de simbolización productiva*”<sup>34</sup>, afirmam Franco e colaboradores (2012, p. 65). Por isso, experiências traumáticas não se caracterizam propriamente como memórias, mas emergem à consciência de maneira intrusiva. “*En vez de recuerdos hablamos de reviviscencias. Lo vivido está siempre presente y reviviéndose*”<sup>35</sup>, observa a psicanalista Toporosi (2017, p. 89). Autores dedicados à prática da clínica psicanalítica apontam como sendo parte do percurso de tratamento dos traumatismos sexuais a busca por transformação dessas cenas desgarradas em recordações, para iniciar um processo de elaboração por meio da conexão do afeto, da angústia, com as representações.

Por vezes, há gatilhos que despertam vivências traumáticas que haviam sido encapsuladas, indica Toporosi (2017). A autora enumera situações em que pode ocorrer uma espécie de ativação de experiências guardadas, seja por meio de um novo trauma ou pela construção de vínculos de confiança, de abertura para a escuta empática. O relato da experiência traumática pode emergir de distintas formas, adverte a autora, inclusive não obedecendo a uma sequência lógica ou, por vezes, percorrendo um longo caminho até tornar-se possível de ser narrado. “*El relato de los acontecimientos no suele ser un punto de partida, sino un punto de llegada, al cual a veces se arriba y a veces no*”<sup>36</sup>, afirma Toporosi (2017) a partir de sua experiência clínica.

---

<sup>34</sup> “Pensar o traumático, não é o que foi vivenciado em geral, mas sim aquilo que não pôde ser encontrado ao entrar no aparelho psíquico, possibilidades metabólicas de simbolização produtiva” (FRANCO *et al.*, 2012, p. 65, tradução minha).

<sup>35</sup> “Em vez de memórias, falamos de reviver. O que foi vivido está sempre presente e revivendo-se” (TOPOROSI, 2017, p. 89, tradução minha).

<sup>36</sup> “A história dos acontecimentos não costuma ser um ponto de partida, mas um ponto de chegada, ao qual, às vezes, se chega e, às vezes, não” (TOPOROSI, 2017, tradução minha).

A questão temporal destaca-se como relevante no trato da experiência traumática, uma vez que seus efeitos demonstram permanecer agindo sobre corpo e mente. “Aos 6 anos foi o primeiro assédio. Aos 20 anos ainda estou fazendo terapia, tentando me reerguer #PrimeiroAssedio”. França (2017, p. 17) faz referência a Uchitel (2001) para discorrer sobre a mácula que se instala sobre o sujeito a partir da vivência traumática que atua “[...] como ferida pouco perceptível, mas candente, fica propensa a se abrir diante de qualquer nova agressão externa que circunde ou atinja o foco pela associação”. Voltando a atenção a fragmentos da narrativa compartilhada #PrimeiroAssedio, é possível encontrar pistas de que a campanha, por meio da *hashtag*, possa ter afetado, de maneira intensa, aqueles que vivenciaram experiências possíveis de serem apontadas como traumas.

não consigo nem ler os tweets dessa tag #primeiroassedio

acompanhando #PrimeiroAssedio e chorando mto

ensaiei contar sobre o #primeiroassedio que sofri mas n rolou. Deixa ele aqui na gavetinha que eu nunca abro que é melhor assim.

Eu não consigo falar sobre isso. Ninguém iria acreditar, ele já morreu, ele tinha meu sangue! :( #PrimeiroAssedio

#primeiroassedio Essa foi a primeira vez que consegui falar disso sem chorar até soluçar. Mas isso porque até poucas horas atrás eu estava...

Passei anos traumatizada, não conseguia dormir, abandonei a escola um tempo com medo e só hoje consigo falar sobre isso #primeiroassedio

A carga afetiva que marca o contato com a *hashtag* #PrimeiroAssedio e com testemunhos por esta agregados pode ser lida como um sinal de mobilização de registros traumáticos. “Lendo a tag #primeiroassedio fiquei com lágrimas nos olhos. Admiro muito quem consegue falar sobre isso. Ainda não consigo”. O trauma atualiza-se, comporta-se de maneira intrusiva. “#primeiroassedio Ainda tenho medo, aquele que fica martelando na sua cabeça e você sabe que não é real. Mas eu sobrevivo, de algum jeito”. Os afetos relacionados ao traumatismo aparecem nas pequenas histórias como índice do que não se pode narrar. “Me sinto mal por ainda não conseguir compartilhar sobre o meu #primeiroassedio pq eu não quero pensar nisso, qdo penso quero morrer”. E o tempo cronológico parece não ser capaz de afastar os efeitos do traumatismo sobre o corpo. “Droga, a sensação que eu senti naquele dia voltou. É realmente traumático pra uma criança. Mais de 20 anos e não passa. #primeiroassedio”.

Um trauma não se instaura a partir de um evento qualquer, adverte o psicanalista Dal Molin (2009). Considerando formulações do sociólogo Jeffrey Charles Alexander (2004) acerca dos traumas culturais, ele explica que um trauma é também uma “[...] atribuição

socialmente mediada” (DAL MOLIN, 2009, p. 82). A mediação de que se fala refere-se à organização narrativa a respeito do trauma e à lacuna que se constrói entre o evento e sua representação. Nesse contexto, tomando como referência as contribuições de Ferenczi, o autor indica que, além da vítima e do agressor, atua com papel crucial o potencial receptor da comunicação sobre a violência. A relevância desse terceiro está no reconhecimento e na validade do sofrimento de quem narra. O não reconhecimento do trauma sexual agravaria a responsabilidade da vítima pelo próprio sofrimento, aprofundando o trauma, potencializando uma suposta culpa, argumenta o autor.

Em alguns casos de trauma sexual no modelo ferenciano, o choque causado pelo não reconhecimento, pelo sentimento de ‘estar sozinho’ (Ferenczi, 1995, p. 201), em completo desamparo, é vivido como algo mais terrível que o próprio abuso. Dito de outro modo, o isolamento gerado pelo sentimento de que não se pode contar com mais ninguém passa a funcionar como pedra angular do trauma, e interrompe as tentativas de comunicação e posterior elaboração de sentido. (DAL MOLIN, 2009, p. 82).

O autor destaca a importância da existência de uma figura que seja capaz de atender à demanda de comunicação sobre o evento disruptivo, favorecendo a representação e operando a retirada do evento do âmbito privado por meio da validação da experiência: “Leia-se, oficializar a realidade experimentada pela vítima perante o grupo social ao qual ela pertence” (DAL MOLIN, 2009, p. 83). Essas figuras capazes de operar essa validação são chamadas de porta-vozes. Elas estariam dispostas a ouvir, acolher e projetar o clamor do trauma para uma certa audiência. A ausência desse terceiro ator no contexto imediato da experiência é registrada em inúmeras pequenas histórias que compõem o banco em análise. Ao mesmo tempo, a disponibilidade de partilha de testemunhos por meio da *hashtag* #PrimeiroAssédio indica que a rede de perfis conectados pela *hashtag* #PrimeiroAssédio, majoritariamente dispostos a uma recepção empática dos relatos, cumpriu, de alguma maneira, essa função de porta-voz.

Nunca contei pros meus pais nem pra minha vó. Eu sabia que não acreditariam ou tirariam satisfação e ele desmentiria. #primeiroassedio

O pior do meu #primeiroassedio foi meus pais ã terem acreditado em mim quando eu contei. Consequentemente ã tomaram providência alguma.

Acontece sim. Acontece muito. E muitos pais nem acreditam, assim como os meus não acreditaram. Pais, escutem suas crianças! #primeiroassedio

O pior do #primeiroassedio foi ninguém acreditar em mim. Afinal, eu tinha 8 anos e estava fantasiando.

Há muitas formas de narrar o abuso sexual vivido na infância e na adolescência. Franco e colaboradores (2012) propõem, a partir da observação da psicologia clínica, algumas categorias possíveis de relatos do abuso sexual. O modo compulsivo caracteriza uma maneira repetitiva de relatar a experiência traumática, em que ocorre uma tentativa de descarregar um afeto que inunda o sujeito e, por não cessar o sofrimento, a operação é seguidamente repetida. Outra forma possível é o relato desprovido de afeto, em que o sujeito relaciona os fatos de maneira distante, como se não fizesse parte de sua história de vida ou de seus sofrimentos. Nesse caso, os autores falam em devastação psíquica resultante do trauma. Citam também o modo colaborativo, em que ele consegue reunir representações e emoções que haviam sido desligadas com a colaboração de um interlocutor que ouve e acolhe, função que pode ser desempenhada pelo analista.

Os autores observam que, na clínica do traumatismo sexual, o vínculo transferencial torna possível àquele que narra também ouvir a própria história, “[...] o que pode não ter sido capaz de fazer por muito tempo” (FRANCO *et al.*, 2012). Há ainda o modo catártico de narrar, que funciona por meio da descarga de afetos. No entanto, pelo que apontam a teorização e as práticas clínicas acerca do trauma, narrar é um caminho a ser feito, mas não a qualquer custo.

França (2020) observa incertezas do manejo clínico. Se, por um lado, o silêncio poderia perpetuar indefinidamente os efeitos do trauma, por outro, romper a cápsula do silêncio também poderia “[...] abrir uma ferida e desestabilizar um tênue equilíbrio psíquico” (FRANÇA, 2020, p. 74). Ao tocar sobre esse ponto a respeito da narração induzida, por vezes forçada, a psicanalista considera a possibilidade de o ato de narrar se constituir como uma forma de produzir violência secundária e, portanto, novos traumatismos.

Temos assistido a isso no campo da violência sexual infantojuvenil aqui no Brasil, em que crianças e jovens precisam produzir a prova do abuso sexual através da narrativa das violências sofridas – o que não deixa de ser uma nova forma de violência a provocar retraumatismos. Vale lembrar a lição de Roland Barthes: ‘obrigar a dizer pode ser tão violento quanto forçar a calar’. (FRANÇA, 2020, p. 74).

Considerando a busca pela produção de sentido acerca do evento disruptivo por meio da narração, França (2020) aposta no que chama de “potencialidade do trauma”. Ela faz referência a um percurso que perpassa o luto e um trabalho de transcrição, de modo a tornar a experiência representável, construindo um sentido para a dor. “É possível promover recomposições simbólicas, devolvendo continuidade à realidade interrompida” (FRANÇA, 2020, p. 77). Trazendo de volta o tema da alteridade no processo de superação da ruptura traumática, França (2020, p. 77) cita Uchitel (2018) para afirmar que “[...] não há saída

individual para o trauma”. Nessa direção, podem ser destacadas as potencialidades de uma narração compartilhada, que ganhe força e legitimidade a partir de uma voz coletiva.

Se considerarmos válida a ideia de que a violência de gênero praticada contra um corpo-lugar posicionado como feminino atinge, de maneira indireta, todos os corpos a este alinhados por identidade; se considerarmos que a violação de direitos de uma única vítima produz efeitos sobre uma infinidade de outras existências, podemos, então, observar a questão do trauma pelo viés da cultura, numa perspectiva apontada por Felman (2014) e trazida para pensar a violência de gênero pelas pesquisadoras Poll, Alves e Perrone (2018). As autoras buscam delinear a violência de gênero como um trauma cultural que habita o inconsciente cultural e manifesta-se pela repetição e pela invisibilidade de suas manifestações camufladas pelo véu da naturalização. Elas analisam o caráter antinarrativo da violência de gênero, a ser percebido pela ausência, pelos inúmeros obstáculos culturais impostos historicamente à produção de narrativas acerca do tema.

Poll, Alves e Perrone (2018) referem-se à violência de gênero pelo viés da cultura e, assim, conseguem apontar traumas culturais advindos de práticas cotidianas violentas que, pela ausência de reconhecimento, adquirem um caráter traumático, assumindo uma dinâmica repetitiva, não elaborada, associada a valores que as chancelam como “naturais”. Como reflexo dessa legitimação de práticas violentas, ressaltam a ausência de espaços coletivos para fala, escuta e expressão dos sujeitos alvos de violência de gênero.

Desse ponto de vista, é sugestivo pensar que parte da energia catártica das narrativas compartilhadas acerca de assuntos-tabu para certas culturas advenham justamente de sua potência mobilizadora de afetos que envolvam traumas culturais. As narrativas têm capacidade de produzir deslocamentos de corpos-lugares, de relações de poder e, assim, engajar uma desobediência coletiva às paredes de contenção que mantêm temas, como a violência sexual contra crianças e adolescentes, recolhidos às sombras, revestidos de invisibilidade perante a cultura.

Poll, Alves e Perrone (2018, p. 90) afirmam que “[...] a cultura, mesmo sentindo os efeitos traumáticos da violência de gênero, possui dificuldade em reconhecê-los e, dessa forma, de elaborá-los e de agregá-los em uma narrativa da cultura, operando na sua negação”. Podemos aqui dialogar com as autoras observando que essa dificuldade reflete as forças e as estruturas de poder do regime patriarcal que atuam para perpetuar certos corpos em posição de poder, de modo a continuarem gozando de privilégios, em uma complexa engrenagem manifesta não só em comportamentos e costumes, mas na profunda equação que atua sobre a produção de desejo.

Como ação estratégica, a narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio ocupou esse vácuo, atuando no sentido de abrir espaço para o reconhecimento e para a nomeação de vivências traumáticas experimentadas por um sem-número de corpos alinhados com o feminino. Estes atuaram, então, como narradores e narradoras, principalmente, ofertaram um anteparo social para registrar e propagar as marcas deixadas por tais experiências. A ação contribuiu também para reposicionar os eventos em suas histórias de vida a partir de outras possibilidades de significação. Dessa maneira, a mobilização atuou no sentido da desnaturalização: produziu reconhecimento e validade para as dores, afirmou o caráter violento de condutas arraigadas nos costumes e tornou visível todo um espectro de violências sexuais cotidianamente praticadas na cultura brasileira.

Nas pequenas histórias que compõem a narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio, observou-se uma variedade de modos de narrar episódios de violências sexuais. Os voláteis vínculos estabelecidos entre os usuários das redes sociais, que se conectam por meio do artifício da *hashtag*, apresentaram-se relevantes para a validação da palavra das vítimas de violências sexuais e para produzir deslocamentos dos corpos-lugares femininos. A rede que se constituiu a partir dos registros dos traumas individuais projetou diversas faces que a violência sexual pode assumir num amplo cenário, de perspectiva coletiva.

Participantes reconheceram méritos da campanha por evidenciar esse panorama da violência que marca corpos femininos desde a infância e atua para a produção de uma certa *performance* de gênero. A descrição reiterada das condutas registradas nas pequenas histórias revela os mecanismos de operação do regime de poder patriarcal para além das frias estatísticas propagadas por pesquisas sobre violência de gênero: “importante a tag #PrimeiroAssedio Parabéns @ThinkOlga todas temos uma história dessa para contar”.

A validação das experiências permitiu difundir outras posturas possíveis para vítimas, construindo outro repertório possível de afetos aos corpos-lugares alcançados por tais violências: “Antes de tweetar a tag #PrimeiroAssedio, hesitei. Vergonha. Espera! Quem devia se sentir assim são os homens desse tipo, não eu. Postei”. Afirmou-se, com a narrativa compartilhada, a possibilidade de reação diante das investidas: “+ não parou. Então dei uma cotovelada no p dele e disse bem alto: só assim p afastar o pinto de mim ne? Ele saiu do vagão #primeiroassedio”.

Afirmou-se também a legitimidade dos espaços de interação nas redes sociais para as mobilizações pelo enfrentamento do problema da violência sexual, destacadamente contra crianças, adolescentes e mulheres: “#primeiroassedio VAI TER RECLAMAÇÃO SIM, VAI

TER AINDA MAIS RECLAMAÇÃO NA INTERNET SIM, SE TÁ ACHANDO RUIIM SAI DO TT, PQ N VAMOS NOS CALAR”.

A narrativa compartilhada #PrimeiroAssédio foi identificada como um tipo de ação que trouxe um reconhecimento dos ganhos já obtidos e ainda possíveis a partir das mobilizações de caráter feminista: “as coisas que estao na tag #PrimeiroAssedio são de partir o coração Precisamos sim do feminismo”.

## 5 CONCLUSÃO

Orientado por metodologias de pesquisa narrativa e suas tradições na Psicologia Social, este estudo de caso investiga como a *hashtag* #PrimeiroAssédio mobilizou, discursivamente, milhares de relatos de vítimas de violência sexual no *site* de rede social Twitter, a partir de convocação realizada pela ONG Think Olga, em outubro de 2015. Observei que a ação agregou histórias compartilhadas e produziu uma narrativa em rede. Técnicas de análise narrativa mediada foram empregadas e, a partir dos achados, é possível afirmar que o compartilhamento de pequenas histórias, na forma de tuítes marcados pela *hashtag*, desencadeou processos de identificação entre os narradores e promoveu a partilha de recursos de nomeação para violências vividas. Destaco nesta análise a centralidade da variável “gênero” para a constituição de uma voz coletiva que conferiu autoridade e legitimidade ao que se configurou como testemunho que revela a permissividade da cultura brasileira a práticas de violência sexual contra meninas e mulheres.

Ao examinar as histórias compartilhadas e interligadas por conversação em rede, investiguei como tal dinâmica foi empregada como estratégia para o enfrentamento da violência sexual no contexto da cultura brasileira naquele período. Neste estudo de caso, um conjunto de narrativas produzidas pelos usuários do Twitter e interligadas pela *hashtag* #PrimeiroAssédio constituem unidades de análise exploradas em conjunto. O *corpus* analisado é formado por mais de 15.000 tuítes, entre originais, retuítes, respostas e menções. Os tuítes, ou sequências deles, foram considerados pequenas histórias (*small stories*). As interações entre os narradores produzem histórias compartilhadas (*shared stories*). Essas publicações interligadas foram lidas como narrativa em rede (*networked narrative*). Esta abordagem se torna possível com o suporte de um referencial teórico e metodológico que permitiu mapear interseções e observar ainda aspectos de narrativas dominantes manifestas. A análise do conjunto reflete regimes de poder instituídos que atuam sobre sujeitos socioculturalmente posicionados (*corpos-lugares*), regulando *performances* sociais. Para tanto, foram observados aspectos estruturais, discursivos e *performativos*, de modo a evidenciar as dinâmicas de interação que favoreceram o compartilhamento dos testemunhos apresentados no âmbito da mobilização e os sentidos coletivamente negociados e constituídos para as vivências narradas.

Ao considerar que a convocação à partilha de memórias de violências sexuais sofridas foi propagada pela organização Think Olga nas plataformas Facebook e Twitter e que a narrativa em rede analisada é formada por um conjunto de tuítes integrados por uma *hashtag*, destaca-se a relevância de aspectos técnicos característicos do ambiente de interação



que condicionaram a elaboração da narrativa. As limitações aos tipos de conteúdos compartilhados, o número de caracteres estabelecidos pela plataforma para cada peça do quebra-cabeça, os mecanismos previstos para a interação entre os narradores, as reações possíveis no sistema para manifestar aprovação ou desaprovação às publicações – tudo isso aponta para o meio e evidencia como o suporte de produção influenciou a elaboração e as possibilidades de leitura da história. A *hashtag* mostrou-se peça-chave: sua face tecnológica operou como engrenagem de conexão entre as pequenas histórias; e sua face semântica como um recurso de nomeação às experiências narradas.

A leitura da narrativa em rede #PrimeiroAssédio como um testemunho coletivo permite afirmar que a violência sexual é risco previsível às trajetórias de corpos identificados como femininos na sociedade brasileira. Cada pequena história é significativa no curso de vida de um sujeito. As histórias compartilhadas, narradas coletivamente, possibilitam enxergar o funcionamento do sistema que produz os corpos-lugares e seus regimes de opressão. O medo é ensinado desde cedo às meninas, conforme mostrou a narrativa em rede. Roteiros imprecisos prescrevem modos de minimizar riscos. Partilham-se aprendizados sociais sobre como lidar com os acontecimentos violentos. Tornar-se menina e mulher no Brasil passa por tomar tais lições e também desafiá-las, seja nos contextos familiar e escolar, nas relações sociais engendradas no espaço público e nos modelos de feminino propagados midiaticamente. “Toda mulher já foi vítima de assédio”, bradou o coro emergente da narrativa analisada.

Ao constatar que não há propriamente novidades nesses fatos apresentados pelas histórias agregadas pela campanha #PrimeiroAssédio, evidencia-se que não decorre deste aspecto o impacto da mobilização. Como origem da potência *performática* da ação, a análise aponta a quebra de um pacto de invisibilidade que ainda acoberta violências cotidianas, de caráter sexual, voltadas majoritariamente a corpos femininos. Como numa manifestação de rua, a convocação propôs justamente registrar em tuítes, como se cartazes fossem, as memórias de violências sexuais vividas; destacar com cores chamativas as marcas deixadas nos corpos; e juntar-se à multidão que se manifestava, não nas ruas, mas nas plataformas digitais de interação, para dar a dimensão da prevalência social de tais experiências para meninas e mulheres.

A narrativa compartilhada em rede demonstra como os obstáculos que geralmente se impõem às denúncias de violências sexuais, sob riscos de revitimizações, contribuem para manter histórias restritas à circulação em âmbito privado ou institucional, a exemplo de instâncias policiais, jurídicas e sanitárias. Levar a público um relato de violência sexual costuma custar às vítimas a transposição de uma série de barreiras e riscos de novas agressões. Quando

os crimes são perpetrados contra crianças e adolescentes, as barreiras tornam-se ainda maiores. A narrativa analisada apontou obstáculos como nomear a violência; reconhecer-se vítima; encarar o outro como agressor; encontrar apoio para validar a queixa e sustentar uma denúncia; lidar com estigmas; enfrentar traumas, sentimentos frequentes como medo, culpa, vergonha, entre outros tantos mencionados por aqueles que compartilharam suas histórias com o recurso da *hashtag*. As agruras narradas pelas vítimas de violência sexual demonstram como tais obstáculos servem a um regime de poder que se vale de vulnerabilidades, de diversas ordens, para práticas aviltantes e lesivas. Assim, condutas sabidamente criminosas perante a legislação vigente seguem toleradas na miudeza cotidiana.

Observa-se que o impacto social da mobilização #PrimeiroAssédio deu-se, em parte, por seu aspecto subversivo, pela suspensão de uma espécie de véu, constituído histórica e culturalmente para ocultar as histórias de violência sexual à sombra da intimidade, o que contribui para a manutenção de relações de sujeição e perpetuação de violências. Os milhares de pequenas histórias, sobrepostas, reiteraram e repetiram situações e contextos, apresentando rostos e lugares conhecidos, humanizando as frias estatísticas e indicando fatores que contribuem para a subnotificação de casos de violência sexual no Brasil. As pequenas histórias e a narrativa compartilhada em rede evidenciam como operam os sistemas de opressões e favorecem enfrentamentos.

Situados numa dimensão comum de vivência sociocultural, as narradoras empreenderam uma jornada de nomeação das violências, articulando o aspecto semântico da *hashtag* #PrimeiroAssédio com as memórias registradas como pequenas histórias. Ocorreu então uma dinâmica de partilha e pareamento de experiências: um movimento pendular que levou aqueles alcançados pela convocação ou pelas pequenas histórias compartilhadas a revisitarem suas próprias histórias de vida e reconhecerem acontecimentos que, dentro de parâmetros atualizados de tolerância, são passíveis de serem apontados como violências sexuais. Os caminhos para tanto mostraram-se diversos. Incluíram desde afirmar a impossibilidade de narrar, o que já pressupõe um acontecimento, passando pelo uso de eufemismos, até encarar o peso das palavras que situam condutas como crimes: abusar, molestar, assediar, estuprar.

O processo de nomeação empreendido pela ação e descrito pela narrativa apontou para a construção de um conjunto de saberes em um recorte da vida social, em um certo momento histórico, em que se mostrou possível reivindicar o direito à autonomia dos corpos femininos. Tratou-se também de atualizar e difundir a noção de consentimento e seus limites, como a impossibilidade de consentir, legalmente estabelecida, inerente à condição de crianças e adolescentes menores de 14 anos. O limite se impõe também diante de quaisquer outras

razões, permanentes ou temporárias, que prejudiquem a possibilidade de julgamento ou a capacidade de oferecer resistência a abordagens de cunho sexual.

A força do testemunho coletivo de mulheres, esta demonstrada com a mobilização organizada em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio, tem sido estratégica para os movimentos feministas que buscam lançar luz sobre restrições de direitos e enfrentam barreiras para abordar temas interditados culturalmente. Apontar o que a sociedade finge não ver é uma atitude de desobediência ao regime de poder patriarcal. Como tática, desfaz-se o pacto que, cinicamente, caracteriza os casos de violência sexual como excepcionais e, portanto, distantes da vida ordinária. Situar tais experiências no cotidiano leva à produção de deslocamentos de corpos-lugares, estejam esses caracterizados como masculinos ou femininos.

Se as narrativas compartilhadas e as narrativas em rede não se restringem ao ambiente *web*, este estudo de caso demonstra que estas encontram, nas engrenagens dos *sites* de redes sociais, as condições favoráveis para adquirirem grandes proporções e ocuparem a cena pública, com a força *performática* que impulsiona a visibilidade para o tópico em discussão. A malha discursiva tecida a partir dos sujeitos representados por seus perfis faz barulho, ocupa espaço, produz uma cena difícil de ser ignorada pela sociedade em rede. Há um caráter de corporeidade na manifestação que ergue uma voz coletiva.

Na análise dos movimentos inerentes à produção da narrativa compartilhada em rede, merece destaque o fato de o convite à partilha de memórias de vítimas de violência sexual ter ocorrido como reação a ataques, por meio de postagens em plataformas de redes sociais, à imagem de uma menina de 12 anos, branca, loira, com olhos azuis, de classe média, que participava de um *reality show* infantil de gastronomia veiculado na televisão aberta brasileira. Essa foi uma imagem potente para mobilizar afetos e provocar o ímpeto protetor inerente à noção de infância socialmente construída e partilhada.

A corpos como o da garota V. os vetores de poder vigentes no Brasil costumam permitir, ao menos em alguma medida, acesso a mecanismos de proteção devidos, sejam aqueles previstos na legislação ou aqueles considerados apropriados pelo meio social. As notícias acerca do episódio indicam providências familiares para que a menina não acessasse, então, as mensagens violentas. A produção do programa de televisão teria reduzido a exposição de sua imagem para minimizar as agressões. Medidas policiais e jurídicas foram tomadas na tentativa de identificar e punir agressores, embora sem sucesso. Diversas celebridades se mobilizaram em defesa da garota e em apoio à campanha #PrimeiroAssédio. A opinião pública foi mobilizada. A expressiva adesão à proposta, com compartilhamento de milhares de relatos, demonstra a capacidade mobilizadora dessa imagem de referência, fundamental para alavancar

a *hashtag* como um dos principais tópicos de conversação em rede naquele momento. As perguntas que despontam são: e se fosse uma menina negra? E por que tal indignação não protege, cotidianamente, as meninas e mulheres pobres do Brasil, vítimas de violências brutais, entre as quais a violência sexual?

Tais questões extrapolam as possibilidades de resposta deste estudo, considerando o banco de dados em análise, porém, sobre as marcas de gênero, raça e classe inerentes às histórias analisadas, é possível fazer algumas considerações. Foi mesmo a variável “gênero” que ficou apresentada em primeiro plano, nas histórias narradas, como fator determinante para posicionar um corpo como alvo em potencial de violência sexual. “Toda menina”, “toda mulher”, “todas nós já sofremos assédio”, repetiam as vozes emergentes da narrativa em rede, destacando uma dimensão comum de experiência para os sujeitos identificados com o feminino. Ao lado do pronome “nós”, ergueu-se também a figura daquele de quem se fala: “eles”, o sujeito masculino que predomina como personagem agressor nas estatísticas e na narrativa em questão.

Reforçando essas marcações do par agressor masculino x vítima feminina, a narrativa demonstrou como as sucessivas experiências de violência sexual atuam para a produção de uma certa *performatividade* de gênero associada ao feminino, que se expressa numa expectativa de submissão frente às investidas sexuais masculinas, produzindo expressões de fragilidade, de recato, de resguardo do corpo e da intimidade, a ponto de limitar existências e esconder as próprias marcas de violências.

A convocação que mobilizou a partilha de relatos se valeu desse reconhecimento de um lugar social reservado aos corpos femininos. Processos de identificação foram articulados na narrativa a partir de categorias identitárias como “menina” e “mulher”, entre outras. Esses foram recursos empregados para demarcar um terreno comum de experiência a partir de corpos-lugares. Um coro de muitas vozes projetou-se como protagonista, narrador em primeira pessoa do plural: “nós”. Pistas deixam saber que os corpos que falam por meio das pequenas histórias não têm sempre a mesma cor de pele, não são pertencentes à mesma classe social, não possuem a mesmo nível de escolaridade, mas, ainda assim, articulam-se estrategicamente por meio de categorias identitárias para validar socialmente as denúncias das violências, sejam cotidianas ou extraordinárias, mas que marcam seus corpos e subjetividades.

A aglutinação de ordem identitária favorece a estratégia de *performance* como multidão: quantas mais narrassem, maior seria a projeção da *hashtag* no contexto da plataforma Twitter, maior também, portanto, a visibilidade para a causa em debate. Cada pequena história carregava a força de um testemunho que queria encontrar, na dinâmica de conversação, a cumplicidade da legitimação. O saber partilhado entre as narradoras era o saber da experiência,

mas também dos afetos comuns a quem habita corpos-lugares, senão iguais, pareáveis na ordem da cultura.

Por outro lado, a estratégia identitária recorre a categorias universalizantes que não dão destaque a especificidades que levam opressões a atingirem distintos corpos de maneiras diferentes. Frente a essa questão, a narrativa compartilhada em rede #PrimeiroAssédio não foi eficiente. Por exemplo: mostraram-se presentes, mas bastante diluídas no conjunto, questões relativas às vulnerabilidades das crianças pobres, que sofrem com a fragilização das redes de cuidado, seja nos ambientes familiar e escolar e na vizinha das periferias brasileiras. Não houve destaque, no âmbito da narrativa analisada, para o debate sobre a hipersexualização do corpo da mulher negra ou das marcações de “beleza exótica” para aquelas com feições não brancas. Também ficou em segundo plano a discussão sobre as violências cotidianas a que estão submetidas as trabalhadoras, especialmente as domésticas. Considero que o reduzido destaque às vulnerabilidades de raça e classe, entre outras, reflete a relativa invisibilidade desses corpos e dessas causas na própria sociedade brasileira, reflexo do racismo estrutural de raízes coloniais.

Vale, ainda nesta seção de considerações finais, ressituar o fenômeno analisado em contexto mais amplo, para observar mudanças sociais relacionadas. A mobilização que empregou a *hashtag* #PrimeiroAssédio pode ser lida como produto de um contexto específico, que proporcionou condições para a emergência de uma narrativa em rede voltada à negociação coletiva e atualização de parâmetros para a nomeação de violências sexuais. Para tanto, foram relevantes fatores técnicos, sociais, culturais e políticos que favoreceram a sensibilização de um certo segmento de público para a conversação acerca do tópico, com o apoio de cobertura midiática, projetando o tema, de maneira sustentada, na pauta nacional.

O fenômeno está também associado a um espírito do tempo que tem favorecido a partilha de memórias, antes resguardadas pelo véu da intimidade, na forma de testemunhos públicos que circulam nos *sites* de redes sociais. A produção de narrativa em rede como tática de mobilização já havia sido empregada nacional e internacionalmente e continuou a ser replicada por iniciativas de mulheres e organizações reconhecidas e nomeadas como feministas. Esta estratégia de produção narrativa, de caráter pessoal e coletivo, tem se mostrado eficiente para projetar debates para além de muros institucionais e acadêmicos, reforçando a tese de que o pessoal é político. Estimular o olhar crítico para a vida cotidiana, por meio das conversações em rede com potencial de influenciar o agendamento do debate público, tem provocado estranhamentos e enfrentamentos de aspectos da cultura patriarcal arbitrária.

De 2015, ano da mobilização #PrimeiroAssédio, a 2022, quando finalizo este estudo de caso, inúmeras outras *hashtags* engajaram a opinião pública no debate sobre violência

sexual, com a dinâmica de convocação de testemunhos, sendo alguns exemplos relevantes para o contexto brasileiro: #MeuMotoristaAbusador, #MeuMotoristaAssediador, #MexeuComUmaMexeuComTodas, #ChegaDeAssédio, #MeuCorpoMinhasRegras, #NãoMereçoSerEstuprada, #Exposed (nome da cidade), #AgoraVcSabe.

Um breve exame das mobilizações citadas sugere que as etapas de convocação, identificação e nomeação sejam passíveis de emprego na análise de outras mobilizações também voltadas à produção de narrativas compartilhadas em rede, com o propósito de denunciar e negociar termos para a identificação e nomeação de violências. A visibilidade conferida às *hashtags* tem contribuído para a difusão de noções de direitos e, em alguns casos, para provocar mudanças diante de situações danosas, mas ainda normalizadas pela cultura nacional. Se o uso do ciberespaço como dimensão de interação, organização, construção de saberes e ação é marca do que se convencionou chamar de quarta onda do movimento feminista, é também possível afirmar que a produção de narrativas em rede, com emprego de *hashtags* apontadas como feministas, tem sido tática recorrente e eficiente de mobilização nesse contexto.

Em 2022, os panoramas mundial e também o brasileiro relativos aos direitos das mulheres sobre seus corpos é de ameaças e enfrentamentos. O avanço político de forças conservadoras em diversos países tem ocasionado a revisão de direitos já conquistados e, em alguns casos, a concretização de retrocessos. De terrenos de batalhas que alguns supunham pacificados têm se erguido forças autoritárias, que jorram misoginia a céu aberto. Expressam o desejo de reaver ou manter domínio sobre os corpos femininos, com ênfase na velha conhecida obsessão pelo controle sexual e reprodutivo. Defesa de “obrigações conjugais”, “maternidade compulsória”, inclusive para corpos infantis, são alguns dos despautérios que se manifestam discursivamente na cena pública do Brasil de 2022.

A pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, e os decorrentes períodos de isolamento social e aprofundamento da crise econômica, com agravamento de vulnerabilidades sociais, contribuíram para desarticular redes de proteção importantes para a promoção de cuidados e assistência em casos de violência física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. Com isso, estatísticas indicam crescimento da violência, que certamente é ainda maior, considerando o também provável aumento de subnotificações. Órgãos como a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde apontam o fortalecimento e a manutenção de vínculos sociais como recursos importantes para combater a vitimização de mulheres e crianças.

Ao mesmo tempo que crescem os registros de violências, no panorama legal brasileiro registraram-se progressos. São de 2015 a Lei Joana Maranhão (nº 12.650/2015) – que

eleva para 20 anos, a partir da maioridade da vítima, os prazos de prescrição para crime de abuso sexual de crianças e adolescentes – e a Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015) – que define como qualificador para o crime de homicídio razão decorrente de reconhecimento da vítima como do sexo feminino. Em 2018, houve a promulgação da Lei de Importunação Sexual (13.718/2018), conduta que deixa de ser contravenção e prevê prisão de até cinco anos para quem cometer ato libidinoso contra alguém sem sua anuência. Em 2021, foi promulgada a Lei Mariana Ferrer (nº 14.245/2021), que protege vítimas de crimes sexuais de atos contra a sua integridade durante o processo judicial. Já a Lei nº 14.321/2022 tipifica o crime de violência institucional, caracterizada pela submissão de vítima de infração penal ou testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que provoquem situações de sofrimento ou estigmatização. Além disso, vêm se formando entendimentos, na jurisprudência brasileira, que permitem ampliar a caracterização do crime de estupro para condutas anteriormente julgadas como de menor gravidade, a exemplo da prática de ato libidinoso diante de pessoa menor de 14 anos. Os recursos legais citados podem ser considerados ganhos, frutos de pressão social, mas se sabe que apenas uma minoria da população é de fato beneficiada das proteções previstas em lei.

A provocação de conversação em rede acerca de temas ou casos específicos de violência, com vistas a angariar visibilidade, tem se tornado um meio recorrente para mobilizar a opinião pública e provocar a ação de instituições policiais, judiciárias e do poder público, a exemplo do Poder Legislativo. Além das narrativas em rede, conteúdos em texto, áudio e vídeos têm sido ferramentas fundamentais para o ativismo feminista. As disputas narrativas ganham força na era da chamada “pós-verdade”, expressão que aponta para a influência das emoções e crenças pessoais frente a fatos objetivos, quando se trata de lidar com a opinião pública. A sociedade das telas – das televisões, dos computadores e, cada vez mais, dos celulares – tem, nesse artefato, inúmeras janelas para acompanhamento e participação no debate público acerca de costumes marcados pela cultura patriarcal à moda brasileira.

Urge debater, com seriedade, o papel das grandes corporações que interferem, com seus algoritmos, linhas editoriais e interesses comerciais, institucionais e políticos, no debate público. Um desafio que não esteve entre os objetivos desta pesquisa, mas que se ergue no horizonte, é saber o quanto esse debate alcança a vida cotidiana brasileira a ponto de produzir mudanças e em que contextos, mas esses já são rumos para outras incursões acadêmicas.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLA, J. Mobilizações feministas negras na crise da democracia: um estudo de caso com a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 44., 2020, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2020.
- ABDULALI, S. **Do que estamos falando quando falamos de estupro**. São Paulo: Vestígio, 2019.
- AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2017.
- ALENCAR, J. **Iracema**. Domínio Público. 1865. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000014.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- ALMEIDA, T.; PENSO, M. A.; COSTA, L. F. Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino?. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 46-67, 2009.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.
- ALVES FILHO, F.; CASTRO, B. D. R.; ALEXANDRE, L. R. B. #marcarporque - Funções sociorretóricas das hashtags no Twitter. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 85-110, 2012.
- ANDERSON, M.; TOOR, S. **How social media users have discussed sexual harassment since #MeToo went viral**. 2018. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/10/11/how-social-media-users-have-discussed-sexual-harassment-since-metoo-went-viral/>. Acesso em: 4 jul. 2021.
- ANDREWS, M.; SQUIRE, C.; TAMBOUKOU, M. **Doing narrative research**. London: Sage, 2011.
- ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. *In: PRIORE, M. (org.). História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 45-77.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARMSTRONG, E. A.; GLECKMAN-KRUT, M.; JOHNSON, L. Silence, power, and inequality: an intersectional approach to sexual violence. **Annual Review of Sociology**, [S.l.], v. 44, n. 1, p. 99-122, 2018.
- AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. **Speech genres and other late essays**. Austin: University of Texas, 1986.
- BAKHTIN, M. **The dialogic imagination: four essays**. Austin: University of Texas, 1981.



BAMBERG, M. Considering counter narratives. *In*: BAMBERG, M.; ANDREWS, M. (ed.). **Considering counter narratives: narrating, resisting, making sense**. Amsterdam: John Benjamins, 2004. p. 351-371.

BAMBERG, M. Master narratives. *In*: HERMAN, D.; JAHN, M.; RYAN, M.-L. (ed.). **The Routledge Encyclopedia of narrative theory**. New York: Routledge, 2005. p. 287-288.

BAMBERG, M. Stories: Big or small. **Narrative Inquiry**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 139-147, 2006.

BAMBERG, M. Freedom, narrative, and happiness. **Journal of Family Theory & Review**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 320-325, 2011a.

BAMBERG, M. Who am I? Narration and its contribution to self and identity. **Theory & Psychology**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 3-24, 2011b.

BAMBERG, M.; DEMUTH, C. Narrative inquiry: An interview with Michael Bamberg. **Europe's Journal of Psychology**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 14-28, 2016.

BAMBERG, M.; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text & Talk**, [S.l.], v. 28, n. 3, p. 377-396, 2008.

BARIFOUSE, R. Após Enem, filósofa francesa ganha acusações de nazista e pedófila na Wikipédia. **BBC News**, 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028\\_simone\\_beaupoir\\_wikipedia\\_ene\\_m\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028_simone_beaupoir_wikipedia_ene_m_rb). Acesso em: 19 jan. 2022.

BARRETO, O. F.; CECARELLI, P. R. Eva, Maria e Lilith: corpo de delito. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 43, p. 129-138, 2015.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. **Information Communication and Society**, [S.l.], v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

BILLIG, M. **Ideology and opinions: studies in rhetorical psychology**. London: Sage, 1991.

BIRMAN, J. Jogando com a verdade. Uma leitura de Foucault. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 301-324, 2002.

BIROLI, F. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 127-142, 2013.

BOGADO, M. Rua. *In*: HOLLANDA, H. B. (ed.). **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 23-60.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 210-230, 2008.

BOYNTON, G. R.; RICHARDSON, G. W. Agenda setting in the twenty-first century. **New Media and Society**, [S.l.], v. 18, n. 9, p. 1916-1934, 2016.

BRANCO JÚNIOR, E. C.; MACHADO, J. C.; MONTEIRO, J. M. Estratégias para proteção da privacidade de dados armazenados na nuvem. **Tópicos em Gerenciamento de Dados e Informações**, Curitiba, v. 1, p. 46-74, 2014.

BRANDALISE, C.; PEREZ, F. O grito das mulheres. **Istoé Independente**, São Paulo, n. 2397, 11 nov. 2015. Disponível em: [http://istoe.com.br/440121\\_o+grito+das+mulheres/](http://istoe.com.br/440121_o+grito+das+mulheres/). Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2015. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 maio 2015a.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2015b.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021. Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei

Mariana Ferrer). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.321, de 31 de março de 2022. Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º abr. 2022.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL, A. S.; GATTI, D. Corpo-lugar: ensaio reflexivo sobre um processo criativo em dança. **Moringa: Artes do Espetáculo**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 25-39, 2016.

BRASIL, M. C. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. 1500. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/livros_eletronicos/carta.pdf).

BRITO, M. S. O lugar que há em nós ou o corpo-lugar que somos nós. **Ilinx: Revista do Lume**, Campinas, v. 12, p. 12-22, 2017.

BRUNER, J. **O processo da educação geral**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

BURKE, T. **Just be inc**. 2006. Disponível em: <http://justbeinc.wixsite.com/justbeinc/home>. Acesso em: 19 out. 2018.

BUTLER, J. **Os sentidos do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 5.069/2013**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em: 10 set. 2016.

CARDOSO, C. L.; LIMA, N. Q.; ROCHA, H. C. L. Primavera das mulheres: uma análise da cobertura das revistas *Época* e *IstoÉ* acerca das manifestações das mulheres por direitos. In: CONGRESSO INTERCOM SÃO PAULO, 39., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, São Paulo, 6 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CARSTENSEN, G. Sexual harassment reconsidered: The forgotten gray zone. **Nora**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 267-280, 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAZARRÉ, M. 2015: o ano das mulheres. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/2015-o-ano-das-mulheres>. Acesso em: 10 set. 2016.

CETIC. **TIC domicílios 2015**. São Paulo: Cetic.br, 2015. Disponível em: [https://cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2015\\_coletiva\\_de\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2015_coletiva_de_imprensa.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

CHALHUB, S. **Funções da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COLLING, A. M. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 2, p. 707-727, 2015.

CONSUMERLAB, E. TV and media 2015. The empowered TV and media consumer's influence. **Consumerlab**, [S.l.], p. 7 2015.

COSTA, C. Rede. *In*: HOLLANDA, H. B. (ed.). **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 43-60.

COUNDOURIOTIS, E. "You only have your word": rape and testimony. **Human Rights Quarterly**, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 365-385, 2013.

CRENSHAW, K. Mapping the margins. **Stanford Law Review**, [S.l.], v. 43, n. 1, p. 67-85, 1990.

CRUZ, L. D. **#PrimeiroAssédio: processos de entextualização e categorização em discursos sobre feminismo na web**. 2017. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

DAL MOLIN, E. C. Trauma, silêncio e comunicação. *In*: FRANÇA, C. P. (ed.). **Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual**. São Paulo: Blucher, 2009. p. 63-86.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. **The handbook of narrative analysis**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DINIZ DA SILVA, C. **Hashtags sob o viés da semântica da enunciação**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

EL PAÍS. Primavera feminista no Brasil. **El País**, [S.l.], 12 nov. 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html). Acesso em: 24 jul. 2022.

FAIRCLOUGH, N.; MELO, I. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FALCI, M. K. Mulheres no Sertão nordestino. *In*: PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-277.

FARIA, J. Chega de Fiu Fiu! Cantada não é elogio. **BrasilTEDxSaoPaulo**, São Paulo, 2015a. Disponível em: [https://youtu.be/BpRyQ\\_yFjy8](https://youtu.be/BpRyQ_yFjy8). Acesso em: 24 jul. 2021.

FARIA, J. Chega de Fiu Fiu. **Vogue Brasil**, São Paulo, 23 maio 2017. Disponível em: <https://vogue.globo.com/marcas-parceiras/noticia/2017/05/chega-de-fiu-fiu.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FARIA, J. Hashtag transformação: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio - Think Olga. **PVMulher**, Brasília, DF, 30 out. 2015b. Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FARROW, R. From aggressive overtures to sexual assault: Harvey Weinstein's Accusers tell their stories. **The New Yorker**, New York, v. 13, p. 1-27, 2017.

FELMAN, S. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. São Paulo: Edipro, 2014.

FERNANDES, C. *et al.* As porosidades do consentimento. Pensando afetos e relações de intimidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 165-193, 2020.

FBSP. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

FBSP. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

FBSP. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (ed.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

FRANÇA, C. P. Buscando representações para o que não tem sentido nem nunca terá. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 69-81, 2020.

FRANÇA, C. P. Do grito de silêncio à reconstrução subjetiva. *In*: FRANÇA, C. P. (ed.). **Ecos do silêncio**: reverberações do traumatismo sexual. São Paulo: Blucher, 2017. p. 21-38.

FRANCO, A. N. *et al.* El modo de narrar el abuso sexual y la apropiación subjetiva del cuerpo en la adolescencia . *In:* FRANÇA, C. P. (ed.). **Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 97-116.

FRANCO, A. N. *et al.* Función, valor y efecto de los relatos sobre el abuso sexual infantil en el contexto de los tratamientos psicoanalíticos con puberes y adolescentes. *In:* CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y PRÁCTICA PROFESIONAL EN PSICOLOGÍA, 4., 2012, Buenos Aires. **Anales [...]**. Buenos Aires, 2012.

FREEMAN, M. Narrative as a mode of understanding: Method, theory, praxis. *In:* DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (ed.). **The handbook of narrative analysis**. Chichester: Wiley Blackwell, 2015a. p. 21-37.

FREEMAN, M. Narrative as a mode of understanding: Method, theory, praxis. *In:* DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (ed.). **The handbook of narrative analysis**. Chichester: Shutterstock, 2015b. p. 21-50.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In:* FREUD, S. **Obras completas Volume 6**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2003.

G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. **G1**, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GAY, R. **Hanger**. New York: HarperCollins, 2017.

GEORGAKOPOULOU, A. Small stories research. *In:* DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (ed.). **The handbook of narrative analysis**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015. p. 253-271.

GEPHI. **The Open Graph Viz Platform**. Disponível em: <https://gephi.org/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299-325, 2009.

GERMANO, I.; CASTRO, C. Pesquisa em saúde: perspectivas narrativistas, métodos e níveis de análise. **Psicologia Argumento**, Ribeirão Preto, v. 28, n. 60, p. 17-29, 2010.

GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF, n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, M. Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos. **Revista Cult**, São Paulo, v. 14, s.p., 2017.

GRAHAM, T. Black women are waiting for their# MeToo moment. **Boston Globe**, v. 15, [S.l.], 2018.

GRILLO, C.; OLIVEIRA, G.; BUSCATO, M. A primavera das mulheres. **Época**, São Paulo, 7 nov. 2015.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. São Paulo: 34, 2012.

GUNNARSSON, L. “Excuse me, but are you raping me now?”. Discourse and experience in (the grey areas of) sexual violence. **Nora**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 4-18, 2018.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. Encino: Edward Arnold, 1978.

HOBBS, A. One Year of #MeToo: The legacy of black women’s testimonies. **The New Yorker**, [S.l.], v. 9, p. 1-7, 2018.

HOOKS, B. **Erguer a voz**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. Refusing to be a victim: Accountability and responsibility. *In*: HOOKS, B. **Killing rage, ending racism**. New York: Henry Holt and Company, 1995. p. 277.

INEP; MEC. **Enem 2015 – Exame Nacional do Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 21 jan. 2022.

JONES, R. H.; NORRIS, S. **Discourse in Action**. London: Routledge, 2005.

KARLSSON, L. Towards a language of sexual gray zones: Feminist collective knowledge building through autobiographical multimedia storytelling. **Feminist Media Studies**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 210-224, 2019.

KASTNER, G. S. **Além da indexação: papel das hashtags na circulação do caso Valentina Schulz**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLINGER, D. Escrita de si como performance. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Salvador v. 10, n. 12, p. 11-30, 2008.

KOLTUV, B. B. **O livro de Lilith**. São Paulo: Cultrix, 2017.

LABOV, W. **Language in the inner city: Studies in the Black English vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.

LABOV, W. Some further steps in narrative analysis. **Journal of Narrative and Life History**, [S.l.], v. 7, n. 1-4, p. 395-415, 1997.

LABOV, W. Uncovering the event structure of narrative. *In*: TANNEN, D.; ALATIS, J. E.; TANNEN, D. (ed.). **Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics (GURT) 2001: Linguistics, Language, and the Real World Discourse and Beyond**. Washington: Georgetown University, 2003. p. 63-83.

LAURENCE, A. **AntConc: A Learner and Classroom Friendly, Multi-Platform Corpus Analysis Toolkit**. IWLeL 2004: An Interactive Workshop on Language e-Learning 7.

LE BRETON, D. **Antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2019.

LE MOS, R. DE O. **Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas**. 2016. 398 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade de teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOWENKRON, L. Menina ou moça?: menoridade e consentimento sexual. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 9-18, 2016.

MACKINNON, C. Rape: On coercion and consent. *In*: KATIE, C. (ed.). **Writing on the body: female embodiment and feminist theory**. Philadelphia: Temple University, 1997. p. 471-484.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990.

MARQUES, A. C. B. A educação das meninas. **O Povo**, Fortaleza, 29 out. 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2015/10/29/noticiasjornalopiniao,3525999/a-educacao-das-meninas.shtml>. Acesso em: 10 set. 2016.

MARQUES, A. C. B.; GERMANO, I. M. P. Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede. *In*: COLAÇO, V. F. R. *et al.* (org.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão, 2019. p. 479-512.

MARQUES, A. C. B.; GERMANO, I. M. P. Identificações e afetos em campanhas em redes sociais contra abusos sexuais de crianças e adolescentes. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA, 8., 2020, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Jubra, 2020. p. 240-245.

MARQUES, A. C. B.; GERMANO, I. M. P. Mulheres, silêncios e os novos feminismos. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 129-131, 2018.

MARQUES, A. C. B.; GERMANO, I. M. P. Quebrando o silêncio: revelação, sororidade e ativismo de gênero na campanha #PrimeiroAssedioS. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL



SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA, 7., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017.

MARTINS, C.; MIRANDA, D. C. B. Erotização e sexualização do corpo: representações sociais da mulher brasileira. **Revista Gênero na Amazônia**, Belém, v. 16, n. 18, p. 131-145, 2020.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MÉLLO, R. P. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: UFPA, 2006.

MÉLLO, R. P. *et al.* Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 26-32, 2007.

MELO, N. V. *et al.* Estratégias discursivas do ativismo feminino em rede. Estratégias discursivas do ativismo feminino em rede. *In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 37., 2018, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, 2018.

MOTTA, L. G. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade?. *In: PEREIRA, F.; ADGHIRNI, Z. L.; MOURA, D. (org.). Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 219-241.

NABOKOV, V. **Lolita**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEVES, G. S. **Narrativas pessoais como ação política nas redes sociais: o caso hashtag #PrimeiroAssédio**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NOGUEIRA, C. “Ter” ou “fazer” o gênero: o dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. *In: GUARESCHI, N. (ed.). Estratégias de invenção do presente*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 220-255.

OKABAYASHI, N. Y. T. *et al.* Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil - impacto do isolamento social pela Covid-19. **Brazilian Journal of Health Review**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 4511-4531, 2020.

ONG Think Olga. **Site do Think Olga**. 2022. Disponível em: <https://thinkolga.com>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PAGE, R. Narration. **Pragmatics of Social Media**, [S.l.], 2017.

PAGE, R. **Narratives: shared stories in social media**. Cambridge: Cambridge University, 2018.

PAGE, R.; HARPER, R.; FROBENIUS, M. From small stories to networked narrative. **Narrative Inquiry**, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 192-213, 2013.

PATEMAN, C. **The problem of political obligation: a critique of liberal theory**. Berkeley: University of California, 1985.

- PATROCÍNIO, C. Quando uma menina de 12 anos no MasterChef Jr desperta o desejo de homens adultos precisamos falar sobre a cultura do estupro. **Medium**, São Paulo, 21 out. 2015. Disponível em: <https://medium.com/polemiquinas-com-a-carol-patrocinio/quando-uma-menina-de-12-anos-no-masterchef-jr-desperta-o-desejo-de-homens-adultos-precisamos-falar-503567b2778d>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- PERDIGÃO, L. #PrimeiroAssédio: uma breve análise sobre relatos e feminismo na rede. **Labic**, Vitória, 6 nov. 2015. Disponível em: <http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analise-sobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>. Acesso em: 9 abr. 2020.
- PERROT, M. Corpos subjugados. *In*: PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005a. p. 447-453.
- PERROT, M. Introdução. *In*: PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005b.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, M. Os silêncios do corpo da mulher. *In*: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. (ed.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003. p. 13-27.
- PERRY, K.-K. Y. Geographies of power: black women mobilizing intersectionality in Brazil. **Meridians**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 94-120, 2016.
- PIEIDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.
- PIMENTEL, E. **Uma nova questão social?: raízes materiais e humano-sociais**. Alagoas: UFAL, 2007.
- POLL, M. v. M.; ALVES, F. O.; PERRONE, C. M. Violência cultural de gênero: uma discussão sob a perspectiva do trauma cultural. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 89-96, 2018.
- POTTER, J.; WIGGINS, S. Discursive psychology. *In*: WILLIG, C.; ROGERS, W. (ed.). **Handbook of Qualitative Research in Psychology**. London: Sage, 2007. p. 73-90.
- PRIORE, M. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 25-37.
- RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. *In*: PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 11-44.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- RECUERO, R. Tipologia de redes sociais brasileiras no Fotolog.com. **E-Compós**, Brasília, DF, v. 9, p. 1, 2007.

RECUERO, R.; ZAGO, G. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 81-94, 2009.

REICHERTZ, J.; ZIELKE, B. Theories that matter. On some pragmatic aspects of social constructionism. **Forum Qualitative Sozialforschung**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 3-7, 2008.

REISIGL, M.; WODAK, R. **Discourse and discrimination: rhetorics of racism and antisemitism**. London: Routledge, 2005.

RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the human sciences**. Los Angeles: Sage, 2008.

ROCHA, F. B. M. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

ROSSI, M. Mulheres vão às ruas: “Pílula fica, Cunha sai”. **El País**, [S.l.], 2015.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, N. The Brazilian protest wave and digital media: issues and consequences of the “Jornadas de Junho” and Dilma Rousseff’s impeachment process. In: CABALLERO, F.; GRAVANTE, T. (ed.). **Networks, movements and technopolitics in Latin America**. Cham: Springer International, 2018. p. 113-131.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementares de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SHOTTER, J. **Conversational realities: constructing life through language**. [S.l.] Sage, 1993.

SIBILIA, P. **O show do eu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, T.; STABILE, M.; ZANINI, D. A mobilização #PrimeiroAssédio: apoio, agrupamentos e conflito online. **IBPAD**, São Paulo, 23 out. 2015. Disponível em: <https://www.ibpad.com.br/blog/comunicacao-digital/a-mobilizacao-primeiroassedio-apoio-agrupamentos-e-conflito-online/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SMITH, B.; SPARKES, A. Contrasting perspectives on narrating selves and identities: an invitation to dialogue. **Qualitative Research**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 5-35, 1º fev. 2008.

SOLNIT, R. **A mãe de todas as perguntas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOLNIT, R. **Call them by their true names**. Chicago: Haymarket, 2018.

SOLNIT, R. **Our words are our weapons**. 2012. Disponível em: <https://www.guernicamag.com/rebecca-solnit-our-words-are-our-weapons/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentido no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

STUART, S. How Tarana Burke founded the “Me Too” movement in Selma, Alabama. **Alabama.com**, 2019.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THRIFT, S. C. #YesAllWomen as Feminist Meme Event. **Feminist Media Studies**, [S.l.], v. 14, n. 6, p. 1090-1092, 2014.

TIBURI, M. **Feminismos em comum**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TOPOROSI, S. La imposibilidad de algunos niños de contar el abuso durante el tratamiento psicológico. *In*: FRANÇA, C. P. (ed.). **Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual infantil**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 87-96.

TOWNS, A. J.; ADAMS, P. J. Staying quiet or getting out: Some ideological dilemmas faced by women who experience violence from male partners. **British Journal of Social Psychology**, [S.l.], v. 48, n. 4, p. 735-754, 2009.

UCHITEL, M. **Neurose traumática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **The collected works of L.S.Vygotsky**. Volume 1: Problems of General Psychology, Including the Volume Thinking and Speech. New York: Plenum, 1987.

WE ARE SOCIAL. **New Digital, Social and Mobile in 2015**. New York: WAS, 2015.

WELLMAN, B. Computer networks as social networks. **Science**, [S.l.], v. 293, n. 5537, p. 2031-2034, 2001.

WELLMAN, B. *et al.* The social affordances of the internet for networked individualism. **Journal of computer Mediated Communication**, [S.l.], v. 8, n. 3, s.p., 2003.

WERTSCH, J. V. **Voices of the mind: a sociocultural approach to mediated action**. Harvard: Harvard University, 1991.

ZACHAREK, S.; DOCKTERMAN, E.; EDWARDS, H. S. Person of the Year 2017: The silence breakers. Time.com. **Time**, [S.l.], 2017.

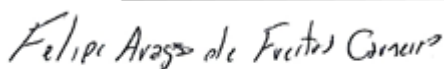
ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2016.

## ANEXO A – DECLARAÇÕES DE REVISÃO DO VERNÁCULO E DE NORMALIZAÇÃO

### DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto aos órgãos interessados, que, por intermédio do profissional infra-assinado<sup>37</sup>, foi procedida a correção gramatical e estilística da tese intitulada **Histórias de violência sexual compartilhadas em rede: uma análise da mobilização #PrimeiroAssédio**, de autoria de Ana Cesaltina Barbosa Marques, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 14 de abril de 2023.

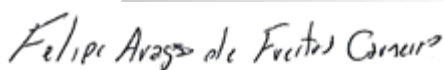


Felipe Aragão de Freitas Cameiro

### DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO

Declara-se, para constituir prova junto aos órgãos interessados, que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização da tese intitulada **Histórias de violência sexual compartilhadas em rede: uma análise da mobilização #PrimeiroAssédio**, de autoria de Ana Cesaltina Barbosa Marques, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 14 de abril de 2023.



Felipe Aragão de Freitas Cameiro

<sup>37</sup> Número do registro: 89.931. E-mail: felipearagaofc@hotmail.com